



Celso Castro



Exército e nação:

ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DO
EXÉRCITO BRASILEIRO



Celso Castro



Exército e nação:

ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA DO
EXÉRCITO BRASILEIRO

Copyright © Celso Castro

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37

22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil

Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427

Fax: 21-3799-4430

editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br

www.fgv.br/editora

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

1ª edição – 2012

Revisão: Fatima Caroni e Fernanda Mello

Diagramação e capa: Ilustrarte Design e Produção Editorial

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Mario Henrique Simonsen

Castro, Celso, 1963-

Exército e nação : estudos sobre a história do exército brasileiro / Celso Castro. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

240 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-225-1250-8

1. Brasil – História militar. 2. Brasil. Exército – História.
I. Fundação Getulio Vargas. II. Título. III. Série.

CDD – 355.0981

SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Revoltas de soldados contra a República	13
2. A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904) <i>Com Juliana Gagliardi de Araujo</i>	29
3. A luta pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil	53
4. <i>In corpore sano</i> : os militares e a introdução da educação física no Brasil	83
5. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar	113
6. A FEB, seus veteranos, suas memórias	133
7. Comemorando a “Revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros	143
8. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória <i>com Adriana Barreto de Souza</i>	177
Bibliografia	229

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne um conjunto de oito estudos sobre a história do Exército brasileiro durante o período republicano. Embora tenham sido escritos com objetivos variados, todos podem, de algum modo, ser lidos também como variações sobre um tema comum: a preocupação constante dos militares em estabelecer ou recriar vínculos com a nação brasileira — entidade da qual, mais que guardião, o Exército também seria formador.

Esses vínculos, expressos no título do livro, aparecem sob diversas formas. No capítulo 1 examino algumas revoltas de soldados e outros militares de baixa patente que se opuseram à instauração da República no Brasil. Embora derrotadas e esquecidas pela história, essas revoltas nos ajudam a relativizar o mito de que a República se fez, no Brasil, sem resistências.

O capítulo 2 refere-se a mais uma revolta fracassada, ocorrida 15 anos mais tarde, porém agora protagonizada por estudantes da Academia Militar e jovens oficiais, que procuravam refundar, em nome da nação, uma República cujos ideais julgavam terem sido traídos.

O capítulo 3 trata da disputa sobre a introdução do serviço militar obrigatório, visto pelos militares como uma “escola de nacionalidade”. A mesma perspectiva informou os esforços,

analisados no capítulo 4, de se introduzir no país a educação física de forma sistematizada e obrigatória, como instrumento para tornar o corpo da nação apto a defendê-la.

O capítulo 5 trata do impressionante trabalho, realizado no início dos anos 1930, de reforma da Academia Militar e de todo o simbolismo envolvido na formação dos oficiais do Exército, condição vista como necessária a uma instituição que deveria ser a “ossatura da nacionalidade”.

Os capítulos seguintes têm em comum o fato de tratarem de processos de construção de memórias de longa duração que se estendem até o tempo presente. O tema do capítulo 6 é a memória dos veteranos da FEB, o do capítulo 7 é a memória dos militares sobre a “Revolução” de 1964, que procurou salvar a nação do “perigo comunista”. O capítulo 8 fecha o livro analisando a visão que o Exército construiu nas últimas décadas sobre a defesa da Amazônia, elemento fundamental para a atualização de um vínculo simbólico com a nação, e que, de certo modo, busca redimir a herança negativa que a memória do regime militar legou para a instituição.

Embora a maioria desses capítulos tenha sido publicada em revistas acadêmicas, anais de eventos ou coletâneas entre 1994 e 2011, todos foram completamente revistos para esta publicação. Procurei incluir neste livro apenas textos que ainda não tivessem sido publicados como parte de outros livros de minha autoria — em particular, *O espírito militar* (1990), *Os militares e a República* (1995) e *A invenção do Exército brasileiro* (2002). Trata-se de um conjunto de textos que complementa ou desenvolve novas questões e que trata de temas que, embora possam estar relacionados com pesquisas anteriores, guardam sua própria integridade e originalidade.

O livro é resultado de pesquisas que desenvolvi ao longo de duas décadas. Durante a pesquisa que fiz para o Mestrado em Antropologia Social — defendido em 1989 no Museu Nacional da UFRJ —, deparei-me com as primeiras fontes sobre a história do Exército, em particular da Academia Militar. Ao mesmo tempo em que fazia o mestrado, trabalhava como pesquisador no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Durante a redação da dissertação, pensava originariamente em escrever apenas duas ou três páginas com um breve histórico da instituição para o capítulo introdutório. O texto acabou se tornando um capítulo à parte, e dos maiores. A pesquisa revelou-me, menos que um conjunto extenso de fontes, uma clara conexão entre aquilo que observava em minha experiência de campo — baseada na observação participante e na realização de entrevistas — e processos históricos que me permitiam, tanto num sentido quanto noutro, compreender melhor o que estudava. Sem que me desse conta na época, ao mesmo tempo em que me tornava antropólogo, também me tornava historiador. Em vez de me preocupar em demarcar fronteiras entre disciplinas, busquei desde então privilegiar uma perspectiva interdisciplinar, que não apenas tornava mais denso o conhecimento sobre os fenômenos que pesquisava como também era, acima de tudo, muito mais interessante e prazerosa.

Esse processo de formação intelectual e profissional não se deu no isolamento. Tanto o Museu Nacional, onde fiz minha pós-graduação entre 1987 e 1995, quanto o Cpdoc, onde trabalho, como estagiário desde 1983 e, a partir de 1986, como pesquisador, eram instituições que não só permitiam como valorizavam a experimentação intelectual, num ambiente de

grande respeito acadêmico. No Cpdoc foi fundamental ter trabalhado diretamente na organização de fontes históricas, como o arquivo pessoal de José Pessoa, comandante da Academia Militar entre 1930 e 1934, e, mais tarde, ter participado de um importante projeto de história oral sobre o regime militar.

Foi decisiva, acima de tudo, a experiência de ter sido orientado, tanto no mestrado quanto no doutorado, por Gilberto Velho. Ao longo de nove anos tive o privilégio de ter um orientador que sempre valorizou a interdisciplinaridade e estimulou a incorporação de perspectivas de várias disciplinas como instrumento para um melhor conhecimento da realidade. Como se isso não fosse bastante, ainda acolheu entusiasmadamente um estudante que se dedicava a um tema de pesquisa ainda visto na época por muitos como problemático e mesmo poluidor, em função da presença ainda recente e forte da herança do regime militar.

No Museu Nacional tive a oportunidade de conviver com outros professores e com colegas que fizeram com que esses anos de formação se tornassem memoráveis. Não posso deixar de mencionar, pelo menos, o professor Luís Fernando Dias Duarte e os colegas e amigos queridos Hermano Vianna e Luís Rodolfo da Paixão Vilhena. Pude ainda conviver no Cpdoc e em minhas duas bancas, e nos anos que se seguiram, mesmo que de forma intermitente, com o professor José Murilo de Carvalho, pesquisador fundamental para a renovação dos estudos sobre os militares no Brasil e cuja obra sempre admirei.

A experiência de participar, por minha vez, da formação de pesquisadores mais jovens, em diferentes contextos, marcou outro momento de aprendizado acadêmico e de satisfação pes-

soal. Essa experiência inclui a coordenação de grupos de trabalho ou a participação em eventos acadêmicos, como Anpocs, ABA e Anpuh, bem como o Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM) do Cpdoc. Nesse contexto, não posso deixar de destacar o privilégio que tem sido ter como colegas Piero Leirner, Adriana Barreto de Souza e Adriana Marques, grandes interlocutores, colaboradores e amigos, e Vivian Luiz Fonseca, que tem me auxiliado no LEM e que colaborou na revisão dos textos para este livro. Com Durbens Nascimento, Emilia Takahashi, Francisco César Alves Ferraz, João Roberto Martins Filho, Manuel Domingos Neto, Maria Celina D'Araujo, Maud Chirio, Renato Lemos e Sérgio Murillo Pinto também compartilhei, em diferentes momentos e de diferentes formas, aspectos dessas pesquisas.

As pesquisas que resultaram neste livro beneficiaram-se de uma bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq e do projeto Consórcio Forças Armadas Século XXI, aprovado pelo edital do Pró-Defesa (Capes e Ministério da Defesa).

A todos esses colegas e instituições sou sincera e profundamente grato. Espero que este livro seja uma modesta retribuição por tudo o que aprendi com eles e por toda a satisfação intelectual e camaradagem acadêmica que me proporcionaram ao longo desses anos.

1 REVOLTAS DE SOLDADOS CONTRA A REPÚBLICA*

Uma das imagens mais recorrentes a respeito da instauração da República no Brasil em 15 de novembro de 1889 é que teria sido um acontecimento pacífico, sem resistência, sem lutas, sem sangue. Uma exceção solitária: o barão de Ladário, então ministro da Marinha, foi ferido a tiros na manhã do dia 15, mas não morreu. O golpe militar republicano, desse modo, acabou sendo um simples anúncio público de que a Monarquia havia sido substituída por uma nova forma de governo: uma “proclamação” da República, como o evento ficou consagrado pela história.

Apesar da aparente apatia popular no momento do golpe — na conhecida frase de um jornalista republicano, o povo a tudo assistira “*bestializado*, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” —,¹ é falso afirmar, como geralmente se faz, que a Monarquia não encontrou pessoas dispostas a

* Versão anterior deste capítulo foi publicada em *Nova história militar brasileira* (Rio de Janeiro: FGV, 2004). O autor agradece a colaboração dos assistentes de pesquisa Fábio Siqueira, Dulcimar Dantas de Albuquerque e Marisa Schincariol de Mello.

¹ A frase é de Aristides Lobo, no *Diário Popular* (São Paulo, 18 nov. 1889). Sobre a participação popular nas primeiras décadas republicanas e a crítica à ideia de que a população seria de fato “bestializada”, ver Carvalho (1987).

defendê-la. Em primeiro lugar, é importante sabermos que a grande maioria dos soldados e outros praças que integraram as tropas golpistas no 15 de novembro não estava consciente de que se pretendia derrubar a Monarquia.² Na verdade, nem alguns oficiais o estavam. Participantes involuntários do drama, levados por seus superiores dos quartéis para o campo de Santana, vários praças logo se arrependeriam do papel que inconscientemente representaram. Prova eloquente é que, pouco mais de um mês após a instauração da República, em 18 de dezembro, estourou uma rebelião entre os praças do 2º Regimento de Artilharia, em São Cristóvão, justamente uma das unidades que haviam participado do golpe. Como veremos, esse não foi o único movimento de revolta de praças contra a República nascente.

Este capítulo trata de três dessas revoltas, ocorridas em diferentes pontos do país pouco após o golpe republicano, em sua maioria protagonizadas por soldados e militares de baixa patente. Devo enfatizar desde já que se trata de pesquisa que não considero concluída, devido à pequena quantidade de fontes localizadas. Os processos penais militares então abertos contra os revoltosos não foram localizados, apesar de tentativas feitas no Arquivo Nacional, no Arquivo Histórico do Exército e no Superior Tribunal Militar. Ficamos, portanto, restritos a notícias encontradas em alguns jornais de época, livros e relatórios de presidentes de estados. Só com a localização de novas fontes poderemos conhecer melhor essas revoltas, até hoje totalmen-

² A base da hierarquia militar (os praças) incluía, nessa época, as seguintes graduações, em ordem crescente: soldado, anspeçada, cabo, furriel, segundo-sargento e primeiro-sargento.

te ausentes dos livros escolares e pouco presentes mesmo na produção acadêmica.³

REVOLTA EM DESTERRO (SC), 18-11-1889

Na noite de 17 para 18 de novembro, realizou-se uma festa no Clube Republicano Esteves Júnior, na cidade de Desterro (atual Florianópolis), animada pela banda de música do 25º Batalhão de Infantaria. Ao retornar ao quartel, 42 praças liderados pelo cabo Cândido Pedro Duarte obrigaram a banda a acompanhá-los em passeata pelas ruas da cidade. Segundo os jornais, os soldados “provocaram arruaças” e “levantaram gritos alarmantes” de vivas ao extinto regime. Em algumas versões, eles teriam obrigado o comandante do batalhão, o major reformado Santos Dias, que se encontrava no quartel, a segui-los conduzindo a bandeira imperial. Uma versão posterior do Exército diria que, na verdade, o major impedira os soldados de arrombarem a porta da arrecadação e que, com “prudência e calma [...] valentemente se colocou entre eles”, dissuadindo-os de seu intento e dispondo-os para a passeata como um estratagemma para dar tempo de se preparar a resistência.

Um telegrama urgente enviado de Desterro à 1h40min pelo coronel Barros ao ministro da Guerra, Benjamin Constant, informava: “Batalhão sublevado dando vivas à Monarquia, não há força que possa contê-los”. No entanto, foram contidos. O capitão do 25º Batalhão de Infantaria, Firmino Lopes Rego, então chefe de polícia provisório, ao tomar conhecimento dos

³ Exceções a essa regra são os livros de Janotti (1986) e de Hahner (1975), que mencionam brevemente algumas dessas revoltas.

fatos, reuniu guardas da cadeia e da alfândega, correu ao quartel e recebeu os revoltosos à bala, quando voltavam da passeata. Um telegrama das 12h30min enviado pelo capitão Firmino a Benjamin Constant diz que para acabar com a revolta dos soldados “foi necessário mandar fazer fogo, resultando dois a três mortos. Não sabemos destino de perto de 30 soldados. Não há receio de novo motim”. Outras fontes fazem uma contabilidade diferente das baixas. O histórico do batalhão registra que morreu um soldado, saindo três feridos; o jornal *Kolonie Zeitung* fala em um morto e quatro gravemente feridos.⁴ Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, conta que teria dissuadido Deodoro de mandar executar os militares envolvidos (Magalhães Jr., 1957:117). Os soldados presos, em número de 40, foram embarcados no paquete *Rio Grande*. Uma semana mais tarde passavam, em ferros, pelo porto de Santos. Como reconhecimento por sua ação repressiva em defesa da República, o capitão Firmino recebeu no ano seguinte, dos comerciantes locais, uma espada com bainha de prata que mandaram fazer na Europa.⁵

REVOLTA NO RIO DE JANEIRO, 18-12-1889

Na tarde do dia 18 de dezembro, começaram a circular no centro do Rio boatos de que havia estourado uma rebelião mili-

⁴ Agradeço a tradução de Carla Eichler.

⁵ Ver *O Dezenove de Fevereiro* (Curitiba, 29 nov. e 7 dez. 1889); *O Estado de S. Paulo* (1 e 2 dez. 1889); *Kolonie Zeitung* (Santa Catarina, 26 nov. 1889); *Histórico do 25º Batalhão de Infantaria*; Cabral (1987); Meirinho (1982); Arquivo Benjamin Constant (Museu Casa de Benjamin Constant), dossiê com 10 telegramas enviados pelo Governo Provisório de Santa Catarina e pelo Clube Republicano a Benjamin Constant (REP/mg 8891116).

tar que planejava restaurar a Monarquia. Na verdade, estava ocorrendo um levante de dezenas de praças do 2º Regimento de Artilharia de Campanha (2º RAC), localizado no bairro de São Cristóvão, que se aproveitaram do fato de que a maioria dos oficiais havia seguido para a despedida aos oficiais chilenos do cruzador *Almirante Cochrane*, em visita à cidade desde antes da Proclamação da República. Os revoltosos saíram do quartel empunhando a bandeira imperial e dando “vivas” ao imperador deposto. Tropas governistas reagiram e fizeram-nos retornar ao quartel. Segundo o *Jornal do Commercio* de 20 de dezembro, às 23h23min saíram presos do quartel 58 praças desarmados para o quartel-general, onde chegaram à 00h36min. Em seguida, foram recolhidos a uma companhia do 1º Batalhão de Infantaria.

Max Leclerc, correspondente do *Jornal des Débats* (Paris), enviado ao Brasil no final de 1889, escreveu que cerca de 80 soldados do 2º RAC, aproveitando-se da ausência dos oficiais, içaram a bandeira imperial e deram vivas ao imperador, levantando em seguida barricadas na caserna.⁶ Eles estariam em sua maioria, segundo Leclerc, bêbados. Cercados por tropas leais ao governo, seguiu-se um tiroteio que teria demorado cerca de meia hora e feito vários mortos, todos soldados.

Uma versão oficiosa dos acontecimentos afirmava que o motivo da revolta teria sido que os soldados receberam um soldo menor do que o que lhes havia sido prometido. Dizia-se também que teriam recebido dinheiro de civis monarquistas, através de Carlos Affonso, irmão do presidente do último Conselho de Ministros do Império, Affonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto, para se rebelar. Essas versões,

⁶ Leclerc (1890:17-18). Agradeço a Hendrik Kraay a indicação desta fonte.

no entanto, não se coadunavam com a forte censura imposta pelo governo aos jornais e com a vigilância sobre o telégrafo. Para Leclerc, tratava-se de medidas equivocadas, que davam a impressão de que o governo estava inseguro.

Sobre a prisão dos revoltosos, temos ainda o depoimento de Medeiros e Albuquerque (1981:121), que os viu sendo levados para o quartel-general:

Faziam pena os soldados presos! Eram 30 ou 40, quase todos pretos ou mulatos. Tinham as fardas amarrotadas ou rotas. Vinham sem armas, de mãos pendentes, as cabeças baixas... Apenas de dois ou três vi os olhares fitarem os circunstantes com arreganho provocador de ameaça.

Uma das filhas de Benjamin Constant, Bernardina, registrou em seu diário, sobre o dia 19:

Papai chegou hoje do quartel às 4h da madrugada e eu levantei-me quando ele chegou; os soldados que se revoltaram já foram desarmados e estão no quartel. [...] Papai foi para o quartel depois do almoço e só voltou às 12h da noite [...] Por suspeitos como cabeças da revolta de ontem foram retidos uma porção de senadores e figurões.⁷

Imediatamente após a revolta ter sido controlada, o quartel do 2º RAC foi ocupado pelos alunos da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra — a “Brigada Acadêmica”. Reuniu-se o ministério, e Deodoro cogitou do fuzilamento

⁷ O diário encontra-se no Fundo da Família Benjamin Constant (Museu Casa de Benjamin Constant).

dos revoltosos, no que foi dissuadido pelos ministros. Foi também instaurada uma Comissão Militar de Sindicâncias e Julgamentos, presidida pelo general José de Almeida Barreto e integrada pelos oficiais tenente-coronel João Neiva, maiores Inocêncio Serzedelo Corrêa e Andrade Silva, capitão Espírito Santo e alferes Joaquim Ignácio, perante a qual depuseram os praças que se tinham sublevado, além de alguns inferiores e oficiais de diversos corpos. O comandante do regimento, tenente-coronel Costa Guimarães, foi mantido preso incomunicável e teve sua casa vasculhada em busca de documentos comprometedores.

No intuito de averiguar se o movimento tinha inspiração política, foram conduzidos ao quartel-general diversos políticos ligados ao regime deposto, entre eles Gaspar Silveira Martins (detido pessoalmente pelo chefe de polícia, Sampaio Ferraz), viscondes de Assis Martins e de Lima Duarte, Carlos Affonso de Assis Figueiredo, Ferreira Vianna, Tomás Coelho, o marquês de Paranaguá, Alfredo Chaves, Jerônimo Braga, Prado Pimentel e Carlos de Laet. Depois de interrogados, foram liberados, à exceção de Carlos Affonso, conduzido preso para a Fortaleza de Santa Cruz, e Silveira Martins, que ficou detido em uma sala do quartel-general.

Em 21 de dezembro, o Decreto nº 78 do Governo Provisório baniu do território nacional o visconde de Ouro Preto, seu irmão e Silveira Martins. Em 19 de novembro de 1890, passado um ano do golpe republicano e da revolta dos soldados, esse decreto seria revogado.

O governo se havia apressado em divulgar uma versão oficial sobre o ocorrido, enviando, ainda na noite do dia 18, o segundo-

-tenente Manoel Luís de Melo Nunes à redação de alguns jornais. Segundo *A Cidade do Rio*, o oficial lá chegou às 19h30min; às 20h, ele já estava na *Gazeta de Notícias*.⁸ O oficial informou que já estava tudo pacificado e que o evento não tinha maior importância. *A Cidade do Rio* informou ainda que os soldados revoltados teriam se queixado de maus-tratos por parte de seus superiores e do valor insignificante do soldo que recebiam. O jornal *O Pharol* (Juiz de Fora, 21 dez. 1889) cita versão “mais ou menos nos termos das folhas cariocas” de que a rebelião teria se desencadeado a partir de uma querela entre um cabo e um sargento.

Diversas versões disseminaram-se nos dias seguintes, sendo muito difícil avaliar seu grau de veracidade. Alguns jornais falam que ocorrera apenas uma arruaça de praças embriagados, sem maiores conotações políticas. Um telegrama passado pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, ao delegado do Tesouro em Londres, no dia 19, fala em “embriaguez e suborno, nada mais. Aproveitaram para isso da ausência dos oficiais. Incidente terminado. O governo mantém a ordem sem quebra e fará justiça” (Magalhães Jr., 1957:115). Segundo Medeiros e Albuquerque (1981) e Evaristo de Moraes (1985), falou-se muito em um “homem de chapéu-do-chile” que teria ido várias vezes ao quartel para subornar e aliciar os praças para o movimento. Segundo a *Gazeta da Tarde* (Rio de Janeiro, 20 dez. 1889), muitos praças teriam declarado, no inquérito que seria logo instaurado, que lhes incutiram no espírito a ideia de que “a República é contra Deus e é amaldiçoada, ao passo que a Monarquia é coisa de Deus”.

De algum modo, os espectros de todas essas versões podem ser vislumbrados em dois decretos do Governo Provisório. O

⁸ Ver a edição de 19 de dezembro de 1889 desses dois jornais.

primeiro, do dia 20, aumenta os soldos dos praças, numa tentativa de diminuir a insatisfação da tropa. O segundo, do dia 23 (nº 85A), considera, entre outras coisas, que a República era irreversível e que seria inépcia, covardia e traição do governo deixar que fosse ameaçada pelos “sentimentos ignóbeis de fezes sociais empenhadas em semear a cizânia e a corrupção no espírito do soldado brasileiro”, determinando que:

Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras, escritos ou atos, a revolta civil ou a indisciplina militar; que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os seus superiores ou forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas tendentes a indispor-los contra a República; que usarem da embriaguez para insubordinar os ânimos dos soldados: serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição.

Como resultado desse decreto e dos trabalhos da comissão militar, foram condenados 58 praças, sendo 55 do 2º RAC e três do 17º Batalhão de Infantaria (*Jornal do Commercio*, 23 fev. 1890). Foi estabelecida uma gradação das responsabilidades e penas, sendo 10 soldados condenados à pena capital (no caso, morte por enforcamento) — “os cabeças e instigadores do motim”; seis condenados a “carrinho perpétuo” — aqueles “exaltados, obrando atividade”; oito condenados a “carrinho por 20 anos” — os “exaltados”; 13 condenados a galés com 10 anos de prisão — os “exaltados, porém mostrando-se

quietos em presença dos superiores” (o que permite supor que os 24 condenados em graus mais graves continuaram desafiando seus superiores); oito condenados a galés com cinco anos de prisão — os “participantes do motim”; e 13 condenados a galés com dois anos de prisão — os “coparticipantes moderados”.

A comissão considerou-se incompetente para julgar cinco outros praças do 17º BI, pois não ficara provado que houvessem aconselhado ou promovido a revolta, nela apenas tomando parte. Desse modo, deveriam ser submetidos a processo regular. Finalmente, a comissão foi de parecer que os praças condenados a cinco e a dois anos de prisão não deveriam mais reverter às fileiras do Exército após cumprirem pena, e que todos os demais praças do regimento fossem transferidos, como castigo, para os diversos corpos do Exército de outras guarnições.

Em 22 de fevereiro de 1890, o Governo Provisório confirmava as sentenças lavradas pelo tribunal militar. No entanto, considerando que os praças condenados à pena capital haviam concorrido para o estabelecimento da República e também que do processo “consta terem sido eles introduzidos à sedição por um civil até hoje desconhecido”, resolvia comutar as penas de morte em de “carrinho perpétuo”.

REVOLTA NO DESTACAMENTO MILITAR DA FOZ DO RIO APA (MT), 20-12-1889

Em uma longa carta do alferes do 8º de Infantaria, Arthur Augusto Fernandes Leão, comandante do Destacamento da Foz

do Rio Apa (Mato Grosso), enviada a Benjamin Constant em 12 de fevereiro de 1890,⁹ ficamos sabendo que, lá, a notícia sobre a República chegou apenas no dia 20 de dezembro! O alferes, então, publicou-a em sua ordem do dia. Estavam também hospedados no quartel, na época, um capitão e dois cadetes.

À noite, os habitantes do lugar vieram saudá-los como representantes do Exército. No entanto, os soldados do 2º Batalhão de Artilharia, Anastácio José da Vera Cruz e José Mateus de Brito, “aliciaram alguns praças para darem morras à República e vivas à Monarquia, declarando que não aderiram à nova forma de governo, porque eram libertos em 13 de maio pela princesa Isabel”. O alferes deu-lhes ordem de prisão, mas eles resistiram. Anastácio tirou de um dos praças da guarda do quartel o sabre-baioneta, com o qual feriu dois cadetes e um soldado. De sabre em punho, o soldado agrediu também o tenente, “declarando que não me reconhecia como seu superior, e que havia de beber o meu sangue”. O alferes deu-lhe um tiro, vindo o soldado a morrer na manhã do dia seguinte.

O quartel, durante a madrugada, foi incendiado por soldados. O tenente comandava uma guarnição de 25 praças que considerava insubordinados, “em sua maioria assassinos, caçadores, desordeiros, ladrões e bêbados”. Ao escrever a carta ao ministro da Guerra, o alferes encontrava-se preso, aguardando o conselho de investigação.

⁹ A carta, de 12 páginas, encontra-se no Arquivo Benjamin Constant (REP/procl 8900212).

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Não pretendo ter completado o inventário dessas revoltas. Outros atos, possivelmente menos graves, podem ter ocorrido. Janotti (1986:15, 17) diz que, no embarque da família real para o exílio, em 17 de novembro, os imperiais marinheiros que transportaram o monarca deram-lhe “vivas”. A mesma autora menciona, sem citar referências, a ocorrência de conflitos também na Bahia.

Além disso, consegui localizar pelo menos duas manifestações populares não militares contra a República logo nas suas primeiras horas, assim que foram recebidas notícias sobre sua instauração. Na noite de 16 para 17 de novembro, em Salvador, segundo a descrição do cônsul britânico, bandos de negros percorreram as ruas da cidade dando vivas à Monarquia. Eles atacaram as casas de estudantes e de outros indivíduos identificados como republicanos, matando três deles. Na manhã seguinte, correu o boato de que o comandante da guarnição, um ardoroso monarquista — por ironia do destino, o general Hermes Ernesto da Fonseca, que ainda não sabia que seu irmão havia sido o autor do golpe de Estado —, iria liderar suas tropas, as da polícia e as de “voluntários negros” contra o suposto desembarque de um encouraçado enviado do Rio de Janeiro. Em vez disso, jovens oficiais republicanos prenderam o comandante, cantaram *A marsehesa* e marcharam para a sede do governo.¹⁰

¹⁰ Agradeço a generosidade de Hendrik Kraay, que me forneceu esses dados. As fontes são: correspondência do cônsul britânico em Salvador ao enviado no Rio de Janeiro, 19-11-1889, Public Record Office, Foreign Office, 13, v. 662, folhas 76r-77v; Amaral (1921:317-44); Barros (1934:473-77); e Araújo Sobrinho (1962:6-15).

Em São Luís, na manhã do dia 17 de novembro, populares percorreram as ruas da cidade dando vivas à Monarquia, sendo reprimidos por uma força militar. Os registros do hospital e do cemitério da Santa Casa de Misericórdia desse dia mostram que houve 14 feridos a bala, dos quais morreram: João de Britto, pardo de 40 anos; Sérgio, preto de 22 anos; Martinho, pardo de 29 anos; e Raimundo Araujo Castro, preto de 31 anos, todos solteiros e naturais do Maranhão. O relatório do presidente da província referente a esse ano informa também que ocorreram desordens em outras cidades, “devido ao desregramento de alguns libertos”. O bacharel Pedro Augusto Tavares Júnior, que viria a governar brevemente o estado pouco após o ocorrido, divulgou, no dia 29 de janeiro de 1890, já afastado do governo, uma carta, publicada no dia seguinte pela imprensa do Rio, criticando fortemente a junta provisória de sete membros (cinco deles militares) que assumira o poder no estado após o incidente, por indicação de Deodoro. Em suas palavras:

A junta inaugurara a República com o fuzilamento em massa de cidadãos, cujos protestos contra a nova ordem política eu soube depois que se podiam perfeitamente abafar sem derramamento de sangue. Os excessos de toda a ordem seguiram-se logo ao crime. Os cidadãos, principalmente os de cor, de que a junta suspeitava, eram presos e logo arrastados ao xadrez, onde se lhes cortava os cabelos e onde eram barbaramente espancados. Muitos receberam dúzias de bolos nos pés. Mulheres públicas, com que alguns soldados tinham contas a ajustar, sofreram de igual modo esses afrontosos e [ilegível] castigos. O terror enchia todos os corações e tolhia todas as consciências; e para que nada trans-

pirasse, e nenhuma voz honesta e patriótica se fizesse ouvir, foi trancado o telégrafo.¹¹

Qual a motivação dos soldados que se revoltaram em defesa da Monarquia e contra a República? Há três elementos comuns nas descrições dessas revoltas. O primeiro é que quase todos os revoltosos eram representados como negros ou “pardos”. De fato, a grande maioria dos praças no início da República era geralmente classificada como não branca. Peter Beattie (2001:155), examinando um universo de 315 praças do Exército submetidos a inquéritos militares a partir de 1896, considera que mais de 75% deles eram negros ou pardos. Um número parecido é apresentado por Hendrik Kraay (2004). Na Marinha, a porcentagem pode ter sido ainda maior — talvez 90% em 1910, segundo Álvaro Nascimento (2001:116). Pelo censo de 1890, 56% dos habitantes do país seriam negros ou pardos. Esses dados são todos pouco confiáveis, mas parecem confirmar a predominância de pessoas de cor entre os praças das Forças Armadas, onde talvez estivessem mesmo sobrerrepresentados.

Outra característica comum aos relatos anteriormente examinados é a afirmação de que a adesão à Monarquia não teria motivação política. Essas versões sobre os episódios sempre (des)qualificam a ação dos soldados como “arruaças” produzidas por “aliciamento” ou “suborno” por parte de terceiros ou como consequência de “embriaguez”. Os revoltosos aparecem qualificados como bêbados, embriagados, assassinos, ladrões, desordeiros e capoeiras.

A pressa dos republicanos em afirmar uma motivação não política para as revoltas é indicativa do *medo* que tinham da

¹¹ Relatório do governador do estado do Maranhão (1890); *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 30 jan. 1890).

possibilidade de serem ações politicamente orientadas. Uma das grandes preocupações dos republicanos era, desde a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, com a temida Guarda Negra, que teria sido instrumento dos políticos conservadores em defesa do regime monárquico e de sua “redentora” e futura governante, a princesa Isabel. Formada por capoeiras do Rio de Janeiro, a Guarda Negra entrou diversas vezes em conflito aberto com grupos republicanos e foi violentamente reprimida, especialmente após o golpe de 15 de novembro. Mesmo antes dessa data, seus integrantes já eram deportados para o Norte ou recrutados à força para o serviço militar, visto, antes de mais nada, como poderoso instrumento disciplinar.¹²

Mesmo que ex-integrantes da Guarda Negra não estivessem envolvidos nessas revoltas, é significativo que tenha havido vivas ao imperador e a defesa da princesa Isabel por praças revoltosos que afirmavam terem sido por ela libertos. Parece ter sido grande a adoração da “redentora” por negros ao final do Império e início da República (Daibert Jr., 2001). Esse sentimento assumia, muitas vezes, um componente quase religioso, que não deixou de estar presente também na Guarda Negra. Conscientemente “esquecida” das comemorações oficiais do novo regime, a memória da princesa Isabel entre os negros ressurgia, por vezes, em manifestações que guardam aspectos muito semelhantes aos das revoltas aqui estudadas. Como, por exemplo, a que ocorreu em 1891 na pequena cidade mineira de Mar de Espanha:

Por ocasião dos festejos comemorativos da lei de 13 de maio desta cidade, um grupo de libertos, por instigações de um tal Lima,

¹² Sobre a Guarda Negra, ver, entre outros, Santos (1991) e Soares (1994).

velho sebastianista, percorreu as ruas da cidade aos gritos sediciosos de “viva a Monarquia”, levando à frente a bandeira imperial. Como acinte ao ilustre dr. Juiz de Direito da comarca, o mais elevado representante da lei na circunscrição, foram os sediciosos postar-se em frente a sua casa, donde aquele magistrado, auxiliado pelo delegado de polícia do termo, fê-los retirarem-se, não sem grande oposição, pois que até pretendiam queimar a bandeira da República (*Minas Livre*, 21 maio 1891; Daibert Jr., 2001:153).

Vale observar que, mais uma vez, se atribui o incitamento à ação a um “velho sebastianista...”.

Finalmente, além da memória ainda recente da escravidão e de sua libertação, surgem também referências a baixos soldos e a maus-tratos nos quartéis. Os trabalhos dos pesquisadores que têm escrito sobre esse assunto no período em questão — como os de Peter Beattie e Álvaro Nascimento — confirmam cabalmente essa realidade. Não foi por outro motivo que o Governo Provisório, já em seu terceiro decreto, baixado no segundo dia da República, aboliu os castigos corporais e reduziu o tempo de serviço militar. Embora a realidade dos castigos corporais e maus-tratos continuasse por um bom tempo — a Revolta dos Marinheiros de 1910 seria um exemplo eloquente desse fato —, a preocupação do Governo Provisório em tentar atenuar essa questão é significativa de sua extensão e da repugnância que causava na tropa. Além disso, como vimos, os soldos foram elevados ainda antes do término de 1889.

Para avançarmos no conhecimento desses soldados e de suas revoltas, será preciso localizar novas fontes. Já é possível, todavia, desfazer a imagem consagrada de que a República se fez sem resistência, sem lutas, sem sangue.

2 A REVOLTA DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA (1904)*

com Juliana Gagliardi de Araujo**

Em 14 de novembro de 1904, no contexto da revolta popular que eclodira poucos dias antes no Rio de Janeiro em oposição à Lei da Vacinação Obrigatória contra a Varíola — e que passou à história com o nome de Revolta da Vacina —, um grupo de jovens oficiais do Exército e estudantes militares, liderados por um general sem passado político, um senador que também era tenente-coronel e um pequeno grupo de oficiais superiores, todos do Exército, protagonizou uma tentativa de golpe de Estado que partiu da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha. Um levante na Escola Preparatória e de Tática do Realengo havia sido frustrado pouco antes, nesse mesmo dia.

O general de brigada, então inspetor do 22º Batalhão de Infantaria, Silvestre da Silva Rodrigues Travassos depôs o comandante da Escola Militar, general Alípio de Macedo da Fontoura Costallat, e assumiu o comando dos cerca de 300 alunos, que, em sua quase totalidade, aderiram à revolta.¹³ Além do general

* Uma versão anterior deste capítulo foi publicada, com o mesmo título, na revista *Militares e Política* (UFRJ, n. 5, p. 47-64, jul./dez. 2009).

** Analista de documentação e informação do Cpdoc/FGV e mestre em Comunicação pela UFF.

¹³ Segundo Bertoldo Klinger (1944:129), aluno à época, “só dois alferes-alunos, João Candido Pereira de Castro Jr. e Estevão Leitão de Carvalho,

Travassos, estavam envolvidos no levante da escola o senador Lauro Sodré e o deputado Alfredo Varela. Licenciado da carreira militar no posto de tenente-coronel para assumir mandato na política, Lauro Sodré havia sido aluno e depois professor da Escola Militar. Alfredo Varela, após estudar por alguns anos na Escola Militar, sem porém concluir o curso, havia se tornado, após a República, ardoroso seguidor de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. O deputado Alexandre José Barbosa Lima, que não esteve presente na Praia Vermelha e que também era militar (major licenciado) e ex-aluno da mesma escola, aparece, em algumas fontes disponíveis, como um dos “líderes espirituais” da revolta, ao lado de Lauro Sodré. Eles haviam sido, nas semanas imediatamente anteriores à revolta, responsáveis por discursos críticos à política nacional em geral, à Lei da Vacinação Obrigatória em particular, que inflamaram sessões do Congresso Nacional. Ambos tinham uma trajetória política marcada pelo positivismo e pela devoção às figuras de Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Alfredo Varela, por sua vez, possuía um jornal chamado *O Commercio do Brazil*, em que publicava uma coluna diária intitulada “Direito à resistência”, contrária à obrigatoriedade da vacina. Para Varela, a Lei da Vacina era inconstitucional, ilegal e feria os princípios de liberdade, além de violar a propriedade privada. O jornal foi fechado imediatamente após os acontecimentos de 14 de novembro. Diferentemente desses três personagens, figuras públicas de destacada atuação política, o general Travassos, comandante militar da revolta, fez sua aparição pública apenas no dia da eclosão do movimento golpista, durante uma reunião no Clube Militar.

tiveram a necessária coragem e personalidade para não irem na onda daquela criançada de companheirismo”.

Outros jornais da época, além de *O Commercio do Brazil*, são fontes importantes, embora muitas vezes imprecisas, para a reconstituição do episódio. A *Gazeta de Notícias*, com uma linguagem alarmista, não recusou adjetivações, como “fato gravíssimo” e “notícias aterradoras”, para narrar e ao mesmo tempo demonstrar-se contrária ao movimento. O *Jornal do Commercio*, mais discretamente, explicita que suas principais fontes para reportar o movimento foram as forças legalistas que o reprimiram. O *Paiz*, que deixou clara sua opinião contrária ao levante militar, foi o que descreveu o episódio com mais detalhes. Já em sua primeira página do dia 15 de novembro, esse jornal alarmava seus leitores sobre o fato “lamentável” que havia ocorrido na véspera e que lhes permitia afirmar que a “autoridade [havia sido] atacada à mão armada”. Para esse periódico, os alunos da escola haviam sido vítimas dos acontecimentos e o grande culpado seria o senador Lauro Sodré, que teria desvirtuado a juventude militar, “abusando da confiança e do prestígio que exercia sobre [aqueles] rapazes”, “moços finos e bravos, de tão boa-fé”. O mesmo julgamento não era feito em relação ao general Travassos. Aliás, em nenhum jornal o chefe militar da revolta foi retratado como um aliciador de jovens ou como líder intelectual da revolta. Falava-se dele apenas como o comandante militar do movimento revoltoso, que havia deposto o comandante da Escola Militar e conduzido os alunos em sua marcha para depor o governo. Além da falta de atuação política anterior ao episódio, o mais provável é que o fato de ele ter sido gravemente ferido durante o episódio, vindo a morrer poucos dias depois, tenha revestido sua figura de certo respeito.

DA CONSPIRAÇÃO À REVOLTA

O movimento militar já vinha sendo preparado desde o mês anterior. Um momento catalisador da mobilização dos futuros revoltosos e que parece ter sido o ponto de partida da consolidação de um projeto político coletivo que teria seu desfecho na revolta foi o dia 17 de outubro de 1904, data do 46º aniversário de Lauro Sodré. Na noite desse dia, o senador foi homenageado em casa, na rua Conde de Irajá, em Botafogo, por alguns políticos, representantes de associações e, em especial, por uma comissão de alunos da Escola Militar e da Escola Preparatória e de Tática do Realengo.¹⁴ Segundo as memórias de um ex-aluno, essas homenagens revestiram-se de um “relevo excepcional”, que “teve qualquer coisa de imponente” (Lobato Filho, 1992:55). Um dos alunos militares, Joaquim Gaudie de Aquino Correa, discursou em nome de seus colegas, após oferecer uma escultura em bronze ao homenageado:

Nestes tempos sombrios e nublados através dos quais se arrasta vacilante e incerta a Pátria Brasileira, Lauro Sodré é como uma estrela a cintilar em meio da escuridade, a fé e confiança que nos inspira como patriota que se conserva puro e cuja lealdade e alma generosa sobrenadam sempre às ondas empolgantes da corrupção e da dobrez política que avassalam este país.

¹⁴ Segundo o *Jornal do Commercio* (18 de out. 1904), havia comissões do Clube Militar (lideradas pelo major Agostinho Raimundo Gomes de Castro), das Classes Operárias (lideradas por Vicente de Souza), das escolas Politécnica e de Direito, além de “outras pessoas gradas”.

Perdoai-nos estes arrancos de entusiasmos, pois da mesma maneira que os patriotas da França, como não há muito, Combes,¹⁵ se aproveitaram dos banquetes políticos para tratar da felicidade dos destinos daquele venturoso país, nós, a mocidade do Brasil, nos valem do dia do aniversário dos nossos patrícios ilustres para falar das misérias da Pátria [Lobato Filho, 1992:55-56].

Mais tarde se reuniram, em um dos cômodos da casa, alguns poucos convidados, ocasião em que o deputado Barbosa Lima fez uma saudação sugerindo que Sodré deveria ser “o guião impoluto na vereda da vitória”, o “reivindicador da liberdade da Pátria” (*Jornal do Commercio*, 23 dez. 1904).

Segundo Lobato Filho, no início do mês de novembro teria ocorrido um novo encontro, reservado, porém sem grandes precauções, em uma sala da própria escola, ao qual compareceram muitos alunos, alguns deles remanescentes das manifestações ocorridas na década anterior. Em duas ocasiões anteriores haviam ocorrido sérias indisciplinas envolvendo principalmente alunos da Escola Militar. Em dezembro de 1894, a movimentação fora de orientação política claramente florianista; em 1897, diante da ordem de enviar munição da escola para as tropas no Rio Grande do Sul, os alunos insubordinaram-se. Em ambas as ocasiões, as aulas foram suspensas e muitos alunos desligados (alguns, posteriormente, reincorporados).¹⁶

¹⁵ A referência é a Émile Combes, político republicano francês que havia criado em 1894 um grupo chamado de *La Gauche Démocratique* e que, feito primeiro-ministro em 1902, desencadeava uma política fortemente anticlerical e defensora da educação laica.

¹⁶ Ver os relatórios dos ministros da Guerra dos respectivos anos para informações sobre esses acontecimentos ainda pouco estudados.

A pauta da nova reunião ocorrida na Escola Militar em novembro de 1904 teria sido a preocupação com a pouca quantidade de munição disponível na escola. Assim, já se previa a possibilidade de algum enfrentamento armado. Nessa reunião estaria um jovem oficial que servia na Fortaleza de São João, localizada no bairro da Urca, próximo à Escola Militar. Pretendia-se, por seu intermédio, retirar daquela fortaleza, sem que seu comandante percebesse, a munição adicional que poderia ser necessária.

Segundo o depoimento de um ex-aluno da Escola Militar, durante o mês de outubro os ânimos entre os estudantes já estavam bastante exaltados. Esse clima pré-revolucionário, no entanto, não teria sido visível fora dos muros da escola, já que as aulas prosseguiam normalmente: “Era apenas estranhável a quantidade de oficiais-alunos que permaneciam no estabelecimento depois das aulas, jogando peteca no pátio, ou em conversa no alojamento com os cadetes” (Carvalho, 1961:39-40). No início do mês de novembro, teriam corrido boatos e especulações sobre como e quando se deflagraria o levante e sobre o apoio ou adesão de outros militares. Segundo Lobato Filho (1992:63-64), Lauro Sodré teria garantido a uma comissão de alunos que fora procurá-lo em casa que só concordaria com a saída da escola para o movimento quando tivesse certeza de seu êxito. Enquanto isso, no Clube Militar, o major Agostinho Raimundo Gomes de Castro e outros oficiais já garantiam a adesão de quase toda a guarnição militar, incluindo elementos da Marinha.

Veio então o pretexto que faltava: a Lei da Vacinação Obrigatória contra a Varíola, votada em 31 de outubro. Em 5 de novembro foi fundada a Liga contra a Vacina Obrigatória, sob

a presidência de Lauro Sodré, em reunião ocorrida no Centro das Classes Operárias, presidido por Vicente de Souza, médico baiano, ex-abolicionista, republicano e depois socialista. O Apostolado Positivista também se manifestou fortemente contrário à lei. No dia 9 foi publicada a regulamentação da lei, o que levou a uma escalada da oposição.

No dia 10 de novembro, discursando no Senado, Lauro Sodré justificava “a campanha de resistência à lei arbitrária, iníqua, absurda, monstruosa” e, em seguida, inseria a vacinação obrigatória num contexto político mais amplo:

Não vejo nessa lei senão o abastardamento do regime republicano convertido nesse produto teratológico que aí está, regime da liberdade em que imperam os tiranos; regime de igualdade em que predominam os mais odiosos preconceitos, convertendo muitos dos nossos estados em propriedades de famílias dinásticas quase fora do Direito Penal; regime de fraternidade em que o ódio dos que governam fulmina e assassina os que são governados. [...] Antigos republicanos de boa origem e alta estirpe já se sentem desamparados e desejosos de sair da situação seja como for. [...] Por que ter assombro, por que ter medo das revoluções, quando elas são salvadoras? [Lobato Filho, 1992:66-68.]

Se a homenagem a Lauro Sodré do dia 17 havia dado, nas palavras de Lobato Filho, uma “senha” para o movimento, o discurso do dia 10 o havia desencadeado. Faltava definir o momento de sua eclosão. A data ideal para o levante militar era, propositadamente, 15 de novembro, quando haveria uma série de comemorações oficiais do 15º aniversário da Proclamação

da República. Nessa ocasião já estava prevista a participação de cinco brigadas militares — uma delas composta pelas duas escolas militares e outra, sob o comando do general Travassos, composta pelos 1º, 7º e 10º batalhões de Infantaria, que entrariam em formação na praça XV (*O Paiz*, 16 nov. 1904). As comemorações militares, no entanto, seriam canceladas em função da escalada da revolta popular contra a vacina.

Nos dias 11 e 12, as manifestações ganharam as ruas, com concentrações e passeatas convocadas pela Liga e pelo Centro das Classes Operárias que terminaram em tumulto, reprimidas pela polícia. Lauro Sodré e Barbosa Lima procuraram manter-se na liderança do movimento, dando um sentido político à insurreição. No dia 13, no entanto, a situação saiu de controle e outra revolta, agora de caráter mais popular e liderança difusa, espalhou-se por toda a cidade. Bondes foram quebrados, lojas atacadas e combustores de iluminação danificados. A polícia foi atacada pelos manifestantes, e barricadas foram erguidas.

No início da tarde do dia 14, paralelamente à movimentação dos alunos, outros personagens envolvidos no movimento se organizavam no Clube Militar para acertar os detalhes do movimento. Além do general Travassos, lá estavam Lauro Sodré e Barbosa Lima, o general Olímpio da Silveira, o major Gomes de Castro e o capitão Augusto Mendes de Moraes. Os três últimos ficaram responsáveis por deflagrar o movimento na Escola de Tática do Realengo. O ministro da Guerra tomou conhecimento da reunião e ordenou ao general Leite de Castro, presidente do clube, que a dissolvesse, o que foi feito. Mas já era tarde para abortar o movimento militar.

O general Olímpio da Silveira foi então consultar o presidente Rodrigues Alves sobre a possibilidade de substituir o minis-

tro da Justiça, José Joaquim Seabra, como uma forma de acalmar os ânimos, restabelecer a paz nas ruas e evitar “que as escolas [militares] saíssem”.¹⁷ Diante da resposta do presidente Rodrigues Alves de que o governo tinha força suficiente para reprimir qualquer possível atentado à ordem, e do comentário ameaçador de que ficaria muito decepcionado de ver um general militar envolvido em quaisquer tipos de arruaças, Olímpio da Silveira acabou desistindo de participar da tentativa de levante na Escola Preparatória do Realengo. Mesmo assim, ele acabaria sendo, dois dias depois, preso disciplinarmente a bordo do navio *Aquidabã* (*Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, 17 nov. 1904).

A tentativa de revolta no Realengo passou então à responsabilidade do major Gomes de Castro, que, após alcançar seu objetivo, deveria entregar o comando ao general Marciano de Magalhães, irmão de Benjamin Constant. Seu intento, todavia, foi frustrado pelo comandante da escola, o general Hermes da Fonseca. Às 16h30min, quando já havia embarcado no trem que o levaria do Realengo ao centro da cidade, Hermes estranhou ver, desembarcados do mesmo trem, o major Gomes de Castro, acompanhado do capitão Mendes de Moraes e de um civil chamado Luiz Pinto Pereira de Andrade. Imediatamente desceu do trem, com os três oficiais que o acompanhavam. Encontrando-se os dois grupos à saída da estação, Gomes de Castro deu a Hermes da Fonseca a explicação, pouco convincente, de que ali estava para visitar um amigo. Hermes voltou então imediatamente à escola, formou os alunos e os exortou

¹⁷ Segundo carta de Rodrigues Alves, reproduzida em Franco (2000:505-510), o então presidente disse que Olímpio da Silveira não chegou a falar claramente sobre a substituição do ministro, mas sim sobre a possibilidade de haver alguma forma de conciliação.

a manterem-se disciplinados. Pouco depois, quando o major Gomes de Castro entrou na escola, levantando vivas à República, foi imediatamente preso, juntamente com Pinto de Andrade. O capitão Mendes de Moraes, que ficara do lado de fora do portão, atirou várias vezes, ferindo o tenente João Manoel de Araújo e — na versão de Hermes — também involuntariamente seu companheiro de sedição, Pinto de Andrade, atingido por dois tiros. Mendes de Moraes conseguiu fugir.¹⁸

Coube ao general Travassos liderar o movimento na Praia Vermelha. Nesse dia 14, o comandante da Escola Militar, general Costallat, foi chamado à Secretaria de Guerra pelo então ministro, marechal Francisco de Paula Argollo, que o avisou sobre um boato que corria de que algo aconteceria na escola. Saindo da secretaria, Costallat foi para casa. Por volta das 15 horas, o alferes João Torres Cruz, a pedido do capitão do 1º Batalhão de Artilharia, José Fernandes Leite de Castro, foi avisá-lo sobre os boatos de que ocorria uma reunião no Clube Militar, à qual estavam presentes o general Travassos, Olímpio da Silveira e o senador Lauro Sodré.¹⁹ Sabendo disso, Costallat retornou à escola, lá chegando por volta da 17 horas. No relatório que faria ao ministro da Guerra no dia 15, diria haver notado “que os alunos estavam sob certa impressão, devido aos acontecimentos que se passavam na cidade”.²⁰ Em depoimento posterior, no

¹⁸ *Gazeta de Notícias* (15, 17 e 19 nov. 1904), *Jornal do Commercio* (15 e 16 nov. 1904) e *O Paiz* (15 nov. 1904).

¹⁹ Auto de Informação do Crime — Sublevação da Escola Militar do Brasil / 14 de novembro de 1904. Arquivo Nacional. Fundo: Supremo Tribunal Militar. Notação: BW 2146. Salvo indicação em contrário, esta é a fonte para a versão de Costallat.

²⁰ Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, ministro de Estado da

processo penal militar por “inobservância do dever militar” a que foi submetido (e inocentado), disse que lá encontrou tudo aparentemente dentro da normalidade. Na administração da escola, foi informado de que nada de anormal se havia notado. Graças à insistente desconfiança do capitão Leite de Castro, Costallat fez recomendações ao primeiro-tenente Benício Felipe de Souza de que o depósito em que se guardavam as armas e munições fosse protegido e de que ninguém deveria entrar ou sair da escola sem que ele fosse informado.

Nesse exato momento, todavia, os alunos já arrombavam o depósito e armavam-se. Costallat desceu da secretaria e, segundo sua versão, teria reagido com energia aos alunos que estavam próximos dele, chamando-os de “indisciplinados”. Os alunos teriam dado tiros para o alto, no intuito de amedrontá-lo. Na versão de Leitão de Carvalho, um dos poucos alunos que se mantiveram legalistas, o comandante da escola e seus auxiliares imediatos teriam facilmente se conformado com a situação (Carvalho, 1961:47). Durante o processo do general, nenhuma das testemunhas, além do próprio interpelado, confirmou que tivesse havido tentativa de resistência à força.

Segundo o depoimento de Costallat, o general Travassos surgiu então do meio dos alunos. Ele teria entrado na escola por volta das 18h30min ou 19 horas, acompanhado de Lauro Sodré e de alguns outros oficiais, além do deputado Alfredo Varela. No relatório ao ministro da Guerra, no dia 15, Costallat afirmaria ter ouvido de Travassos: “Vim assumir o comando da Escola como chefe do movimento; sei que jogo a minha cabeça, mas obedeco à designação da mocidade para seu diretor”. Já em seu depoimen-

Guerra, em maio de 1905 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905). O relatório de Costallat encontra-se às páginas 8 e 9.

to no processo militar a que foi submetido, o general Travassos o teria informado ser o “chefe do exército revolucionário”, aclamado pela “mocidade das Escolas [militares]”, e que havia ido assumir o comando da Escola Militar do Brasil.

Costallat, segundo suas declarações, só contava com o apoio de oito funcionários da administração, quatro alunos e um soldado, motivo pelo qual admitiu que não dispunha de meios para resistir. Em seu depoimento, afirma ter pedido a Travassos que o considerasse seu prisioneiro, o que aquele general teria se recusado a fazer, permitindo que Costallat deixasse livremente a escola. Quando partia, acompanhado até o portão da escola pelo general revoltoso, Costallat lhe teria dito ironicamente, “seja feliz”²¹ e, para os alunos, que “os senhores têm o comandante que merecem”. Deixou em seguida a escola em companhia dos poucos funcionários e alunos que não aderiram à revolta, embarcando em um bonde que os levaria à Secretaria da Guerra, para informar o ocorrido ao ministro Argollo.

Com a partida do general deposto, Travassos deu instruções aos alunos: retirar do parque a artilharia da escola, recrutar trabalhadores das pedreiras da Urca e de Botafogo para ajudarem na tração da artilharia, reforçar a guarda da escola, enviar um grupo de alunos para a pedreira de Botafogo para dar cobertura à marcha da escola pela praia em direção ao Palácio do Catete e enviar outros alunos à Fortaleza de São João para buscarem a munição previamente combinada com oficiais daquela fortaleza. Por fim, ordenou que a tropa entrasse em forma, já armada, para marchar em direção ao Palácio do Catete com o intuito de depor o presidente da República. Alguns acadêmicos

²¹ Antes de seu depoimento no Auto de Informação de Crime, em 22-11-1904, a expressão já aparecera reproduzida em *O Paiz*, de 15 de novembro.

civis que se apresentaram para participar do movimento teriam recebido, na hora, instruções sumárias de tiro (Lobato Filho, 1992:73-74).

No momento em que a informação sobre a revolta da Escola Militar chegou ao Palácio do Catete, às 19h30min (*O Paiz*, 15 nov. 1904), o presidente se reuniu com os ministros da Guerra (Argollo), da Marinha (Júlio César de Noronha), da Justiça (José Joaquim Seabra), da Fazenda (José Leopoldo de Bulhões Jardim) e da Viação (Lauro Müller). Muitos senadores estiveram no palácio durante a noite. O Exército, a Marinha, a polícia e os bombeiros foram acionados para fortalecer a segurança do palácio. Segundo Rodrigues Alves, nessa “noite escura e lúgubre”, com os lampiões apagados, “era grande a apreensão. Dizia-se que da escola partiram mil homens, entre alunos, militares e civis e foi com grande ansiedade que se esperaram os acontecimentos” (Franco, 2000:510).

Enquanto isso, na Praia Vermelha, por volta das 21 horas, os alunos formavam em frente da escola, de onde saíram em direção ao Catete em dois grupos. O primeiro, menor, seguiria pela pedreira do morro do Pasmado, para dar cobertura ao segundo e maior grupo, que desceria a rua General Severiano e seguiria depois para a rua da Passagem (*Gazeta de Notícias*, 16 nov. 1904). Receberam, ainda antes de se pôr em marcha, a notícia de dois insucessos: a busca de munições na Fortaleza de São João havia fracassado — o comandante daquele estabelecimento, coronel Marques Porto, havia sufocado a missão;²²e

²² *O Paiz*, de 16 de novembro. Sobre o ocorrido na Fortaleza de São João, ver o relatório de seu comandante, incluído no relatório do ministro Argollo, citado na nota 20, p. 10-12.

o levante na Escola Preparatória do Realengo igualmente havia sido abortado.

Mesmo assim, o general Travassos decidiu romper marcha, por volta das 22 horas. Lauro Sodré ia ao lado da bandeira. Na altura da praia da Saudade (local onde hoje fica o Iate Clube do Rio de Janeiro), afinal chegou uma boa notícia: um esquadrão de cavalaria de reconhecimento, enviado pelo governo, aderira aos revoltosos, passando a tomar parte na marcha. Em seguida, ao passarem pela rua General Severiano, o grupo que havia sido enviado para a pedreira do morro do Pasmado juntou-se aos colegas.

Por volta de meia-noite, quando os revoltosos entravam pela rua da Passagem, depararam-se com tropas leais ao governo, bem mais numerosas, que, saindo do Catete, haviam passado pelo largo do Machado, pela rua Marquês de Abrantes e pela praia de Botafogo. Eram compostas, em sua maior parte, pela Brigada Policial, sob o comando do general Antônio Carlos da Silva Piragibe. O general Travassos enviou então um alferes-aluno da Escola Militar, Silvestre Cavalcanti, para transmitir uma mensagem ao comandante da brigada. O alferes-aluno foi recebido a tiros e voltou em seu cavalo, vindo a cair, já morto, junto da tropa revoltosa. Segundo depoimento do major Possidônio, que comandava a 1ª Companhia do 2º Batalhão da Brigada do governo:

Instantes depois aproximou-se um cavaleiro que no momento não se podia ver quem era. O general mandou então que se perguntasse quem era. O cavaleiro respondeu — “é um camarada”; e acrescentou: “O cavaleiro fez rodar o animal e o general mandou neste momento fazer fogo”. À descarga responderam os alunos, dando-se então o fato de todo conhecido. A debandada foi com-

pleta, e quando dei acordo de mim, vi-me rodeado apenas de alguns praças: o resto havia corrido [Sodré, 1970:89].

O general Travassos ordenou então que sua tropa fizesse alto e que uma companhia se estendesse pela rua da Passagem, aguardando a chegada dos adversários e preparando-se para o combate. Segundo uma testemunha citada pelo jornal *O Paiz* de 18 de novembro, o general Travassos, montado a cavalo e seguindo à frente dos alunos da Escola Militar, chegou a estar a dois passos do coronel Pedro Paulo da Fonseca Galvão, comandante de uma das colunas legalistas. A escuridão era tal que as forças marchavam sem se ver. O general Travassos, avistando o coronel Pedro Paulo, segundo o mesmo jornal, “usou da palavra, exortando-o a aderir ao movimento em nome da salvação pública”, ao que o coronel respondeu “que era militar e havia de cumprir o seu dever. Ao que respondeu o general Travassos: — Pois bem, coronel, cumpra o seu dever que eu vou cumprir o meu”.

Em seguida, em meio à escuridão das ruas com lampiões quebrados e à chuva fina que caía, começou um intenso tiroteio entre os dois lados, que durou cerca de meia hora.²³ O então aluno Bertoldo Klinger (1944:130) afirmaria, 40 anos mais tarde, que o tiroteio foi “anarquizado”, e que os alunos corriam até o risco de atirarem uns nos outros. A tropa enviada pelo governo, além de ser muito maior em número, dispunha de muito mais munição. Contudo, apesar de sua vantagem, os legalistas entraram em pânico e debandaram, voltando em direção ao palácio para aguardar reforços (*O Paiz*, 15 nov. 1904). Segundo o relato de Rodrigues Alves:

²³ A duração é dada pela *Gazeta de Notícias* (16 nov. 1904) e por Lobato Filho (1992).

Correu, de repente, a notícia do encontro das forças em Botafogo e a retirada das nossas, tendo havido tiroteio. Em verdade apareceu daí a pouco na sala o coronel Pedro Paulo, e, de pé na porta de entrada, disse, com ar espantado, que a sua força havia debandado. Instantes depois, veio o general Piragibe dizendo, com o mesmo ar daquele, que a sua força debandou e que se queriam que ele combatesse, dessem-lhe soldados e boas armas [Franco, 2000:510].

Em relatório posterior sobre o episódio, o chefe de polícia procurou justificar melhor a retirada:

Em meio dessa noite negra sem luz alguma, mal distinguindo, inutilizados como estavam pelos malfeitores ao serviço dos conjurados os combustores da iluminação pública, de onde partiam os tiros e como se movimentavam as forças combatentes, estabeleceu-se explicável confusão que determinou a volta das tropas legais ao Catete [Lobato Filho, 1992:86-87].

Diante da situação de risco que o governo vivia, chegou-se a cogitar que Rodrigues Alves embarcasse num navio de guerra, no qual lhe poderia ser garantida maior segurança, o que o próprio presidente recusou. Em suas palavras:

Foi indescritível a cena que se seguiu. Pensei que as forças haviam sido destroçadas e que a escola aí vinha sobre o palácio. Houve um momento de pânico, do qual eu mesmo participei. De todos os lados aconselhavam-me que saísse; que fosse organizar a defesa no mar; que era honroso isso; que não devia sacrificar o governo e as instituições. Era essa a voz geral, parecia o sentimento de todos. Já eu havia reassumido a calma, passado o mau momento.

Chamei um de meus filhos, mandei ver se convencia as irmãs a saírem do palácio para qualquer parte em uma das lanchas que existiam nos fundos do palácio, e, cumprindo esse dever, readquiri toda a minha presença de espírito, declarando que não sairia e que meu lugar era aqui, que tínhamos elementos para combater com êxito e, animando a todos, dei ordem para que se movessem, falei a todos que saíssem para animar os soldados. A coragem foi voltando; as providências começaram a ter ordem; as barricadas de defesa foram em andamento, e, em breve, estávamos preparados para qualquer encontro, porque começaram a chegar forças do Exército [Franco, 2000:510].

Igualmente sem saber ao certo o que acontecia, em meio à confusão geral, a Escola Militar também recuou, retornando à Praia Vermelha. Provavelmente a confusão ocorreu pelo mesmo motivo apresentado pelo chefe de polícia, general Piragibe, para justificar a retirada de sua brigada: a rua da Passagem, como boa parte da cidade, estava às escuras.²⁴ A Revolta da Vacina foi também chamada, não à toa, de “quebra-lâmpioes”: no escuro, e em meio ao caos que tomava conta da cidade, o medo parecia ser mais forte que qualquer outro sentimento.

É importante, no entanto, saber que, durante o tiroteio, houve alguns mortos e feridos de ambos os lados. Do lado dos revoltosos foram dois ou três mortos e oito feridos; do lado dos legalistas, algumas fontes mencionam 32 feridos.²⁵ Acima

²⁴ Segundo a *Gazeta de Notícias* (15 nov. 1904), às 20 horas a praia de Botafogo “era percorrida por grupos de populares, que apagavam a pedra os combustores de iluminação pública e atacavam os bondes do Jardim Botânico”.

²⁵ As informações são de Lobato Filho (1992), Carvalho (1987:108) e *Jornal do Commercio* (16 nov. 1904).

de tudo e de todos, o comandante, general Travassos, fora atingido por um tiro na perna e, apeado de seu cavalo morto, havia sido retirado para a casa do filho, de onde foi depois transferido preso para o Hospital Central do Exército. Em decorrência das complicações desse ferimento, que demandariam a amputação do membro, viria a falecer no dia 22 de novembro, aos 55 anos de idade, sendo sepultado no dia seguinte, sem que lhe fossem concedidas honras militares.²⁶ O senador Lauro Sodré, que imediatamente após o combate escondeu-se por alguns dias até ser preso, também fora ferido de raspão por um tiro na cabeça, embora sem muita gravidade.

A Escola Militar foi então iluminada pelos holofotes do *Deodoro* (*Gazeta de Notícias*, 15 nov. 1904) e bombardeada de madrugada por navios de guerra, postados na boca da barra da baía da Guanabara. Durante toda a madrugada foram tomadas providências para proteger o palácio e cercar a escola. Tropas leais ao governo foram enviadas, sob o comando do coronel Caetano de Faria, em direção à escola da Praia Vermelha. Por volta das 6h30min da manhã do dia 15, a escola foi ocupada, sem resistência, pelo marechal Argollo e pelo ministro Lauro Müller, em seu uniforme preto de major de Engenharia.²⁷ Alguns alunos haviam fugido da escola durante a noite ou logo após o combate da rua da Passagem, outros se apresentaram ao ministro da Guerra logo que a escola foi tomada, afirmando que não eram solidários ao movimento de seus colegas. A maioria, cerca de 200 alunos e nove oficiais, rendeu-se sem resistência e permaneceu em formatura no pátio do estabelecimento até a entrada do marechal Argollo, que lhes disse, segundo Lobato

²⁶ *Gazeta de Notícias* (23 nov. 1904); e Franco (2000).

²⁷ Para a descrição desse evento, ver *Gazeta de Notícias* (16 nov. 1904).

Filho (1992:121), que esperava lá encontrar não eles, alunos, mas os chefes que haviam explorado seu ardor, que poderia ter sido melhor empregado. Os alunos saíram da escola em bondes, escoltados pelas forças do governo, de onde seguiram presos para unidades militares. Dias depois, os alunos foram embarcados em navios e distribuídos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Oitenta e um alunos da Escola do Realengo também foram enviados para os portos do Sul.²⁸ Um decreto do dia anterior excluía os alunos revoltosos do Exército.

A tentativa de deposição do presidente não teve êxito, mas assustou as autoridades. No dia 16 de novembro o estado de sítio para Rio de Janeiro e Niterói foi aprovado, e posteriormente prorrogado por três vezes consecutivas,²⁹ sob a argumentação de que o poder legal estava ameaçado pela tentativa de golpe e instauração de uma ditadura militar. Nesse mesmo dia o governo revogou a obrigatoriedade da vacinação e suas tropas conseguiram prender Horácio José da Silva, vulgo “Prata Preta”, personagem mítico e quase totalmente desconhecido que liderava as barricadas no bairro da Saúde. A partir daí a revolta popular também se desarticulou. O saldo foi de cerca de 30 mortos, mais de uma centena de feridos e cerca de mil populares presos e enviados à ilha das Cobras, metade dos quais foram deportados em seguida em navios-prisão para o Acre, a fim de trabalhar em seringais. Muitos morreriam durante a viagem.

²⁸ *Gazeta de Notícias* (18 e 19 nov. 1904).

²⁹ Primeiramente, foi aprovada sua primeira prorrogação, em 13 de dezembro, por 30 dias. Em 4 de janeiro de 1905 e em 15 de fevereiro de 1905, o estado de exceção foi novamente prorrogado.

REFUNDAR A REPÚBLICA

O levante da Escola Militar teve na revolta popular contra a vacina um pretexto. A aderência ao movimento popular provavelmente cativou alguns revoltosos. Mas havia outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Lauro Sodré, figura-chave para a sua eclosão, era também líder do Partido Republicano Federal, que reunia as oposições de todos os estados à *política dos governadores*. A política nacional oligárquica do início do século XX facilitava a emergência de descontentamentos por parte daqueles políticos que não tinham acesso direto ao poder. Assim, a deposição do presidente da República e a tomada do cargo por Lauro Sodré representariam uma tentativa de modificação da ordem política vigente, num contexto de disputa de grupos políticos intraelites.

No caso do general Travassos, é razoável supor que aceitou liderar o movimento em razão de sua orientação positivista, refletida em sua postura de oposição a uma lei que tornava obrigatória a vacinação e que era vista como uma afronta à liberdade de escolha e à inviolabilidade do lar, previstas pela Constituição de 1891. A confiar nas fontes disponíveis, o general Travassos só despontou como real participante do movimento na reunião do Clube Militar da tarde do dia 14, já que não há registros de sua presença na reunião ocorrida na casa de Lauro Sodré ou em outro encontro anterior. Assim, é possível que o general tenha acreditado que o movimento havia sido bem encaminhado por Lauro Sodré, Barbosa Lima e pelos alunos, cabendo a ele apenas a liderança de sua marcha.

Num momento decisivo para o levante da Escola Militar, defrontaram-se dois generais, Travassos e Costallat — um “revo-

lucionário”, o outro legalista. O primeiro foi morto desafiando o governo vigente; o segundo, processado (e finalmente absolvido) pelo Supremo Tribunal Militar por inobservância do dever militar.

O presidente da República assinou, em 16 de novembro, decreto mandando fechar a Escola Militar do Brasil (*O Paiz*, 17 nov. 1904). Os alunos foram expulsos do Exército, porém seriam anistiados no ano seguinte, o que permitiu que alguns retomassem sua formação militar, agora no Rio Grande do Sul. Lauro Sodré também seria anistiado em 1905. Quanto a Barbosa Lima, que não tomou parte no movimento, manteve-se ausente nas sessões do Congresso posteriores à revolta. Ambos continuariam atuantes na política nacional por muitos anos. Já os populares presos na revolta e desterrados para o Acre sumiriam para sempre da cena em que, por breve período, apareceram com destaque. Restava esperar que a história os recuperasse.

Não se procurou aqui fazer uma reconstituição detalhada da revolta militar nem do perfil ou da ação de seus personagens. Há poucas fontes disponíveis e seria necessário um trabalho de pesquisa mais extenso. Vale chamar a atenção para o fato de que a historiografia até hoje também não deu grande atenção à revolta militar. O compreensível fascínio pela revolta popular, com sua *massa* quase indistinta de pessoas unidas contra a modernização excludente da belle époque que se vivia na capital, sem dúvida contribuiu para deixar a revolta militar em segundo plano e, em geral, muito resumida nos trabalhos que foram escritos.

No final de 1904, a ocorrência de revoltas populares urbanas não era novidade na capital, muito pelo contrário; basta lembrar a Revolta do Vintém de 1880.³⁰ A de 1904, no entanto,

³⁰ Conhecida por esse nome por ter sido motivada pela cobrança de 20 réis (um vintém) pelas passagens dos bondes.

atingiu uma extensão, profundidade e duração sem precedentes. Nachman (1977), Sevcenko (1983), Needell (1987) e J. M. de Carvalho (1984 e 1987) fizeram análises muito importantes sobre a revolta, contribuindo, em seu conjunto, para uma total renovação da visão que sobre ela se tinha, até então considerada um evento menor na história do Brasil. Concordamos com a maioria de seus achados ou insights, porém acreditamos ser significativo observar que esses autores fizeram seus estudos no período transcorrido entre o processo de abertura política do final do regime militar e o início da redemocratização do Brasil, período marcado, no terreno da historiografia, pela atenção ao renascimento dos movimentos sociais e por uma perspectiva que dava maior — e justa — atenção à história dos “vencidos”. Nesse sentido, é compreensível que a revolta militar, comparada à revolta popular, tenha recebido menor atenção.

Os líderes da revolta militar, diferentemente dos populares, não eram, como bem observou Needell (1987:247), contrários à “modernidade”; nem mesmo à natureza *científica* da vacina, mas apenas ao fato *político* de sua obrigatoriedade. Eles eram, todavia, “modernizadores” de outro tipo, buscando uma alternativa política mais radical e menos excludente do que a *política dos governadores* liderada pela oligarquia paulista, vista como anacrônica, atrasada e similar à que se praticava durante a monarquia. Lauro Sodré, vale lembrar, havia sido candidato derrotado à presidência da República em 1898, concorrendo com o paulista Campos Sales. Embora também fizessem parte da elite política e não fossem adeptos de uma revolução popular, os líderes da revolta militar de 1904 sem dúvida assustaram os setores das elites que controlavam o poder, despertando o fantasma de reformas que poderiam introduzir, caso vitoriosos.

Os vínculos com líderes operários como Vicente de Souza reforçavam essa sensação.

Dar atenção à revolta militar ocorrida no bojo da revolta popular não implica diminuir a estatura da revolta popular, nem suprimir a possibilidade de se fazer uma “história-prata-preta”, como teme Cukierman (2007:239). Para dar maior destaque à revolta popular, esse autor não economiza na atribuição de adjetivos negativos à tentativa de golpe militar: “bufonaria golpista de quinta categoria”, “grande comédia de erros”, “comédia esquisita”, “patética”, “farsa”, “uma verdadeira pândega”, “tentativa canhestra de golpe militar” (p. 236-238). Acreditamos, entretanto, que, descartando-se dessa maneira a relevância do movimento, corre-se o risco de perder de vista o efeito que sua *derrota política* legou aos que buscam compreendê-lo. Não se trata de valorizar positiva ou negativamente a ação e as intenções individuais de seus personagens, embora elas também façam parte da história. Parece ser mais importante, agora, apontar dimensões políticas e simbólicas fundadas num padrão de ação mais geral, e que ajudam a compreender o levante militar como algo além de uma “bufonaria”.

Os militares que se lançaram na fracassada tentativa de golpe em 1904 defendiam o retorno ao ideal republicano, que, em sua visão, havia sido imaginado pelos adeptos de Benjamin Constant em 1889, continuado na década seguinte por Floriano Peixoto e pelos políticos *jacobinos*, porém traído e finalmente derrotado pelo conluio das oligarquias tradicionais.

Esses personagens repetiam um mesmo padrão de ação política, vitorioso em 1889 e algumas vezes ensaiado nos anos seguintes: uma maioria de jovens oficiais ou mesmo alunos do Exército com formação “científica” — na linguagem da época, a

“mocidade militar” —, buscava, sob a liderança de alguns poucos militares de mais alta patente, e através de uma ação rápida, salvar a nação, em seu nome (Castro, 1995). As homenagens prestadas pela “mocidade militar” a Lauro Sodré, por exemplo, em muito lembram as recebidas, 15 anos antes, por Benjamin Constant — de quem, aliás, Sodré fora “discípulo”.

Desta feita, no entanto, a tentativa de golpe fracassou, e é importante insistir no resultado desse desfecho político. O sucesso do golpe republicano de 1889 levou à convicção de que, mais cedo ou mais tarde, a Monarquia acabaria como que por uma inevitabilidade histórica, e que a força do ideal republicano e a coesão da “classe militar” eram maiores do que talvez tenham sido. O fracasso de 1904 ocasionou o encerramento definitivo de todo um ciclo de formação militar — a Escola Militar da Praia Vermelha (ou “Tabernáculo da Ciência”, como a chamavam seus alunos) não seria mais reaberta. Resultou também no esgotamento de um padrão de ação política que José Murilo de Carvalho nomeou de “primeiro tenentismo”, para diferenciá-lo do “segundo tenentismo”, da década de 1920, este sim afinal vitorioso, pelo menos parcialmente, em 1930. Essa vitória política fez com que os revoltosos que participaram desse segundo ciclo tenentista, iniciado com a revolta de 1922 — entre eles os que passaram à história como “Os Dezoito do Forte” —, bem como os que participaram dos levantes dos anos seguintes ganhassem um relevo, na memória histórica das décadas seguintes, que os derrotados de 1904 nunca teriam.

3 A LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL*

No Brasil, todos os homens, no ano em que completam 18 anos de idade, são obrigados ao alistamento militar. Caso essa obrigação não seja observada, o jovem é considerado “refratário” e, nessa condição, não recebe o certificado de reservista, documento exigido para tirar título de eleitor ou passaporte, prestar concurso público ou matricular-se na universidade. Os selecionados para o serviço militar obrigatório que não se apresentam tornam-se “insubmissos”, sujeitos às penalidades previstas pela justiça militar.

Entre a primeira lei que previa a obrigatoriedade do serviço militar, em 1874 — que não saiu do papel —, até uma segunda lei, de 1908, que só foi implantada em 1917 — e novamente “não pegou” —, viveu-se uma intensa propaganda a favor ou contra a adoção do serviço militar obrigatório. Entre os que se opuseram à medida destacou-se o movimento operário organizado, em particular os anarquistas. Na historiografia brasileira, no entanto, embora haja uma abundante bibliografia sobre mo-

* Uma versão anterior deste capítulo foi publicada em *Direitos e cidadania — justiça, poder e mídia*, coordenado por Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 239-259). Agradeço a colaboração dos assistentes de pesquisa Eline de Sousa Paiva, Cláudio Guimarães, Marisa Schincariol de Mello e Julia Galli O'Donnell.

vimento operário e trabalhadores em geral durante a Primeira República, a oposição ao serviço militar obrigatório tem sido tratada apenas brevemente.³¹ O objetivo deste capítulo é recuperar, mesmo que parcialmente, essa história.

A DOCTRINA DA “NAÇÃO EM ARMAS” E AS LEIS DO SORTEIO MILITAR NO BRASIL

Após a vitória da Prússia na guerra de 1870/1871 contra a França, o sistema prussiano de conscrição, baseado no serviço militar obrigatório e considerado um dos fatores decisivos para a vitória, generalizou-se por exércitos de todo o mundo. Dessa forma, disseminou-se a noção da “nação em armas”, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa nacional, seriam uma espécie de “escola da nacionalidade”, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população e de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. A adoção do serviço militar obrigatório também era vista como requisito essencial à profissionalização dos exércitos modernos. Segundo os novos padrões, apenas o corpo de oficiais passava a ser permanente, enquanto a base da instituição deveria ser renovada periodicamente.

No Brasil, já em 1874 uma lei modificou o sistema de recrutamento, até então constituído pelo voluntariado ou pelo recrutamento forçado, instituindo o sorteio para o serviço mi-

³¹ A exceção mais importante é Beattie (2001). Duas dissertações de mestrado que tratam especificamente do serviço militar obrigatório — porém, principalmente do ponto de vista de seus defensores — são Capella (1986) e Kuhlmann (2001).

litar, a ser realizado entre todos os cidadãos aptos. No entanto, essa lei não foi aplicada, em parte devido à resistência de setores do poder econômico preocupados com a perda, embora temporária, de força de trabalho. Por outro lado, a burocracia estatal não dispunha de instrumentos apropriados para implementar a lei, e também era grande a aversão que a maioria da população civil manifestava em relação à vida no Exército. Em 1884, por exemplo, a junta de alistamento do município mineiro de Conceição de Alagoas foi atacada por um grupo de 50 mulheres usando disfarces. Elas destruíram completamente os arquivos, impedindo assim o alistamento de seus filhos, irmãos e maridos. Uma correspondência enviada ao ministro da Guerra informa que essa era a quarta vez que as mulheres interrompiam o alistamento.³²

OS MILITARES E A DEFESA DA LEI DO SORTEIO DE 1906

Em outubro de 1906, foi apresentado pelo deputado Alcindo Guanabara um novo projeto de lei instituindo no Brasil o serviço militar por sorteio. O deputado discursou no Congresso afirmando que os 20 mil soldados do Exército brasileiro eram, em sua maioria, ex-trabalhadores braçais de baixas condições. Com a adoção do sorteio militar, todas as classes sociais passariam a estar representadas no Exército. Segundo ele, as resistências ao sorteio não vinham do povo, mas da burguesia, que não queria ver seus filhos no quartel. E acrescenta: “o novo Exército não será uma prisão, um lugar de torturas,

³² Arquivo Nacional, caixa IG¹216, 15-10-1884, folha 654.

não será uma sucursal do Inferno dantesco” (Guanabara, 1907: 27). Obviamente, se o “novo” Exército não seria isso é porque o Exército contemporâneo era visto como tal.

Na introdução ao Relatório da Guerra de 1907, relativo ao ano anterior, Hermes da Fonseca diz que o projeto apresentado por Alcindo Guanabara “satisfaz em princípio aos reclamos do Exército, que são os da própria Nação” (Fonseca e Escobar, 1943). Uma ideia presente em todas as manifestações dos militares a favor do serviço militar era a identificação entre nação e Exército. Com a Lei do Sorteio acabaria o que Olavo Bilac (1924) chamou de “divórcio monstruoso” entre o Exército e a sociedade, passando este a representar fielmente a composição da sociedade.

Entre os que lutavam pela introdução do sorteio militar no país destacavam-se, como era de se esperar, os próprios militares. Mas a preparação militar também era defendida por membros das elites civis agrupados nos tiros de guerra, organizações civis de treinamento de atiradores e que visavam criar reservas treinadas para o Exército.

Críticas ao projeto surgiram de alguns deputados, que arguiram a constitucionalidade da lei — um debate que se prolongaria por meses. Outras críticas ao projeto partiram da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (AECRJ), que em 1907 encaminhou uma representação ao Congresso Nacional. Segundo a associação, o projeto “desorganiza de um modo radical as classes produtoras do país”. O manifesto pretendia afirmar os princípios liberais, a liberdade do indivíduo em oposição à intromissão do Estado em sua vida. O manifesto, no entanto, não deixa claro se a associação era contra qualquer tipo de sorteio militar ou se o que se desejava era a extensão aos empregados no comércio das isenções previs-

tas no projeto. Mas essas não eram as únicas razões apontadas pela associação para se opor ao projeto tal como fora redigido. O manifesto menciona também que a associação recebeu um apelo dos *brasileiros* empregados no comércio da capital, receosos de que suas atividades passassem a ser exercidas por *estrangeiros*, pois não haveria casa de comércio que empregasse um brasileiro “sobre o qual pesam tantos e tantos ônus”, como quer o projeto. Essa distinção entre brasileiros e estrangeiros/imigrantes seria retomada em várias ocasiões durante os anos seguintes, por diversos atores sociais.

Apesar dessas oposições, a Lei do Sorteio Militar foi aprovada na Câmara em 4 de janeiro de 1908, 15 meses após sua apresentação. Ela não seria, no entanto, implantada. A principal oposição ao sorteio veio do movimento operário, que se posicionou radicalmente contra a medida. O I Congresso Operário Brasileiro, dominado pelos anarquistas e realizado na sede do Centro Galego, no Rio de Janeiro, em abril de 1906 — antes, portanto, da apresentação da lei —, e que contara com a participação de 43 delegados representando 28 sindicatos operários, já tomara a resolução de “incitar o proletariado à propaganda e ao protesto contra a guerra, assim como ao militarismo, e contra a intervenção da força armada nas contendas entre salarizados e patrões” (Addor, 2002: 80).

Em 5 de janeiro de 1908, dia seguinte à aprovação da lei, realizou-se uma reunião na Federação Operária, no Rio de Janeiro, presidida pelo líder operário Carlos Dias, com o objetivo de saber a opinião da classe operária sobre o sorteio militar.³³ Elói

³³ Ver a matéria “Sorteio militar”, no *Jornal do Brasil* (6 jan.1908). Matérias menores saíram na *Gazeta de Notícias* e no *Correio da Manhã*. A versão do tenente Gentil Falcão encontra-se em Falcão (1923:122-124).

Pontes tomou a palavra e falou dos prejuízos da classe operária, principalmente das famílias, com a nova lei, questionando ainda sua serventia militar. Seu discurso foi aplaudido com gritos de “abaixo o militarismo”, “viva a liberdade” e “abaixo o sorteio”. Em seguida, Carlos Dias tomou a palavra e continuou atacando o militarismo, a seu ver um grande mal para a classe operária.

Uma voz discordante foi a de um jovem militar, o tenente Gentil Falcão,³⁴ que defendeu o sorteio como única forma de reformular condignamente o Exército, estabelecendo de fato o dever que todo cidadão tem de servir à pátria. Perguntado sobre o que era a pátria, o militar respondeu: “a pátria é a relação íntima que prende um povo à terra onde ele nasceu. Esta pátria tem o direito de exigir dos seus filhos o dever de defendê-la”. Diante dessa definição de pátria, a assembleia protestou gritando que “pátria é a família, não é um pedaço de terra! A pátria é para o homem toda superfície do globo terrestre!”

Carlos Dias voltou e retrucou que o Brasil precisava de operários, e não de soldados; que “já era chegado o tempo de os homens não servirem mais de pasto para os canhões que defendem sempre o interesse e a ambição dos governos em detrimento dos privilégios de que deve gozar o povo”. Segundo outro orador, o italiano Magrassa, secretário da Federação Operária, o soldado tinha o título de cidadão e o tratamento de um escravo. Para ele, se os operários virassem soldados, tornar-se-iam instrumento nas mãos dos tiranos, que queriam dominar os povos, e não mais poderiam reclamar nas ruas seus direitos. Isso já ocorrera em outros países, nos quais “operários soldados” reprimiram manifestações operárias nas ruas. Magrassa

³⁴ Nascido no Ceará em 1885, Gentil Falcão chegaria a general. Ver Nobre (1996).

afirmou também que o serviço militar afastava os homens do trabalho prático, impedindo-os de constituir famílias, e terminou seu discurso conclamando os chefes de família a combaterem dois grandes males: o militarismo e a escola pública, que fazia as crianças acreditarem em mentiras como “o Exército e a Pátria são benéficos ao operário”.

O orador seguinte foi Joaquim Motta Assumpção,³⁵ que discursou contra as pessoas que tinham mania de vestir seus filhos com fardas — no seu entender, uma maneira de defender o militarismo. Falou contra uma possível revolução, que não seria benéfica aos operários, mas afirmou ser legítimo fugir ao serviço militar por qualquer via.

Após vários outros discursos, Carlos Dias fez o encerramento da reunião. Disse que os operários não eram tratados como cidadãos, e que nem casas foram construídas para eles, enquanto se abriam grandes avenidas e se construíam grandes palácios, numa alusão às obras de “modernização” da capital. Referiu-se ao episódio de Canudos, afirmando que o Estado, em vez de trazer seus habitantes para a cidadania, resolveu aniquilá-los. Para Carlos Dias, “pátria, só a tem quem possui patrimônio. Para os operários não há pátria, porque eles não são tratados como cidadãos”. E concluiu: “Os operários não querem servir à Pátria, querem viver para as famílias, dignificando-a pela honra

³⁵ Segundo o *Dicionário do movimento operário* (Batalha, 2009, doravante apenas DMO), p. 28-29, Joaquim Motta Assumpção, nascido em Portugal em 1879, foi um dos raros anarquistas individualistas — seguidores das ideias de Max Stirner — atuantes no movimento operário brasileiro. Participou do I Congresso Operário Brasileiro (1906) como representante da Liga das Artes Gráficas, tendo sido membro da comissão redatora das resoluções do congresso.

oriunda do seu labor quotidiano. Abaixo o sorteio! Viva a Liberdade! Vivam os operários!”³⁶

Nas três semanas seguintes a essa reunião, ocorreram regularmente comícios na Federação Operária, com os oradores sempre se manifestando contrários à Lei do Sorteio e ao “militarismo”. Em 12 de janeiro de 1908, Carlos Dias informou ter ido ao gabinete do chefe de polícia explicar que a assembleia tinha fins pacíficos, e que qualquer pessoa poderia falar contra ou a favor do sorteio. Embora não esteja registrado nas fontes, é possível que isso tenha sido resultado de alguma queixa do tenente Gentil Falcão, presente na sessão anterior, suposição reforçada pelo tom defensivo de alguns discursos que se seguiram. Motta Assumpção, por exemplo, iniciou sua fala dizendo que estavam usando suas afirmações para interesses políticos. Reiterou sua posição contra arruaças e contra uma possível revolução, pois “se uma revolução fosse tentada não seria decerto favorável ao povo, porque ele não está preparado para substituir as instituições que o regem”. E afirmou o direito de reagir pacificamente ao sorteio. Para Motta Assumpção, toda ordem é oriunda de uma revolução, porém o caso brasileiro não poderia, *ainda*, ser assim resolvido. Disse que o operário brasileiro não quer ser militar, pois sabe a que fica reduzido o Exército sem o “enfeite” do patriotismo: “se o governo tem necessidade

³⁶ Segundo a versão do tenente Gentil Falcão, que diz ter corrido o “risco da própria vida” por não resistir à curiosidade de ver o que era a grande reunião do operariado, após as explicações fornecidas com seu pronunciamento, vários operários teriam se aproximado, simpatizando com a lei e confessando ou a sua ignorância em relação ao assunto, ou culpando terceiros que os teriam apavorado com ideias absurdas sobre o serviço militar. Segundo Falcão, seu discurso teria sido apartado por estrangeiros, em sua maioria, “alheios aos interesses do país”.

de soldados, basta que diga que paga 200\$ a cada um que apareça porque não falta quem queira ganhar dinheiro”. Com isso, não se precisaria afastar do trabalho os operários. O orador diz que os trabalhadores estrangeiros que vieram para o Brasil eram inimigos do sorteio, pois “vieram de seu país fugindo das armas [...] não querem para seus filhos a sorte que os fez perder a beleza de sua infância [...]”. Afirmou ainda que o sertanejo que não é contra o sorteio militar só verá o nefasto efeito dele quando forem arrancar do campo seus familiares.

Motta Assumpção não nega a existência da pátria, mas diz que ela não é absolutamente o que os exploradores políticos querem que seja. Afirmou que os operários odeiam o militarismo, porque os soldados os substituem em caso de greve. Isto, para ele, não é servir à pátria: “Servir à pátria é tratar do bem comum, estabelecendo igualdade”. Reafirmou o caráter pacífico do movimento, dizendo que os operários não querem de modo algum agitar o país; ao contrário, desejam a paz, pois só com ela poderão florescer as indústrias a que se dedicam. Motta Assumpção prossegue dizendo que não é o militarismo nem o Exército que garantem a paz, como quer a Conferência de Haia, que só visa à segurança de fidalgos. A assembleia o aplaudiu de pé. Em seguida Carlos Dias comentou, ironicamente, que seu companheiro, como todos os que professam os seus princípios, são homens maus, que prezavam bombas, alarmando o espírito público. Depois perguntou se alguém discordava de Assumpção: ninguém se manifestou.

Vários discursos se sucederam, sempre no mesmo tom de crítica à Lei do Sorteio. Elói Pontes disse que os mais ricos encontrariam formas de fugir ao sorteio, e criticou a Marinha, que teria afirmado haver o perigo de uma guerra contra a Ar-

gentina, como desculpa para reforçar o serviço militar. Vicente Avellar criticou as condições a que os homens eram submetidos no Exército. Um certo sr. Corrêa prosseguiu dizendo ser o lar o lugar mais sagrado da sociedade, e fez uma apologia do operário em detrimento do soldado: “Se é grande a glória de um general que vence batalhas, maior é a do operário que tem que lhe fundir o bronze”. Depois desses discursos, Carlos Dias encerrou a reunião, reafirmando o caráter pacífico que o movimento deveria ter.

No comício da semana seguinte, em 19 de janeiro de 1908, Motta Assumpção abriu a reunião como presidente, logo explicando que não era nenhum tirano, mas um membro eleito pelos companheiros. Passou a palavra a um membro do comitê antimilitarista, Elói Pontes, que anunciou que acabava de ser formada a Liga Antimilitarista. A liga não teria sede para não ser perseguida e só visava fazer publicações para serem espalhadas pelo Brasil. Motta Assumpção afirmou novamente ser contrário a “arruaças”, que prejudicavam a classe operária. Após falar um certo sr. Jubata, Carlos Dias tomou a palavra para culpar os operários que elegeram as pessoas que fizeram a Lei do Sorteio. O ministro da Guerra e o chefe do Estado “não são culpados da passagem da iníqua lei, mas sim os próprios operários que se qualificam e votam, guindando aos cargos dirigentes homens que no dia imediato esquecem por que degraus chegaram a essa posição”.

Carlos Dias seguiu lendo o manifesto *O militarismo ante a política moderna*, do Apostolado Positivista do Brasil. Os positivistas argumentavam ser impossível a ideia de militarizar o povo brasileiro e criticavam o Estado, que, depois de comprar armamentos novos, queria criar soldados pela Lei do Sorteio.

A sociedade estaria regida por leis naturais, não podendo ser transformada por caprichos de suas classes. Antes de tentar militarizar a sociedade, o Estado teria de transformar as Forças Armadas em forças industriais: “urge sinceramente a abolição das classes armadas, transformando-as em classes industriais”. O manifesto liga a ideia de militarismo ao espírito guerreiro, característico de sociedades atrasadas, seguindo a Lei dos Três Estados, de Comte. Diz que o espírito militar acabou e que as nações que parecem ser militares são apenas nações armadas; comparando-as com o mundo antigo, pode-se observar o fim do espírito militar, pois atualmente a carreira militar seria procurada como meio de vida, não como vocação. O manifesto afirma que o ódio entre as nações já acabou, e faz um contraste entre o regime do soldado e o regime do operário, o regime industrial. O Exército estaria com seus dias contados, o Brasil deveria acabar com suas Forças Armadas e transformá-las em simples polícias.

Após a leitura do manifesto, Motta Assumpção retomou a palavra e convocou a assembleia a lutar contra a transformação dos operários em escravos.

A GUERRA PELA FAMÍLIA

Um dos pontos centrais da luta entre os defensores do serviço militar obrigatório (fossem eles militares ou não) e os “antimilitaristas” era a apropriação que os dois lados procuravam fazer da imagem da *família*, certamente o bem simbólico mais caro às classes populares de então. Nessa disputa, os líderes operários parecem ter saído na frente, pois só após as primeiras manifes-

tações operárias contrárias ao sorteio militar é que os militares passaram a usar com maior frequência figuras de linguagem relacionadas à ideia de família, afirmando que a caserna seria a “continuação” do lar. Em oposição a essa visão, observa-se que, já no aparte à definição de “pátria” dada por Gentil Falcão na reunião de 5 de janeiro de 1908, haviam surgido gritos de “pátria é a família”, vindos da audiência. Na mesma reunião, o secretário Magrassa afirmou que o serviço militar impediria os homens de constituir famílias. No comício do dia 12, Motta Assumpção alertou os sertanejos para que não esperassem o dia de irem “arrancar do campo seus familiares” para tomarem posição contrária ao serviço militar, e o sr. Corrêa disse que o lar era o lugar mais sagrado da sociedade.

A utilização, pelos líderes operários, da imagem da família como arma simbólica na luta contra o militarismo fica também evidente já no primeiro manifesto da Liga Antimilitarista, criada em janeiro de 1908, e dirigido... às mães! Num comício realizado na capital no dia 26 de janeiro de 1908, Motta Assumpção abre a sessão procedendo à leitura do manifesto *Liga Antimilitarista Brasileira, manifesto às senhoras*.³⁷ O manifesto começa com a frase: “O militar é um mal!”. Caracteriza as Forças Armadas como reduto de criminosos e alerta as mães de família para o perigo a que seus parentes estão sujeitos durante o serviço militar, por ficarem em contato com tais pessoas. Além de conviverem com criminosos, seriam tratados como iguais a eles: “como iguais!!... isto é, vossos filhos serão iguais aos soldados, mas o filho da vizinha, que é seu tenente, formará à parte com um ar de arrogância, cavalcando um guapo animal e olhando para os

³⁷ Sobre a reunião, ver o *Jornal do Brasil* (27 jan.1908).

vossos filhos, agora soldados, como um feitor para escravos”. O manifesto afirma que o tratamento desigual vai muito além do simples comportamento, pois os soldados teriam de servir como empregados particulares dos seus oficiais:

E depois, vem-nos alguém dizer: “É preciso igualar todos, sob o pavilhão auriverde...” Sim, senhores! Oh! Que linda igualdade! Vosso filho, obreiro modesto, moço aplicado, distinto, laborioso ou de talento fulgurante, servindo ao capitão X, que foi promovido porque em uma greve rechaçou os operários em um conflito entre soldados e o povo, e matou três populares.

O manifesto faz um apelo às mulheres para que não fossem a favor do sorteio. Todos os parentes estariam sujeitos, se sorteados, a ser torturados. O manifesto usa imagens emocionalmente apelativas:

os vossos filhos que criastes com carinho [...] ver-se-ão sob as “chibatás” desumanas de qualquer oficial rancoroso e odiento; daquele, por exemplo, que vos fitou com petulância no bonde ou em uma rua, os desrespeitou e a quem o vosso filho, irmão ou esposo tomou satisfações presenteando-o altivamente com uma bofetada. O oficial, naturalmente, aproveitar-se-á da sua graduação para vingar-se.

Afirma o manifesto que, naqueles dias, ninguém sensato poderia supor o perigo de uma guerra. Considera a Argentina nação irmã, acima de intrigas sobre uma possível guerra com o Brasil, feitas com o intuito de fortalecer o militarismo. Ataca a ideia militarista na América do Sul, contrastando o continente

sul-americano com a Europa, armada “até as raízes do cabelo”. Nos países desenvolvidos da Europa só era possível a paz armada, devido a antigas querelas entre os povos. Na América do Sul, onde são todos latinos e ibéricos, essas querelas não existiriam. O manifesto conclui pedindo às senhoras que tentassem formar nos seus filhos ideias contrárias à Lei do Sorteio Militar. O tempo que se perderia servindo poderia ser usado no desenvolvimento profissional.

Depois da leitura do manifesto, Motta Assumpção passou à leitura do programa da Liga Antimilitarista:

Sorteio é a volta da escravidão e é inconstitucional. É a destruição da família brasileira: atrasa o progresso, gera ausência do lar e triunfo dos estrangeiros no campo do trabalho. A guerra é um sentimento repulsivo. Ela não é mais causada pela ganância, e sim por países industriais, na sua necessidade de expansão comercial; esta expansão é decorrente da irracionalidade da produção, que só beneficia a classe burguesa. A burguesia não pode parar de produzir, senão criaria vários braços desocupados, gerando assim a possibilidade de uma revolução. O Exército serve para manter o operariado no seu lugar, e serve como fura-greve, o que prejudica as reivindicações salariais. A Pátria, em nome da qual se cria o Exército para defendê-la, não representa os interesses de todos os cidadãos, mas apenas dos capitalistas, mascarados “com essa ideia, com o Parlamento e outras instituições metafísicas, o triunfo e a defesa das suas ambições torpes”. O Exército permanente atrasa a marcha civilizadora. O Exército representa um passado bárbaro, e por isto se contrapõe aos ideais de liberdade individual, liberdade de escolha de profissões e respeito à pessoa. O Exército também se opõe ao lema liberdade, igualdade e fraternidade.

Mesmo o Exército assalariado constitui um perigo às sociedades civilizadas, na medida em que luta contra as reivindicações e contra a inevitável revolução social.

Após a aprovação dos pontos programáticos da liga, os operários deliberaram: aconselhar aos cidadãos brasileiros que alegassem pertencer a instituições contrárias ao militarismo, bastando para isso “mandarem imprimir nos seus cartões de visita a observação de que pertencem à Liga Antimilitarista” (estava prevista na Lei do Sorteio a objeção de consciência, embora ela fosse punida com a perda de direitos políticos); se essa disposição da lei não fosse respeitada, restava ao cidadão “fugir, rebelar-se, desertar, porém nunca servir ao Exército e ir para a escravidão”.

A Liga Antimilitarista Brasileira teve como seu órgão oficial o jornal *Não Matarás*, lançado em março de 1908 e de existência efêmera. Um artigo publicado por esse jornal reproduz um cartaz contra o sorteio que estava sendo pregado pela cidade do Rio de Janeiro:

Começaram a pedir nomes de pessoas de 20 a 30 anos para sortear para o serviço militar. Há nas fábricas e nas casas de comércio listas para terem estas indicações. Há por toda a parte editais convidando as pessoas que têm essa idade a irem se alistar.

Mas a lei em que tudo isso se baseia é inconstitucional. Estão atentando contra a Constituição e nós agimos dentro dos nossos direitos salvaguardando a Constituição e nos negando ao que pede essa lei inconstitucional. É preciso energia e calma. Ninguém responda a essas chamadas nem consinta que os patrões entreguem as listas. O governo não tem meio de saber quem tem

20 a 30 anos. O registro civil só existe de 1889 para cá e as igrejas não fornecerão os seus livros. Portanto, ninguém tenha medo, pois as juntas de alistamento se verão forçadas a desistir, e desistindo do primeiro sorteio nunca mais se pensará em tal coisa [*Não Matarás*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, dez. 1908].

A Confederação Operária Brasileira (COB), surgida em março de 1908, teve origem no I Congresso Operário (1906), que foi dominado pelos anarquistas e reunia dezenas de associações e sindicatos de diversos estados do país. Desde sua criação, a COB moveu intensa campanha contra a Lei do Sorteio Militar, especialmente através de seu jornal *A Voz do Trabalhador*, publicado no Rio de Janeiro. A leitura das matérias publicadas nesse jornal permite distinguir os principais pontos do discurso antimilitarista (e anticapitalista) da COB, que não se diferenciam muito, no plano das ideias e imagens, daquilo que já foi mencionado.³⁸

O jornal defende, no entanto, que são legítimos até atos revolucionários para evitar o serviço militar. Apesar de se posicionarem contra a guerra, os trabalhadores precisariam de atos violentos “para combater o capitalismo e o militarismo, esses dois inimigos rancorosos do operariado universal”. Os operários devem fazer a revolução, que é “um direito dos oprimidos e o terreno por que deve caminhar a classe trabalhadora, quando lhe quiserem impor uma lei que se não coaduna absolutamente com as suas ideias” (*A Voz do Trabalhador*, n. 4, 15 ago. 1908).

³⁸ Foram consultados 13 exemplares publicados entre 15-8-1908 e 30-10-1909. A periodicidade do jornal não é regular: deveria ser semanal, mas há suspensões temporárias.

São posições bem mais radicais que as defendidas nas reuniões da Federação Operária.

Um aspecto fundamental da luta antimilitarista desenvolvida pela COB e seu jornal foi seu caráter internacionalista: a luta contra o sorteio no Brasil era parte de uma luta mais geral, contra o militarismo e o capitalismo no mundo. Um artigo comunica o recebimento de um manifesto contra a guerra vindo da Unión General de los Trabajadores da Argentina, e termina afirmando que a luta contra a guerra requeria muito tempo, porém um dia chegar-se-ia ao repúdio da guerra por parte de todos os povos *americanos* (*A Voz do Trabalhador*, n. 5, 22 nov. 1908).

Ocorreu na noite do dia 1º de dezembro de 1908 a primeira manifestação da Confederação Operária Brasileira contra a guerra — e não apenas contra a Lei do Sorteio. Em anúncio de primeira página, o jornal *A Voz do Trabalhador* (n. 6, 29 nov. 1908) conclamou “o proletário brasileiro e todas as pessoas que combatem o grande flagelo [a guerra]”. O editorial do exemplar seguinte à manifestação diz que ela ocorreu apesar do “descaso da imprensa” e de alguns líderes operários, que não tiveram coragem de participar (n. 7, 6 dez. 1908). O jornal afirma que o início da “obra” foi brilhante e que o fim a ser perseguido era “a supressão da guerra com sua principal causa: o capitalismo”.

Encerrada a reunião, realizada num sobrado da rua do Hospício (atual Buenos Aires, no centro), saiu uma passeata liderada pela bandeira vermelha da confederação e por faixas com os seguintes dizeres: “pela paz dos povos”, “guerra à guerra”, “viva a confraternização entre os proletariados brasileiro e argentino”, “viva a fraternidade sul-americana” e “*peace on earth*”, além de bandeiras dos marmoreiros, carpinteiros, canteiros, sapateiros

e carvoeiros. A passeata seguiu pela avenida Rio Branco e parou no largo de São Francisco, onde Ulisses Martins³⁹ proferiu um discurso contra as “veleidades” dos governos, que inventam até diferenças entre os povos para legitimar a guerra, e afirmou que a reunião tinha um caráter internacional. Do largo de São Francisco, a manifestação voltou pela rua dos Andradas para a sede da confederação.

Em sua edição de 3 de janeiro de 1909, o jornal traz uma matéria de Marcelo Verema sobre a manifestação. Diz que, para muitos companheiros, o ato foi positivo, porém que os “companheiros estrangeiros” acharam o número de manifestantes muito pequeno para uma cidade com 1 milhão de habitantes. O autor avalia que a manifestação começou com apenas mil pessoas, porém no trajeto percorrido este número foi aumentado por pessoas que até então olhavam de longe, com medo de violência policial: “no largo da Carioca, como não tinha morrido ninguém, alguns fizeram de valentes e juntaram-se finalmente à manifestação”. Quando, no largo de São Francisco, as bandeiras começaram a aparecer, muitas pessoas foram embora com medo. A versão policial do evento dizia, segundo Verema, que a manifestação tinha por objetivo invadir o Ministério da Guerra. Segundo o autor, o medo foi o principal fator para o reduzido número de pessoas no local: cerca de 5 mil.

O ano de 1908 (de aprovação da lei) foi de euforia por parte dos defensores do sorteio militar. Foram, então, incorporados ao Exército os primeiros voluntários de manobras, cerca de

³⁹ Tipógrafo, professor e ator nascido na Espanha, foi um dos delegados da Federação Operária de São Paulo ao I Congresso Operário Brasileiro. De orientação anarquista, foi também dirigente da Liga Anticlerical Brasileira (Batalha, 2009:100).

300, entre os quais alguns jovens da alta sociedade brasileira. Ainda em 1908, o Colégio Paula de Freitas, no Rio, foi o primeiro colégio civil a adotar a instrução militar, com a criação do batalhão ginásial.

Mas se a Lei do Sorteio Militar estava aprovada, era preciso que fosse implantada. Para isso continuava sendo necessário vencer as resistências populares à medida. Um fato político, no entanto, foi talvez o maior responsável pelo não cumprimento da lei. Com o lançamento, em 1909, da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República, o serviço militar, do qual fora o maior defensor, passou a ser duramente atacado. Do lado operário, o jornal *A Voz do Trabalhador* (n. 12, 1 jun. 1909) criticou duramente a candidatura de Hermes da Fonseca, dizendo que o “triunfo do militarismo seria muito triste”. O mesmo número do jornal diz que a Liga Antimilitarista, sentindo necessidade de recomeçar a propaganda, pensava em publicar um folheto, e por isso pedia contribuições dos sócios. Em 30 de outubro do mesmo ano, o jornal noticiou que o secretário da Liga Antimilitarista Brasileira havia comunicado que os mil e tantos exemplares do folheto *Tributo de sangue*, restantes da edição da liga, seriam vendidos a 50 réis. Pedia também que os camaradas dos estados do interior que receberam os folhetos enviassem o dinheiro arrecadado, para que a liga pudesse publicar outro folheto (*A Voz do Trabalhador*, n. 19, 30 out. 1909).

Facções da própria elite política também agruparam-se em torno da candidatura “civilista” de Rui Barbosa e passaram a atacar o “militarista” Hermes da Fonseca. Com isso, apesar da vitória de Hermes nas eleições, o entusiasmo de parcela significativa das elites civis pelo sorteio militar desapareceu. Muitas sociedades de tiro fecharam as portas, outras definharam; a ins-

trução militar nos colégios foi sendo abandonada. O fracasso da Lei do Sorteio de 1908 fica claro em algumas informações dadas por Herculano Teixeira de Assumpção, segundo-tenente do Exército que foi secretário da Junta de Revisão e Sorteio Militar em Minas Gerais.⁴⁰ Em artigos escritos no final de 1911, ele faz referência à ignorância das pessoas em relação à Lei nº 1.860, em especial da população de municípios mais afastados, onde o acesso à imprensa é bastante reduzido. Diz que, durante a campanha presidencial, os “patrioteiros” a utilizaram de maneira deturpada contra a campanha de Hermes da Fonseca, proclamando os malefícios — inexistentes, segundo ele — da lei. Afirma que o sorteio militar é igualitário, por não estabelecer distinções entre classes. Alguns dados quantitativos ilustram claramente o fracasso da lei, mostrando o número de municípios mineiros (então o estado mais populoso do país) que fizeram alistamentos regulares ou que, não os tendo feito, apresentaram justificativa: de 55 municípios em 1908, o número caiu para 24 em 1909 e para apenas cinco em 1910.

O jornal *Não Matarás*, da Liga Antimilitarista Brasileira, comemorou o fracasso do governo em promover o sorteio já em 1909, afirmando, em matéria eloquentemente intitulada “A morte do sorteio”, que os nomes dados às listas de alistamento eram em sua maioria falsos, e exaltando o esforço dos militantes antissorteio e do povo em geral para impedir seu funcionamento. O jornal também reproduz notícias sobre a reação provocada pela Lei do Sorteio Militar em vários pontos do país. Em Minas Gerais, por exemplo, são destacados eventos ocorridos

⁴⁰ Ver coletânea de artigos publicados no *Diário de Minas* entre setembro e novembro de 1911 — *Serviço militar obrigatório* (Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912. 117p.).

em Monte Verde (município de Mar de Espanha) e Carangola, onde teriam acabado de ser assassinados dois membros das juntas de alistamento; o assalto promovido por grupos de senhoras às juntas militares de Uberaba e Sacramento, “inutilizando todos os documentos referentes ao sorteio”; e a fuga em massa da população de Vila da Abadia, que, abandonando o comércio e os lares, teria impossibilitado a junta de funcionar. Eventos semelhantes teriam ocorrido em outros pontos do país.

“ENCARREGADOS DE ALMAS” *VERSUS*

“ANTIMILITARISTAS”: NOVO ROUND

Segundo vários autores, de 1909 a 1912 o movimento operário viveu uma fase de perda de mobilização, com um nível organizatório mais baixo. Coincidentemente, nesse mesmo período a campanha a favor do serviço militar obrigatório também perdeu fôlego. Ela só recomençaria de fato em 1912, com um discurso do chefe do Estado-Maior do Exército e presidente do Clube Militar, general José Caetano de Faria, proferido no clube em 12 de março, na presença do presidente da República. Para Caetano de Faria (1912:25), a caserna seria a “escola da nação armada”, e os oficiais, educadores dos soldados, os apóstolos do civismo brasileiro. O general coloca o Exército numa cadeia de ensino das leis de civismo, que começa na família, passa pela escola e chega à caserna: “a educação militar é, antes de tudo, uma educação moral. A função do oficial é uma espécie de apostolado [...] nós somos encarregados de almas”.

É interessante observar como, em seu discurso, a disciplina militar aparece como uma extensão da disciplina existente na família entre pais e filhos, retomando a tradição da luta entre

“militaristas” e antimilitaristas pela imagem familiar. A disciplina militar, para o orador, baseia-se na obediência, que começa na família (entre pais e filhos) e “evolui” para a obediência do indivíduo em relação à sociedade. O que a disciplina militar faz é apenas dar um sentido racional a todos os esforços.

A pregação de Caetano de Faria encontrou eco na revista *A Defesa Nacional*, criada em 1913 por um grupo de jovens oficiais, parte deles ex-estagiários no Exército alemão. Muitos editoriais e artigos foram publicados nessa revista, nos anos seguintes, em defesa do serviço militar obrigatório. Não foram, todavia, apenas os militares que defenderam a aplicação da lei. O “príncipe dos poetas” brasileiros, Olavo Bilac, hoje oficialmente cultuado pelo Exército como “patrono” do serviço militar, também engajou-se na campanha. Em 1916 foi fundada a Liga da Defesa Nacional, que incluía representantes das elites política, econômica e intelectual, como Miguel Calmon, Pedro Lessa, Coelho Neto e o próprio Bilac. Abundam, nos discursos e textos deste último, imagens referentes à família: numa visita a um quartel, ele teria encontrado os soldados extremamente felizes, cantando ou sorrindo, acatando as ordens superiores como homens disciplinados que aprendem com os seus “irmãos mais velhos” (Bilac, 1924:55).

Também está muito presente, nos discursos dos defensores do serviço militar, a ideia de que, sem a assimilação ao processo “civilizatório” dos habitantes dos “sertões” e dos imigrantes — através do serviço militar obrigatório —, a construção de uma nação brasileira era inviável.

Ao mesmo tempo em que ressurgia a campanha pela Lei do Sorteio, logo depois incentivada pela eclosão da guerra na Europa, renovava-se a oposição dos grupos operários, especialmente de tendência anarquista, à guerra e ao sorteio.

Nos últimos meses de 1912, militantes da Federação Operária do Rio de Janeiro trabalhavam pela reorganização da Confederação Operária Brasileira, que estava abandonada. Entre 7 e 13 de setembro de 1913, realizou-se na sede da federação, à rua dos Andradas nº 87, o II Congresso Operário Brasileiro, que reuniu 117 delegados representando 59 associações e quatro jornais. Várias resoluções então aprovadas confirmaram as bandeiras levantadas no Congresso Operário Brasileiro de 1906, incluindo a propaganda antimilitarista (Addor, 2002). O congresso também aconselhou o proletariado do Brasil a, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária (*A Voz do Trabalhador*, n. 39 e 40, 1 out. 1913).

Em 10 de agosto de 1914, a Federação Operária do Rio de Janeiro aprovou uma moção contrária à “luta fratricida e humanicida que ora se trava no Velho Mundo”, devido “aos caprichos inconfessáveis dessa meia dúzia de especuladores dominantes” (*A Voz do Trabalhador*, n. 61, 20 ago. 1914). Em reunião no dia 19 de março de 1915, a Confederação Operária Brasileira criou a Comissão Popular de Agitação contra a Guerra, e no dia 1º de maio do mesmo ano realizou um comício no qual foi lançado um manifesto que resolvia:

Concitar as classes trabalhadoras e todos os homens livres do Brasil a manifestar-se no mesmo sentido, por todos os meios possíveis, agitando assim a opinião pública nacional e criando um ambiente de profunda hostilidade e formal condenação à guerra e aos guerreiros, para que, obrigados por uma pressão popular universal, sejam os governos beligerantes levados a terminar, no mais breve espaço de tempo, a imensa, ruinosa e abominável matança que assola as terras da Europa [*A Voz do Trabalhador*, n. 69, 7 abr. 1915, e n. 71, 8 jun. 1915].

Em São Paulo, em comício também realizado no dia 1º de maio, no largo da Sé, a Comissão Internacionalista contra a Guerra lançou um manifesto com os votos de que

as massas proletárias internacionais, reunindo as suas forças, consigam, com uma ação enérgica, pôr termo à horrível matança humana, vigiando atentamente os conluios diplomáticos para que não impeçam mais uma vez o desarmamento geral dos exércitos, como base segura da paz universal e do progresso que deve estabelecer o regime racional do internacionalismo e da equidade social [*A Voz do Trabalhador*, n. 71, 8 jun. 1915].

Ainda em 1915, a Confederação Operária Brasileira convocou os “socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias do mundo inteiro” para um Congresso Internacional da Paz, a reunir-se no Rio de Janeiro nos dias 14, 15 e 16 de outubro, afirmando que “a hora das nossas reivindicações soou e é necessário que nos preparemos para dar a última batalha a esta sociedade podre, que se mantém somente pela fraude e pelo crime!” (*Na Barricada*, n. 12, 26 ago. 1915). Na abertura do congresso, realizado no salão da Federação Operária, à praça Tiradentes nº 71, sempre à noite, foi apresentado um manifesto em que a COB afirma: “basta de chacinas de trabalhadores! Queremos viver, e para isso necessário é varrer da face da terra todos os sustentáculos e defensores deste regime de injustiça. Queremos a Revolução! Proletários do mundo: abaixo a guerra! Avante pela Revolução!”⁴¹

⁴¹ *Na Barricada* (n. 19, 14 out. 1915; e n. 20, 21 out. 1915). Ver também Leurenroth (s.d., cap. 9).

Esse congresso, que teve como principais líderes B. Mansilla, da Federación Obrera Regional Argentina, Antônio Vieites e Astrojildo Pereira,⁴² criou um comitê de relações internacionais que seria responsável por realizar, o mais breve possível, o Congresso Anarquista Sul-Americano, a realizar-se também no Rio, já no dia 17, e aprovou uma moção de Astrojildo Pereira segundo a qual os participantes do congresso:

entendem que aos anarquistas cabe manter neste momento a mais ativa e enérgica campanha antiguerreira, procurando criar e desenvolver uma intensa corrente de ideias, um ambiente de opinião profundamente contrário ao guerrismo, ao militarismo, ao patriotismo, antepondo uma forte barreira à onda reacionária que se levanta e ameaça inundar o mundo e favorecendo de tal modo uma possível e necessária revolução popular contra o regime da paz armada, contra o Estado e as suas bases, uma revolução que pode e deve ser canalizada em um sentido essencialmente anárquico.⁴³

O Grupo de Propaganda Anarquista, organizado em Niterói em 22 de agosto de 1915, lançou uma moção em que resolveu externar sua “absoluta incompatibilidade com guerreiros de qualquer bando em peleja” e enviar sua “fraternal saudação de solidariedade aos camaradas de todo o mundo que não se

⁴² Astrojildo Pereira (1890-1965), inicialmente anarquista, foi, em 1922, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil. Nessa época, colaborava em vários jornais operários, entre os quais *A Voz do Trabalhador*, órgão da COB. Foi editorialista (entre 1914 e 1915) da revista *A Vida*, publicação mensal anarquista. Tomou parte da conspiração anarquista de 18-11-1918, tendo sido preso (Batalha, 2009:125).

⁴³ *Na Barricada* (n. 13, 2 set. 1915; n. 14, 14 out. 1915; n. 20, 21 out. 1915; e n. 21, 28 out. 1915).

deixaram cegar, na hora trágica deste desabar de crimes, pelo furioso ódio patriótico pretensamente defensor da civilização” (*Na Barricada*, n. 14, 9 set. 1915).

Um editorial do jornal anarquista *Na Barricada* (n. 14, 9 set. 1915) respondia aos que criticavam a suposta ineficácia desses atos antiguerra: “e não venham dizer que o gritar na rua — abaixo a guerra! — nada adianta porque a guerra continua. É um engano. A guerra continuará, sim. Mas quanto mais gritos de — abaixo a guerra! — ouvirem os promotores da mesma, mais depressa tratarão de lhe pôr termo [...] Ora, manifestação de um desejo já é meia conquista da coisa desejada”.

Entretanto, ao longo desses anos, a forte repressão movida pelo governo fez com que o movimento operário vivesse um período de declínio e que sua mobilização fosse insuficiente para evitar a implantação da Lei do Sorteio Militar e a entrada do Brasil na guerra.

Em 10 de dezembro de 1916, quase nove anos após a aprovação da Lei do Sorteio Militar, foi realizado o primeiro sorteio, no quartel-general do Exército, em solenidade aberta ao público e à qual compareceram o presidente da República, o ministro da Guerra, o poeta Olavo Bilac e outras autoridades. Quando foi sorteado o primeiro nome, de Alberto Garcia de Maltas, do município de Santa Rita, todos gritaram vivas à República e ao Exército. Foram sorteados 152 nomes para o primeiro grupo. Ao final, o ministro Caetano de Faria fez um discurso dizendo que, a partir de então, “ser soldado deixava de ser profissão para ser cumprimento de um dever cívico”. Dois acadêmicos do 4º ano da Escola Politécnica alegaram crenças religiosas para isentar-se do serviço militar, mas tiveram seus requerimentos indeferidos pela junta de revisão do sorteio militar. Além disso,

alguns pedidos de *habeas corpus* foram rejeitados pelo STF, que assim decidiu pela constitucionalidade da lei.

Após a realização do primeiro sorteio, seus defensores intensificaram a campanha, esperando ver a lei realmente cumprida. Renasceram os tiros de guerra com a instalação, em setembro de 1917, do Tiro Brasileiro da Imprensa, presidido por Félix Pacheco, que também era, à época, primeiro-secretário da Liga de Defesa Nacional e redator-chefe do *Jornal do Commercio*. A Igreja Católica igualmente se manifestou favoravelmente ao serviço militar, através de uma circular de 1917, assinada pelos arcebispos do Rio de Janeiro, de São Paulo, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre.⁴⁴

OS INSUBMISSOS, O FRACASSO DO SORTEIO MILITAR E COMO A LEI FINALMENTE “PEGOU”

O período de euforia dos defensores da lei logo deu lugar a frustrações. Entre as causas para o fracasso do sorteio, destacam-se a incapacidade do Estado brasileiro de promover a sua implantação e a dificuldade de punir os “insubmissos”, isto é, aqueles que, sorteados, simplesmente não se apresentavam.⁴⁵

A lei era falha em muitos pontos. Previa, por exemplo, a intimação dos sorteados. Estes eram notificados pelos funcionários dos correios, que deveriam trazer um documento assinado pelo sorteado. Não sendo encontrado o sorteado no endereço, ficava prejudicada a notificação. As juntas julgadoras dos insubmissos geralmente os absolviam, dada a precariedade desse

⁴⁴ *Circular coletiva dos exms. e revms. sr. arcebispos das províncias eclesiásticas meridionais do Brasil* (Rio de Janeiro: Leuzinger, 1917. 16p.).

⁴⁵ Esta seção resume, em grande parte, dados apresentados mais extensamente em Castro (2006a).

sistema. Segundo o art. 18 do Código Penal, não se podia punir alguém que tivesse praticado um crime sem intenção. Havia até anúncios, em jornais, de advogados especializados em conseguir *habeas corpus*. Além disso, como promover um recenseamento geral da população? Um editorial de *A Defesa Nacional* de 1921 é eloquentemente intitulado de “A pandemia da insubmissão ao serviço militar e o veículo da propagação”. Segundo a revista, um dos maiores problemas enfrentados pelas juntas eram os interesses privados, pois, nos grandes centros, os estabelecimentos comerciais e industriais não forneciam as listas de seus empregados.

Um levantamento do número de processos contra insubmissos que chegaram ao Supremo Tribunal Militar no período demonstra uma queda vertiginosa nesse número.⁴⁶

Justiça Militar — insubmissões (1917-1925)

Ano	Nº de insubmissos	Condenados em 1ª instância	Condenados em 2ª instância	% sobre total geral de crimes
1917	18	7	0	4,6
1918	386	13	2	42,3
1919	885	9	1	59,0
1920	814	11	4	59,2
1921	114	8	3	31,6
1922	7	3	0	4,4
1923	1	0	0	0,3
1924	5	1	0	1,6
1925	4	0	1	1,6

Fonte: Relatórios anuais do STM.

⁴⁶ Agradeço a Juliana Belisário pelo cuidadoso levantamento, realizado no arquivo do STM.

De um pico de 2.199 no período 1918-1921 (55% de todos os processos por crimes militares que chegaram ao STM) para apenas 17 entre 1922 e 1925! Mesmo no período de maior número de processos (1918-1921), as condenações em segunda instância foram ínfimas: apenas 10 indivíduos, ou 0,45% do total de processos. Esses números demonstram claramente que o sorteio, novamente, “não pegou”.

Um jornal anarquista paulista comemorava, em 1921, o grande número de insubmissões como sinal de que o espírito do brasileiro estava imbuído de aversão à farda, afirmando que, no país, as leis são para os pequenos e fracos, e que “os filhos dos coronéis, chefetes ou seus apaniguados e proprietários têm-se eximido; têm-se livrado facilmente por fás e por nefas do sorteio”.⁴⁷ O movimento anarquista já havia, no entanto, perdido toda a força que demonstrara nos 15 anos anteriores.

A questão do serviço militar só seria de fato resolvida ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a universalização da exigência do documento de serviço militar e a adoção de dispositivos legais mais eficazes. Um decreto de 1933 exigiu o certificado de serviço militar para o alistamento em cargo público, exigência incorporada à Constituição de 1934 por insistência do ministro da Guerra, Góis Monteiro. Em 1935 foi criada a Diretoria do Serviço Militar e da Reserva e, em 1939, adotada nova Lei do Serviço Militar.

Em 26 de fevereiro de 1945, o Decreto-lei nº 7.343 finalmente determinou, em seu art. 1º: “fica extinto o sorteio militar”. Passados 71 anos da primeira lei sobre o sorteio, este deixava de ser o processo previsto para recrutamento. A partir

⁴⁷ Artigo “O sorteio militar”, assinado por “Prof. C. C.” e publicado no n. 15, de 11-3-1921.

de então, todos os brasileiros, no ano em que completassem 21 anos, deveriam apresentar-se para a prestação do serviço militar: “a falta de editais ou avisos jamais justificará a não apresentação de qualquer convocado” (art. 2º, §2º). A falta de documento que comprovasse estar em dia com as obrigações militares impediria o jovem de tirar carteira de identidade ou passaporte, exercer cargo público ou pleitear o reconhecimento de qualquer direito, favor ou prerrogativa com fundamento nas leis trabalhistas, entre outros itens (art. 12). Sete décadas de exortações patrióticas a favor do sorteio não surtiram o efeito que só a sequência de medidas punitivas que levaram à Lei do Serviço Militar Obrigatório produziu.

4 **IN CORPORE SANO: OS MILITARES E A INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL***

Na primeira metade do século XX, o perfil institucional do Exército brasileiro passou por profundas mudanças. Por volta de 1900, a instituição ainda possuía um corpo de oficiais dividido entre “tarimbeiros” e “científicos”. Os “tarimbeiros”⁴⁸ eram oficiais ligados à tropa e com pouca ou nenhuma educação superior, formados basicamente na vida da caserna. Esses oficiais, desatualizados em termos de modernas doutrinas estratégicas, táticas e de instrução, viviam suas carreiras na rotina do serviço em quartéis de construção precária, mal equipados e com armamento obsoleto. Já os oficiais “científicos” eram formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, onde o ensino predominante era o da matemática superior e das ciências, em vez das matérias profissionais. Alheios às questões militares, esses oficiais interessavam-se muito mais pela política do que pela carreira, como demonstra a atuação de destaque que os “científicos” tiveram no golpe de 1889, nos primeiros anos da República e em diversas manifestações “florianistas”, culmi-

* Uma versão anterior deste capítulo foi publicada em *Antropolítica* (UFF, n. 2, p. 61-78, jan./jun. 1997). A pesquisa que lhe deu origem contou com a eficiente colaboração de Adriana Facina Gurgel do Amaral, então bolsista de iniciação científica do CNPq.

⁴⁸ O termo vem de “tarimba”, estrado de madeira onde dormiam os soldados.

nando na Revolta da Vacina, no final de 1904, quando a escola foi fechada (ver cap. 2 e Castro, 1995).

No que diz respeito à base da instituição — a *tropa*, composta por soldados e sargentos —, a situação era bastante insatisfatória em termos profissionais. Não havia uma escola especializada na formação de sargentos. Os soldados, em geral, eram considerados pelos oficiais oriundos do “rebotelho”, da “escória” da sociedade. Um jovem oficial de orientação reformista, Estevão Leitão de Carvalho, referiu-se aos recrutas do Exército, em 1915, como “detritos da sociedade” (*A Defesa Nacional*, n. 15, 10 fev. 1915). Como vimos no capítulo anterior, uma lei de 1874 que previa o sorteio militar não fora implementada e, com isso, muitas vezes o Exército teve de recorrer ao recrutamento forçado para completar suas fileiras.

Nas primeiras décadas do século XX, esse quadro alterou-se significativamente no sentido da modernização e da profissionalização do Exército. A formação de oficiais passou por uma fase de predomínio dos aspectos profissionais e, com a reforma implementada por José Pessoa, comandante da Escola Militar entre 1930 e 1934, o padrão de socialização dos jovens militares assumiu uma forma que permanece basicamente a mesma até hoje. O sorteio militar foi finalmente iniciado em 1916 e, nas décadas que se seguiram, o serviço militar temporário foi-se tornando cada vez mais obrigatório para a maioria da população jovem, o que levou à modificação do perfil da tropa.

Em termos doutrinários, organizacionais e de instrução, em que pese a importância da ação e da propaganda de oficiais que estagiaram no Exército alemão antes da I Guerra Mundial (Luna, 2011), as principais alterações decorreram das atividades da Missão Militar Francesa, que permaneceu no Brasil

no período compreendido entre as duas guerras mundiais. Mediante a contratação de uma missão estrangeira, o Exército brasileiro seguia o exemplo de vários outros países sul-americanos (Nunn, 1983). O cenário militar europeu era, nessa época, dominado pela noção de “nação em armas”, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de “escola da nacionalidade”, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. Com isso, o Exército via-se, em termos ideológicos, diretamente ligado à nação, entidade da qual, mais do que guardião, era também formador.

A luta pela implantação do serviço militar obrigatório é o aspecto mais conhecido e visível do investimento militar sobre a sociedade ocorrido nessa época, com vistas à formação da *nacionalidade* brasileira. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que o serviço militar permanece até hoje obrigatório, com o Exército mantendo, no essencial, as mesmas justificativas e argumentos utilizados há 100 anos. Uma investigação sobre o projeto de nação surgido no Exército na primeira metade do século XX deve, no entanto, levar em consideração outros aspectos que, na época, estavam intimamente relacionados, como a introdução da educação física no Brasil de forma sistematizada e obrigatória. Esta foi uma iniciativa fundamentalmente militar. Embora seja algo sempre lembrado na bibliografia específica sobre o tema,⁴⁹ o mesmo não ocorre no senso comum contemporâneo, provavelmente devido à associação entre edu-

⁴⁹ Entre alguns dos trabalhos pioneiros que chamaram a atenção para esse caráter militarizado da educação física, temos Lima (1980), Cantarino Filho (1982), Goellner (1992), Horta (1994) e Ferreira Neto (1999).

cação física e ideologias de saúde, de lazer ou de esportes. Na primeira metade do século XX, entretanto, a vinculação entre educação física e *defesa nacional* era muito estreita. A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar. É dessa história que tratarei neste capítulo.

DA FRANÇA PARA O BRASIL

Há uma estreita relação entre o surgimento dos Estados nacionais, a criação de exércitos nacionais e o desenvolvimento da educação física. A ideia subjacente sempre foi a de que a ginástica poderia afetar positivamente o Estado-nação. No século XIX surgiram diversos “métodos” nacionais, desenvolvidos por pioneiros como o dinamarquês Franz Nachteggall (1777-1847), que criou e dirigiu o Instituto Militar de Ginástica em 1804 e foi um dos responsáveis pela adoção compulsória da educação física nas escolas dinamarquesas em 1814; o sueco Per Henrik Ling (1776-1839), fundador, em 1814, do Real Instituto Central de Ginástica, que dirigiu até sua morte; e o alemão Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), iniciador do movimento das *turnverein* (sociedades de ginástica) e construtor da primeira *turnplatz* (área especial para exercícios) em 1811, próxima a Berlim (Glassford e Redmond, 1979).

Na França, em 1852 foi fundado o instituto de ginástica do Exército na Escola de Joinville-le-Pont, nos arredores de Paris. Posteriormente, o choque da derrota na guerra de 1870 contra a Prússia gerou um grande interesse pela educação física com o propósito expresso de preparar os cidadãos para a guerra. Vá-

rias leis exigindo ginástica no currículo escolar foram adotadas, e graduados de Joinville-le-Pont ingressaram nas escolas civis como professores de ginástica (Spivak, 1985). Durante toda a segunda metade do século XIX, a chamada “corrente francesa” de educação física foi dominada pelos militares e caracterizada justamente por seu marcante “espírito militar”, inscrito na própria concepção geral do método e na estrutura dos exercícios.

Dos trabalhos de uma comissão interministerial, criada em 1904 para tratar da unificação dos métodos de ginástica na França, resultou o *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires*, em seguida difundido por todo o país. Em 1919, após a experiência advinda da I Guerra Mundial, esse manual recebeu um complemento que era, na verdade, uma obra inteiramente nova, com o título *Projet de règlement général d'éducation physique*, publicado em 1921 sob o patrocínio do Ministério da Guerra. Em 1927, este foi substituído pelo *Règlement général d'éducation physique (méthode française)*, reimpresso em caráter definitivo em 1932.

A introdução da educação física de forma sistemática no Brasil esteve intimamente relacionada com a experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado papel semelhante ao dos militares na França. No Brasil, já em 1921 foi aprovado o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado ao Exército e calcado no *Projet* francês, por influência direta da Missão Militar Francesa, recém-chegada ao Brasil. No ano seguinte, uma portaria do ministro da Guerra (10 jan. 1922) previa a criação, na Vila Militar (Rio de Janeiro), de um Centro Militar de Educação Física, destinado a “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas”. A portaria estabelecia que: “O curso de

instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física e indicados pelo Estado-Maior do Exército”.

Esse centro não chegou a ser instalado, provavelmente devido à revolta “tenentista” de 1922. De qualquer forma, a educação física de orientação francesa foi crescentemente utilizada no Exército durante toda a década de 1920. Em 1926, por exemplo, o capitão João Barbosa Leite e o tenente Jair Dantas Ribeiro, instrutores na Escola de Sargentos de Infantaria, publicaram um *Manual de instrução física* inspirado no regulamento francês (Leite e Ribeiro, 1926).

Em 1928, a Missão Militar Francesa passou a contar entre seus integrantes com um oficial encarregado exclusivamente de dirigir a instrução de educação física. Escolhido entre os instrutores da escola de Joinville, o major Pierre Ségur ficou encarregado de ministrar educação física na Escola Militar do Realengo. O relatório do chefe da Missão Militar Francesa referente ao ano de 1928, ao comentar a situação da educação física nas escolas do Exército (Militar, de Sargentos, de Cavalaria e de Aviação), informava que, apesar de nelas ser desenvolvido um trabalho intenso e de muito boa vontade, faltavam os meios práticos e a aplicação de um método firme — referência óbvia ao método francês. Essa deficiência seria, segundo o chefe da missão, suprida em breve pela adoção do novo regulamento de educação física francês, que se encontrava em fase final de tradução para o português.⁵⁰

No início de 1929, o ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos, publicou um anteprojeto de lei, elaborado por

⁵⁰ A versão em português foi publicada em 1930.

uma Comissão de Educação Física sob sua presidência, que tornava a educação física obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos. Além disso, deveria ser criado um Conselho Superior de Educação Física, que teria por finalidade “centralizar os trabalhos elaborados pelos órgãos técnicos, estudar os documentos providos do estrangeiro, coordenar todos os elementos próprios à criação do Método Nacional de Educação Física, e, finalmente, vulgarizar por todos os meios e modos tudo que disser respeito ao assunto”. Um artigo desse anteprojeto de lei estabelecia que, enquanto não fosse criado o método nacional, seria adotado em todo o território brasileiro o método francês. Logo em seguida, o ministro assinou portaria (11 jan. 1929) organizando o Centro Militar de Educação Física, criado, como vimos, em 1922, mas ainda não instalado. O centro deveria adotar o método expresso no Regulamento Geral de Educação Física, ou seja, o método francês.

As iniciativas práticas não tardaram. O Centro Militar de Educação Física promoveu um curso provisório, que funcionou inicialmente na Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar (Rio de Janeiro), sob a orientação técnica do primeiro-tenente Inácio de Freitas Rolim.⁵¹ O curso, que teve a duração de um ano letivo, formou, além de militares, 22 professores civis, enviados pelo diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo, e que foram lecionar em escolas públicas, principalmente na Escola Normal. O método utilizado era o francês, assim defendido por um dos professo-

⁵¹ Sobre esse curso e o Centro Militar de Educação Física, ver “A educação física nacional” (*A Defesa Nacional*, n. 193, jan. 1930) e o depoimento do prof. Alberto La Torre de Faria concedido a Castellani Filho (1991:130-146).

res: “Da colaboração de todos os interessados, civis e militares, levadas em conta as características da curva fisiológica brasileira, surgirá o método geral, aplicável a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou idade, concretizado em regulamento geral. A nossa tendência é, assim nos parece, a adaptação do método francês, mais de acordo com o nosso temperamento de latino” (Rangel Sobrinho, 1931:23-24).

Em 1930, o Centro Militar de Educação Física foi transferido para a Fortaleza de São João, no bairro da Urca (Rio de Janeiro), local mais adequado ao seu funcionamento. Em 1931, cursos regionais, sob a orientação do centro, foram iniciados em São Paulo e no Espírito Santo, marcando, assim, o início da expansão nacional do método francês (Ferreira Neto, 1995:41). Não se tratava, é bom enfatizar, de uma iniciativa exclusivamente militar. Um exame da *Revista de Educação Física*, veiculada pelo centro a partir de 1932, mostra como os militares buscaram apoio, no processo de construção de sua doutrina, entre profissionais de formação diversa, como médicos, advogados, jornalistas, escritores e educadores. A revista publicou textos de Lourenço Filho, Azevedo do Amaral, Coelho Neto, Assis Chateaubriand, Menotti del Picchia, Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Calmon, Austregésilo de Ataíde e Hélio Póvoas, entre outros (Ferreira Neto, 1995:42-43). Ainda em 1932 entrou para o centro, como diretor técnico, o capitão Ilídio Romulo Colonia, único oficial brasileiro que havia cursado a escola de Joinville-le-Pont, e Pierre Ségur retornou de uma estada na França não mais para a Escola Militar e, sim, para o centro. Um número de 1932 da *Revista de Educação Física* fala da “tarefa grandiosa que [o centro] se propõe: transformar esta sub-raça feia e triste — que habita o Brasil — numa raça, ale-

gre, forte, vitoriosa”. No mesmo espírito, o autor de um artigo publicado na mesma revista no ano seguinte afirmava que as gerações futuras renderiam culto:

Àqueles que tentam transformar a sub-raça, feia e fraca, que habita o território pátrio, em uma raça definitiva, homogênea, vitoriosa. E sendo o Exército a única força nacional organizada — o verdadeiro sistema sanguíneo do país, só por ele, através dos seus monitores e dos seus órgãos de circulação, se poderá fazer o fortalecimento pátrio. [...] O mundo não comporta mais a indolência tropical, dos povos fracos. É preciso ser forte e ser sadio. E somente com um Exército forte e uma nação coesa [Pinheiro, 1933:1].

Encerrando uma década de iniciativas de institucionalização da educação física dentro do Exército, José Pessoa, durante o período em que comandou a Escola Militar do Realengo (1930-1934), deu à educação física atenção especial, no âmbito do amplo programa de reforma do ensino militar por ele realizado (ver cap. 5). Foi construído um Estádio de Esportes e criada uma Seção de Educação Física, da qual faziam parte 11 instrutores e dois médicos, todos diplomados pelo curso do Centro Militar de Educação Física.

OS MILITARES ADENTRAM A ESCOLA

Pode-se considerar a proposta de estender a educação física de inspiração militar a todas as escolas civis, presente no anteprojeto de lei de 1929 do ministro da Guerra, como o pon-

to de partida para o seu uso pelos militares como instrumento de intervenção na realidade educacional e social do país. Com a educação física consolidada na própria instituição, o Exército, durante toda a década de 1930, estenderia sua influência sobre todo o “corpo da nação” através do controle da educação física.

Essa iniciativa intervencionista, no entanto, encontrou resistências desde o início. O anteprojeto militar foi severamente criticado pela Associação Brasileira de Educação. Em julho de 1929, a ABE realizou um inquérito entre nove professores de educação física. Na questão relativa ao método a ser adotado, o francês, quando não omitido, foi sempre criticado (Marinho, 1958:448). A associação defendia a introdução da educação física nas escolas, proposta incluída num projeto de reforma do ensino secundário elaborado nesse mesmo ano.⁵² A ABE, no entanto, tinha uma proposta alternativa à do ministro da Guerra e defendia a criação de uma Escola de Educação Física anexa à Universidade do Brasil, com o objetivo de preparar instrutores civis para as escolas primárias, secundárias e normais, a serem selecionados por uma comissão subordinada ao Ministério do Interior, órgão responsável na época pelos negócios da educação. As críticas à proposta do ministro da Guerra estavam diretamente vinculadas ao fato de ser um projeto *militar*. A ABE tentava evitar, como ocorrera na França, que “os militares invadissem a escola”:

A elaboração do Método Francês [...] obedeceu a contingências nacionais que não se reproduzem no Brasil. Na França as auto-

⁵² *O problema brasileiro da educação secundária* (Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Centro da Boa Imprensa, 1929).

ridades militares, diante da má qualidade do material humano que as fileiras do Exército recebiam, organizaram um sistema de exercícios físicos que melhorasse a capacidade física do conscrito, o que, hoje, introduzidas as sucessivas modificações julgadas necessárias, é aplicado tanto na escola quanto na caserna. Ante a indiferença dos educadores e levado por uma injunção da defesa nacional, o militar invadiu a escola e avocou a si a orientação da educação física infantil. E esse fato é, assim, o objetivo principal desse método, que, como não poderia deixar de ser, é o de preparar a criança, o adolescente, o adulto, para as exigências do estado de guerra permanente em que se tem encontrado aquela nação [cf. Marinho, 1958:165].⁵³

O documento da ABE cita também o artigo de um especialista inglês que deplora o “erro educacional” decorrente do “marcado caráter militar” da educação escolar francesa e relaciona críticas ao método francês surgidas na própria França, insistindo na tecla do “erro” e do “desvirtuamento” contidos na adoção, para toda a população, de um método com “espírito e tendências militares”.

Apesar das críticas da ABE, o presidente Washington Luís encaminhou o anteprojeto militar ao Congresso Nacional e, na mensagem presidencial de 1930, defendeu sua aprovação nos seguintes termos:

[...] o problema da educação física não se circunscreve ao Exército; e a sua solução deve preceder mesmo à entrada do brasileiro para o serviço militar. Deve esta educação começar nos primei-

⁵³ As críticas que a ABE fez ao método francês foram publicadas em *A educação física no Brasil* (Rio de Janeiro, 1930).

ros anos de existência, de modo que o recruta seja recebido em condições de desenvolvimento e resistência que o tornem apto a suportar as exigências da vida militar. [...] Brilhantemente justificado, o projeto condensa demorados estudos feitos no Ministério da Guerra pelos órgãos próprios. [...] Visa ele estender a todos os brasileiros, desde a primeira infância, os benefícios da educação física, de acordo com os princípios comuns racionais e científicos já aplicados [Horta, 1994:65].

Com o papel de destaque que os militares passaram a ocupar no Estado após a Revolução de 1930, a correlação de forças entre civis e militares ficou ainda mais favorável à implantação do projeto militar para a educação física. Como veremos, entre 1930 e 1945, a oposição de alguns educadores civis e da Igreja à educação física de orientação militar esteve condenada ao fracasso.

Em novembro de 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Em 1931, o ministro Francisco Campos reformou o ensino secundário, tornando obrigatórios os exercícios de educação física em todas as classes (Decreto nº 19.890, de 18 de abril) e, pouco depois, ignorando os apelos da Associação Brasileira de Educação, mandou adotar as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física (Portaria nº 70, de 30 de junho), o que implicou, mais uma vez, a adoção do método francês.

Em 1932, foi oficialmente aprovado o Regulamento de Educação Física do Exército (Decreto nº 21.324, de 27 de abril), uma tradução do *Règlement* francês de 1927 — o método francês —, o que apenas oficializava uma realidade já existente. No ano seguinte foi criada a Escola de Educação Física do Exército

(EsEFEx), instalada na Fortaleza de São João, pela transformação do Centro Militar de Educação Física já existente (Decreto nº 25.252, de 19 de outubro de 1933). Em uma carta intitulada “Problemas do Exército”, enviada em 18 de janeiro de 1934 a Getúlio Vargas por Góis Monteiro, então ministro da Guerra, pode-se ver claramente o caráter intervencionista do Exército em relação à educação física: o Ministério da Educação e Saúde Pública deveria guiar-se, no tocante à educação física, “pelo que foi feito no Exército e agindo de acordo com ele”.⁵⁴

Entre 1934 e 1945, quando o MES foi chefiado por Gustavo Capanema, a educação física foi definitivamente institucionalizada no ensino civil. Durante toda a sua gestão, os contatos com a área militar em relação à educação física foram estreitos. Em 1935, o ministro da Guerra enviou ao MES o capitão Inácio de Freitas Rolim, com o objetivo de discutir um trabalho conjunto dos dois ministérios na área de educação física. Capanema, em resposta, afirmou apreciar a obra já desenvolvida pelo Exército nessa área, declarando-se disposto a contribuir para que ela “mais se desenvolva, em ligação com os trabalhos idênticos, que devem ser realizados nos institutos civis de ensino” (Cpdoc, GC/g 35.07.10, I-1).

Com a reorganização dos serviços do MES em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física (DEF), subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Capanema escreveu em 19 de abril de 1937 uma carta ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, pedindo que indicasse um militar para dirigir o novo órgão (Cpdoc, GC/g 34.07.14, I-2). O indicado, major Barbosa Leite, no primeiro contato que estabeleceu com Capanema,

⁵⁴ Arquivo Getúlio Vargas, FGV/Cpdoc, GV 34.01.18/2, XIV-17.

sugeriu a adoção de várias medidas, destacando-se um entendimento com o Ministério da Guerra para obter a ampliação das vagas para civis no curso da Escola de Educação Física do Exército, de modo a formar, em curto prazo, o maior número possível de professores de educação física para as escolas estaduais e municipais, com o objetivo de “uniformizar o método em todo o país” (Cpdoc, GC/g 34.07.14). Nesse sentido, a DEF fez funcionar em 1938 na EsEFEx um Curso de Emergência que habilitou 165 professores de educação física e 78 médicos especializados. O comandante da EsEFEx afirmou, em novembro de 1941, que os alunos civis formados pela escola, “além da preparação técnica especializada, adquirem no seu estágio no Exército uma formação cívico-moral que os coloca em situação vantajosa para agir sobre as coletividades inculcando-lhes o espírito de ordem e disciplina” (Cpdoc, GC/ 35.07.10-A2, II-12).

Com o Estado Novo, o domínio militar sobre a área da educação física atingiu seu ápice. A Constituição promulgada em 10 de novembro de 1937 tornou obrigatórios, pela primeira vez na história constitucional do país, os exercícios físicos em todos os estabelecimentos de ensino (arts. 131 e 132). O “adestramento físico” era mencionado como forma de preparar a juventude para “o cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação”.

A rigorosa fiscalização empreendida pela DEF levou o método francês a ser, em pouco tempo, efetivamente adotado em todos os cursos secundários: em 1938, 61,6% dos estabelecimentos de ensino secundários seguiam o método francês; em 1939, essa porcentagem subiu para 81,3%; em 1940, para 90,6% e, em 1941, sua adoção foi praticamente integral. Outros métodos de ginástica existentes, como o sueco e o alemão,

rapidamente desapareceram de cena. Ao mesmo tempo, houve uma rápida profissionalização dos professores: em 1939 havia 50,8% de leigos, em 1941, apenas 36,3% (Cantarino Filho, 1982:137 e 160).

Em 1939, foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD, Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril), onde também foi adotado o método francês. A nova escola, instalada em 1º de agosto de 1939, foi dirigida pelo major Inácio de Freitas Rolim, contando ainda com a participação de vários outros militares. Alguns anos mais tarde, lembrando a solenidade de instalação da escola, o major Rolim escrevia:

Naquele momento de excepcional solenidade e formosas esperanças, os primeiros alunos da Escola, perfilados, em uniforme de gala, frente a frente com os moços da Escola de Educação Física do Exército, *seus irmãos mais velhos*, à vista do Chefe Nacional e das autoridades que o acompanhavam, proferiram, com voz pausada, emprestando às palavras acento de profunda emotividade, o compromisso de honra, que se tornou oração obrigatória da Escola, nas horas graves de suas responsabilidades, de tudo fazerem para engrandecer o nome do Brasil e *lutar pela sua integridade e soberania* [Cpdoc, GC/g 35.07.10, II-10, grifos meus].

Pouco depois, os diplomas expedidos pela Escola de Educação Física do Exército foram equiparados aos da ENEFD. A criação dessa escola, porém, gerou algumas divergências entre os próprios militares.⁵⁵ O major Barbosa Leite queria que ela ficasse vinculada à Divisão de Educação Física do MES e não à

⁵⁵ Ver o depoimento do professor La Torre de Faria (Castellani Filho, 1991:136-137).

Universidade do Brasil, como desejava o major Rolim, defensor ardoroso do Estado Novo. Venceu este último ponto de vista, apoiado por professores de educação física que, na universidade, viriam a ser catedráticos da nova escola. Isso envolvia, entre outras coisas, um grande aumento nos vencimentos dos professores. O professor La Torre de Faria conta que ganhava 1\$500 como professor de educação física na Escola Militar e passou a receber 8\$400 na universidade.

Apesar dessas divergências, o pensamento dominante entre os professores de educação física ligados ao Estado enfatizava o caráter militar da educação física e o papel importante que essa atividade exercia na defesa nacional. Inezil Penna Marinho, um dos civis integrantes da DEF, foi explícito a esse respeito, afirmando, em 1944, que “é imperioso que nos convençamos de que cada professor de educação física é um soldado do Brasil, soldado que luta não apenas em tempo de guerra, mas também na paz, soldado que luta sempre, incessantemente, com o fim de tornar o Brasil de nossos filhos e netos mais forte que o dos nossos pais e avós” (Cpdoc, GC/g 34.07.14, III-12).

O domínio militar sobre a educação física não deixou de encontrar críticos entre os civis, embora a conjuntura política nacional não favorecesse de forma alguma a demonstração de divergências. Marinho (1958:168) dá a informação de que um professor que se opôs à adoção do método francês pela ENEFD foi, “por injunções políticas”, demitido e relegado ao ostracismo. Uma carta de Peregrino Júnior, professor catedrático de biometria na mesma escola, enviada em 26 de dezembro de 1940 a Gustavo Capanema, permite ver claramente a natureza das objeções que existiam à hegemonia militar na condução da educação física no Brasil:

Do que tenho observado, um dos erros mais graves, na organização da ENEFD, foi a sua subordinação integral ao padrão militar da Escola de Educação Física do Exército. [...] E a ENEFD tem que ser, por força, diferente da EsEFEx. Embora aproveitando-lhe a experiência, não pode copiar-lhe a organização. [...] A disciplina civil é diversa da disciplina militar, e dos estudantes e professores civis tudo se pode obter, em matéria de hierarquia e cooperação, de comportamento e trabalho, sem apelar para as rígidas fórmulas disciplinares da caserna. Acredito que haveria de ser utilíssimo à Escola uma modificação dos seus trabalhos nesse sentido: 1º) Substituindo a disciplina militar pela disciplina civil; 2º) Adaptando a Escola ao regime da administração civil, desprezando o modelo militar naquilo que ele tem de peculiar e inadequado; 3º) dar à ENEFD um caráter particular [leia-se: civil], de acordo com os resultados da experiência e da observação, libertando-a da imitação servil do padrão do Exército [Cpdoc, GC/g 35.07.10, II-9].

Entre os civis havia, no entanto, muitos que enalteciam o papel dos militares em relação à educação física. O primeiro diretor da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, Carlos Sanches de Queirós, em conferência pronunciada em 30 de outubro de 1941, criticou diversas vezes a forma “nada educativa” como a educação física e o esporte vinham sendo tratados pelas associações civis: “a atitude descontrolada e pouco digna que frequentemente se observa nos campeonatos interclubes, tanto por parte dos jogadores, como por parte do público que os assiste, é uma prova irrefutável do fracasso destas agremiações como entidades educativas” (Castellani Filho, 1991:35-36). Esse quadro justificava, a seu ver, o “fécundo e honesto núcleo

de trabalho e catequese” representado pela Escola de Educação Física do Exército. Um artigo de Hélios Póvoas, publicado em novembro de 1938, chegava a visualizar o Brasil como uma grande Escola de Educação Física do Exército:

Entreguemos ao Exército todos os poderes para que, no setor de Educação Física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o Exército glorioso precisa de um “Homem Brasileiro”, com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento de vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. Seja o Brasil, no tocante à Educação Física, uma Escola de Educação Física do Exército [Castellani Filho, 1991:87].

EDUCAÇÃO FÍSICA E AUTORITARISMO

No período que se estende do início do Estado Novo até a entrada do Brasil, ao lado dos países aliados, na II Guerra Mundial, o caráter bélico e autoritário da educação física promovida pelos militares tornou-se muito acentuado. Por um lado, a enorme restrição às liberdades civis que o país viveu nesse período praticamente impossibilitou a manifestação de divergências em relação ao modelo oficial. Por outro, houve uma ampla disseminação de ideologias fascistas e racistas vinculadas à eugenia e à educação física. Um bom exemplo é encontrado em artigos publicados por Inezil Penna Marinho em 1940, nos quais é destacada a influência

da educação física na formação e padronização das raças e elogiado o exemplo da Alemanha nazista:

Foi Adolf Hitler quem libertou a força agrilhoadada, que hoje já se pode expandir como as águas de um caudaloso estuário de liberdade. Transformar-se-á num mar imenso, protetor das sagradas fronteiras da Pátria. Aí estão realizações e diretrizes que merecem ser imitadas pelos poderes públicos assim como pelas entidades particulares que se consagram à educação física no país [Cantariño Filho, 1982:169-170].

Outro exemplo vem de um longo, porém instrutivo, trecho de uma conferência pronunciada em 16 de outubro de 1941 pelo comandante da Escola de Educação Física do Exército, tenente-coronel José de Lima Figueiredo:⁵⁶

O Exército recebe os párias, os iconoclastas e os normais e os funde num só cadinho, mercê da democracia em que vivemos. Porém, dessa fusão não sai um tipo standard de soldado, não sai o cidadão ideal. Com ferro mal forjado de início nunca se chega a ter bom aço [...] Há povos respeitados e nações fortes. Não falei aqui em humanidade, friso, só falei de nações, se bem que desde o berço, seguindo a doutrina sapientíssima de Jesus, devamos amar ao próximo como a nós mesmos. E o mundo seria um paraíso de amor se pudessemos, sem distinção de castas e de raças, afastar do ser humano o ódio, a inveja, a vaidade, a soberba, elementos geradores das guerras, que alguém definiu como uma terapêuti-

⁵⁶ Essa conferência fez parte de uma série patrocinada pela Associação Brasileira de Educação Física, realizada no Palácio Tiradentes. Os textos foram publicados posteriormente em *Estudos e conferências*, uma edição do DIP.

ca que Deus emprega para purificar a humanidade e que Ruskin considerava como a “mãe da virtude e do gênio” e com convicção sentenciava que “todas as artes puras e nobres da paz são fundadas sobre a guerra”. Nestas condições, não podemos desprezar a fórmula *si vis pacem para bellum* e temos que incutir no cérebro, no coração, enfim, na inteligência e no sentido da criança, em primeiro lugar, acendrado espírito de nacionalismo, a única coisa que nos fará crescer aos olhos dos alienígenas, seguindo o exemplo de nações agonizantes como Alemanha, Itália e Portugal, que completamente sem vigor, de uma hora para outra, se transmudaram em potências respeitadas pelas demais, graças aos esforços de Hitler, de Mussolini e de Salazar [Lourenço Filho et al., 1942:127].

Algumas medidas profundamente discriminatórias foram aprovadas durante os primeiros anos do Estado Novo. Em 1938, uma circular da Divisão de Educação Física (nº 3, de 6 de junho) lembrava aos inspetores que, com base na legislação vigente, “não podem ser matriculados nos estabelecimentos de ensino secundário alunos cujo estado patológico os impeça permanentemente da frequência às aulas de educação física” (Cantarino Filho, 1982:145). O Conselho Geral da Confederação Católica se opôs a essa medida através de memorial enviado ao ministro Gustavo Capanema, pedindo que ela fosse revogada, por ser “incompatível com o conceito de pessoa humana”, além de ser uma interpretação arbitrária da legislação em vigor. O diretor da Divisão de Educação Física, major Barbosa Leite, criticou os autores do documento, que, segundo ele:

deixam ver que não pleiteiam a defesa de princípios básicos de educação, mas o relaxamento da lei em proveito dos interesses particulares de alguns diretores de colégios, contra as conveniências do Estado Novo em assegurar à nossa juventude os meios de contribuir eficazmente para a economia e a defesa da Pátria [Cantarino Filho, 1982:152].

As principais críticas da Igreja — a única voz dissonante ocasionalmente tolerada pelo governo — eram, no entanto, de caráter basicamente moral, e não político. Elas foram resumidas em um memorial enviado pelos bispos de São Paulo a Getúlio Vargas, em março de 1940. No documento, apesar de elogiarem os esforços de Vargas em construir “um Estado forte, estruturado nos princípios cristãos” que pudesse “malograr os criminosos tentames dos elementos bolchevizantes, que pretendiam reduzir o país a um montão de ruínas”, os bispos denunciavam uma “ofensiva contra o patrimônio moral da Nação”, materializada, entre outras coisas, na forma pela qual a educação física vinha sendo implementada nas escolas. As críticas dirigiam-se principalmente à Divisão de Educação Física do MES, que manifestava uma “orientação materialista, talvez inconscientemente comunista”! Exemplos concretos seriam as “indecentes” fichas biométricas utilizadas nas escolas, a “promiscuidade dos sexos” nas sessões de educação física, os trajes que atentavam contra o pudor e as exposições públicas de ginástica feminina.⁵⁷ O governo atendeu a alguns detalhes das críticas presentes no memorial, mas não mudou, em nenhum

⁵⁷ GC/c 34.07.14, II-2. O memorial de 1938 também pedira modificações nos exames biométricos, que feriam o “recato natural do sexo feminino”, e a adoção, para as mulheres, da ginástica ritmada (Cantarino Filho, 1982:151).

ponto essencial, a orientação dada à educação física (Horta, 1994:71-72).

A hegemonia militar na área de educação física durante o Estado Novo foi inquestionável. Grande parte dos professores era militar; outros, civis formados pelos militares na Escola de Educação Física do Exército ou em cursos especiais ministrados em diversos estados. Dos 2.187 professores, instrutores ou monitores de educação física formados entre 1925 e 1942, 1.289 eram militares (59%) e 898 civis (41%). Entre os militares, 337 eram oficiais e 952 sargentos (Cantarino Filho, 1982:147). Durante o Estado Novo, a educação física foi também considerada importante instrumento para a *nacionalização* nas áreas de colonização estrangeira. Marinho (1944) via o técnico de educação física promovendo a adaptação e a nacionalização de brasileiros descendentes de estrangeiros. Nestes, o esporte desenvolveria sentimentos nacionalistas que tornariam mais fácil a assimilação. Para Marinho, a educação física deveria ocupar outros espaços, além das escolas, onde se reuniam jovens, como playgrounds, colônias de férias e parques infantis.

Com o declínio do Estado Novo, a situação no campo da educação física modificou-se rapidamente. Professores civis reunidos no IX Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela ABE em junho de 1945, aprovaram uma Carta Brasileira de Educação Democrática que indicava, entre outras medidas, a extinção da organização Juventude Brasileira (inspirada na juventude nazista) e do Departamento de Educação Nacionalista, bem como “de quaisquer vestígios desse tipo, acaso impregnados na administração escolar” (Cantarino Filho, 1982:131).

Alguns antigos defensores de ideias totalitárias também mudaram rapidamente seus discursos. Inezil Penna Marinho, por

exemplo, o técnico da Divisão de Educação Física do MES que vimos há pouco glorificando Hitler, escreveu, em abril de 1945, artigo criticando a opressão e os regimes totalitários, nos quais o sistema de educação se encontrava rigidamente centralizado: “E nós temos um exemplo bem frisante e recente: a imposição do Método Francês de Educação Física pela Missão Militar Francesa, apoiada pelo Exército e oficializada pelo Ministério da Educação e Saúde” (Cantarino Filho, 1982:164).

Sinal dos novos tempos.

O MÉTODO NACIONAL

O método francês foi oficialmente adotado, por iniciativa dos militares, de 1921 até o fim do Estado Novo. Desde o início, no entanto, os próprios militares já enfatizavam a necessidade de futuramente substituí-lo por um método nacional de educação física. Um editorial da revista *A Defesa Nacional* de 1926 defendia que o método nacional fosse “genuinamente brasileiro”, elaborado com liberdade em relação ao francês, tendendo para a ginástica nacional e sem que fosse esquecida a capoeira.⁵⁸

É interessante observar que a importância atribuída pelos militares à criação de um método nacional de educação física está diretamente relacionada aos fundamentos do próprio método adotado inicialmente — como o nome diz, *francês*. No próprio método francês adotado no Brasil, encontra-se a origem das ideias de criação de um método nacional, pois havia

⁵⁸ Ver “A educação física nacional. A instrução física militar” (*A Defesa Nacional*, n. 51, jul. 1926).

uma vinculação direta entre *método de educação física e temperamento nacional*:

As numerosas *experiências* do pré-guerra, os *métodos* aplicados durante a guerra à rápida preparação física dos jovens, os *resultados* obtidos depois do armistício pela difusão da educação física e dos esportes, os *progressos* realizados pela Fisiologia aplicada aos exercícios corporais sublinharam a necessidade de se estabelecer um método geral de educação física aplicável a todos os franceses, sem distinção de idade ou sexo, e *adaptada ao temperamento nacional* [France, 1932:5, grifos do original].

Nesse espírito, criar um método de educação física que fosse “genuinamente brasileiro” deveria envolver, portanto, concepções a respeito dos elementos característicos da nação brasileira e dos brasileiros. Um “inquérito” sobre o método nacional foi lançado em novembro de 1942.⁵⁹ Um dos itens (nº 36) dizia que a experiência havia tornado clara a necessidade de um método adequado ao nosso país. O método francês deveria ser estudado e adaptado, assim como outros métodos estrangeiros, dos quais deveriam ser extraídas as partes mais apropriadas às nossas necessidades. Foram distribuídas 1.835 cópias do inquérito, das quais apenas 7,53% foram respondidas.

Em 1943, a Divisão de Educação Física promoveu o Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física (o edital foi publicado no *Diário Oficial* de 24 de julho de 1943). Venceu o trabalho elaborado por uma Sociedade de Es-

⁵⁹ Ver “O método nacional de educação física”, inquérito realizado pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde (Rio de Janeiro, 1942).

tudo dos Problemas da Educação Física, intitulado *Bases científicas da educação física*, no qual se afirmava que:

O nosso método de Educação Física, para ser nacional, não apenas no título, mas no espírito da sua concepção, não poderá de forma alguma ser rígido, e isso se explica nestas duas frases de Euclides da Cunha: “Não temos unidade de raça”, “Não há um tipo antropológico brasileiro”.⁶⁰

Em 1944, outro concurso de trabalhos sobre educação física foi promovido pela Divisão de Educação Física. A monografia vencedora, de autoria de Inezil Penna Marinho, previa igualmente que o método, para ser verdadeiramente nacional, não deveria ser rígido, pois, assim como não há uma “raça brasileira”, e sim um povo originado por três continentes, o método deve ser flexível o bastante para atender a essa “interfusão biológica”. A unidade, sustenta o autor, deve ser de princípios:

Assim, o futuro Método Nacional de Educação Física deverá considerar esses aspectos, conciliar os pontos divergentes que existam aqui ou ali, aplinar as arestas resultantes do encontro de duas superfícies distintas, polir as asperezas representadas por esta ou aquela dificuldade; enfim, deverá representar um conjunto harmônico e ter uma consistência não rígida, fácil de partir-se, mas plástica, capaz de moldar-se sem dificuldade a todas as exigências, quer regionais, quer étnicas, já individuais, já sociais.⁶¹

⁶⁰ Brasil (1952). Sobre o concurso, ver o *Boletim de Educação Física*, v. 3, n. 8, p. 5-51, dez. 1943.

⁶¹ Marinho (1944:10); e Brasil (1945).

Nota-se, portanto, nesses trabalhos, que a ideia de “plasticidade”, “não rigidez” do futuro método nacional era dominante. Por “nacional”, Marinho (1945:27-28) entendia:

Nacional é o que se aplica a toda a nação, é o que brota de uma comunidade cujos membros estão ligados entre si, desde o berço, por um traço especial de solidariedade, que se origina de uma certa e determinada identidade de necessidades e interesses — de natureza política, econômica, moral e afetiva — e se manifesta na unidade de tradições, aspirações e sentimentos, distintos ou contrários aos das outras nações. Nunca, de acordo com o temperamento do povo brasileiro, um método estrangeiro, qualquer que seja o seu rótulo, poderá por nós ser considerado *nacional*, da mesma forma que jamais admitiríamos uma Constituição estrangeira por melhores que fossem os seus fundamentos.

Com a desagregação do regime autoritário do Estado Novo, o método francês, matriz inspiradora das iniciativas de criação de um método brasileiro, perdeu seu monopólio, e com isso as iniciativas oficiais para a criação do método nacional foram abandonadas. Na gestão do capitão Antônio Pereira Lira como diretor da ENEFD (1944-1946), foram feitas experiências com o objetivo de se criar um “método eclético”, combinando elementos das ginásticas acrobática, calistênica, sueca e dinamarquesa, entre outras fontes. Dessa forma, outros métodos além do francês passaram a ser utilizados pelos cerca de 2 mil professores de educação física que atuavam no país. Nessa mesma época, a Divisão de Educação Física do MES divulgou as “Diretrizes para a educação física nos estabelecimentos de ensino secundário”, de caráter experimental, que permitiam adaptações

no método francês, além do emprego das ginásticas calistênica e sueca nos dias de chuva (Cantarino Filho, 1982:138).

É interessante observar que o Brasil chegou a atuar como exportador do método francês. Em 1942, foi criado no Paraguai um Conselho Nacional de Cultura Física, que recebeu assistência técnica de um militar brasileiro, Sílvio Américo Santa Rosa, ajudado pelos primeiros professores paraguaios a se graduarem no Brasil. O conselho criou legislação similar à brasileira, uma Escola Nacional de Educação Física e tornou a educação física compulsória nos estabelecimentos de ensino, adotando também o método francês de Joinville-le-Pont (Dalen e Bennett, 1971; Malan, 1988).

É importante atentar para o fato de que a aspiração de se criar um método nacional de educação física adequado ao “caráter nacional” não foi uma idiosincrasia brasileira. Na Bolívia, por exemplo, foi realizado em 1927 um curso rápido para formação de professores de educação física, adotando-se o método sueco. No entanto, pretendia-se futuramente desenvolver um método genuinamente boliviano, como afirmava o diretor-geral de Educação Física daquele país:

Se nossa raça autóctone teve uma civilização própria, teve também, seguramente, um método próprio de cultura física, do qual infelizmente nos restam pouquíssimos vestígios, que devem ser levados em conta e servir de base para toda adaptação e toda reforma. Quiçá não muito tarde possamos oferecer uma obra desta índole; na ginástica, como na música e como em tudo, não devemos nos apartar do sentido folclórico [Rodrigo, 1932:vi].

Outros países sul-americanos, no entanto, pareciam contentar-se com a adoção de diversos métodos “estrangeiros”. O

relatório da viagem de estudos de um militar brasileiro mostra que, no Uruguai, a Escola de Educação Física Militar utilizava a ginástica dinamarquesa, enquanto o ensino colegial adotava as ginásticas sueca e calistênica. Na Argentina, o método francês era adotado no ciclo elementar, mas, além dele, a ginástica acrobática também era muito praticada. Para as mulheres, eram ensinados passos de dança regionais, o que o autor do relatório acha que seria muito apropriado ao Brasil, por causa da existência de danças tradicionais ritmadas, como o samba e o frevo.⁶²

Nunca se chegou a uma elaboração final do método nacional. Muitos anos mais tarde, já na década de 1980, Inezil Penna Marinho ainda proporia que o método nacional de educação física — a “ginástica brasileira” — fosse baseado na capoeira. Esta seria uma atividade genuinamente brasileira, que permitiria uma recuperação e valorização do sentimento nacionalista.

CORPO E POLÍTICA

Após os estudos seminais de Marcel Mauss (1974) sobre a natureza social das técnicas corporais e de Michel Foucault (1987) sobre o aspecto político dos investimentos sobre o corpo, é impossível ver nas discussões sobre educação física questões puramente fisiológicas. Os debates sobre o modelo de educação física a ser implantado no Brasil, embora envolvessem discussões científicas, não se restringiam a elas, nem se resolviam no campo aca-

⁶² O major Antônio Pereira Lira viajou em missão oficial para conhecer o trabalho que Argentina e Uruguai realizavam na área de educação física. O objetivo da viagem era obter subsídios para enriquecer o método nacional (Lira, 1945).

dêmico. Vimos como as divergências surgidas com grande parte dos educadores civis e com a Igreja foram sempre resolvidas num campo antes político que científico, no qual a instituição militar foi imbatível no período 1930-1945.

O esforço dos militares para implantarem no Brasil uma determinada visão de educação física — aquela baseada no método francês — revela uma face pouco visível da instituição militar. Enquanto há muitos estudos sobre a participação dos militares na “grande política”, como os golpes e intervenções armadas, conhece-se pouco sobre o efeito a longo prazo da educação física, do serviço militar obrigatório e da educação moral e cívica sobre a sociedade. Durante várias décadas, essas iniciativas se fizeram sentir — ainda se fazem, em certa medida — na vida cotidiana de uma grande parcela da população jovem do Brasil.

A matriz militar do tipo de educação física baseado no método francês gerava uma preocupação em *disciplinar* os corpos dos indivíduos semelhante ao efeito que a disciplina militar exercia sobre a tropa. O objetivo era fazer de cada corpo individual o corpo de um soldado e, com isso, forjar o *corpo da nação*. Essa era a contribuição fundamental que a educação física teria a dar dentro da visão do Exército como uma “escola da nacionalidade”, da ideia de que a organização militar seria o modelo ideal para a organização da sociedade. Aplicada inicialmente no âmbito da própria instituição, logo os militares projetaram a educação física sobre a nação. Juntamente com outras iniciativas, como o serviço militar obrigatório e a educação moral e cívica, a educação física visava *criar* o homem brasileiro. Não era, portanto, a algo já existente que essas iniciativas se dirigiam: a nação brasileira deveria estar, através delas, nascendo.

5 INVENTANDO TRADIÇÕES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: JOSÉ PESSOA E A REFORMA DA ESCOLA MILITAR*

Imagine-se o leitor chegando à Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), para assistir pela primeira vez à cerimônia de entrega dos espadins aos cadetes do primeiro ano do curso, futuros oficiais do Exército brasileiro. Os cadetes entram no pátio principal marchando em formação, trajando seus uniformes históricos, para em seguida receberem seus “espadins”, cópias em miniatura da espada de Caxias, patrono do Exército, que estiveram nos últimos quatro anos na posse dos cadetes veteranos, que se formarão em breve. Quatro anos mais tarde, por sua vez, esses mesmos espadins serão repassados aos futuros novatos. Bandeiras, brasões e hinos ajudam a compor o clima marcial e altamente emotivo da cerimônia.

Lembro-me da sensação de estar assistindo a algo muito tradicional quando, em 22 de agosto de 1987, ao iniciar minha pesquisa de campo para o Mestrado em Antropologia Social, assisti pela primeira vez a esse ritual. Da mesma forma, creio que outros espectadores dificilmente deixariam de se sentir imersos na atmosfera de tradição que cerca o evento. No entanto, o que muito provavelmente não se terá percebido é que

* Versão anterior deste capítulo foi publicada na revista *Estudos Históricos* (n. 14, p. 231-240, jul./dez. 1994).

esse ritual, e todos os seus elementos, são bem mais recentes do que pretendem parecer. Mais que isso, foram conscientemente inventados. Perceber essa dimensão de invenção cultural numa instituição como o Exército, que cultua justamente seu caráter tradicional, quase intemporal, não é tarefa das mais fáceis. Neste capítulo, tratarei do nascimento da mística do “cadete” e de vários elementos simbólicos a ele relacionados.

Devo ressaltar desde logo que o sentido em que uso a palavra “invenção” não denota uma qualidade supostamente falsa ou mentirosa de algumas tradições, por oposição a outras autênticas ou verdadeiras. Não há, portanto, qualquer julgamento de valor negativo envolvido na escolha dessa palavra. O uso que faço da ideia de invenção busca, ao contrário, enfatizar o caráter de *permanente* invenção da cultura humana.

Minha perspectiva é parcialmente inspirada pela noção de “invenção das tradições”, consagrada pela coletânea de mesmo título organizada pelo historiador Eric Hobsbawm e pelo antropólogo Terence Ranger e publicada originariamente em 1983. Esse livro reúne exemplos de invenção de tradições em diversos países e contextos históricos, patrocinados por diferentes agentes sociais. Comum a todos os casos, porém, é a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico. Afasto-me, entretanto, da concepção original desses autores na medida em que não oponho tradições “inventadas” a outras vistas como “tradicionais” ou “genuínas”. Creio que, na verdade, *todas* as tradições revelam-se como inventadas, quando se olha para elas mais de perto, numa perspectiva histórica e antropológica.

Tão logo novas tradições são inventadas, entra em ação um esforço cultural para “cristalizá-las”, numa tentativa de torná-las reconhecíveis como antigas ou naturais pelos indivíduos. Essa dialética de invenção e convenção é um processo permanente e muitas vezes conflituoso. É importante ressaltar que essa invenção cultural não se dá num terreno absolutamente livre e, sim, num campo de possibilidades histórica e culturalmente limitado. O passado é recriado por referência a um estoque simbólico anterior e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob o risco de não vingar.

A reforma da Escola Militar do Realengo,⁶³ idealizada e iniciada por José Pessoa, comandante entre 1931 e 1934, é um caso exemplar de invenção de tradições no Exército brasileiro. Trata-se de um caso historicamente bem-sucedido, como prova a permanência até hoje das *tradições* então forjadas. Pretendo, através dele, portanto, apresentar a gênese e discutir o significado de elementos simbólicos ainda presentes no Exército brasileiro.

POLÍTICA E DISCIPLINA

Uma tradição “inventada” precisa, obviamente, ser aceita e assimilada num determinado círculo social para “vingar”, isto é, ter eficácia e continuidade. No entanto, ela é sempre o resultado de um projeto consciente, desenvolvido por indivíduos específi-

⁶³ A Escola Militar do Realengo é a antecessora histórica da Escola Militar de Resende, inaugurada em 1944, e que teve seu nome alterado em 1951 para Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), como permanece até hoje.

cos. No nosso caso, temos um personagem central: José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959).⁶⁴

Nascido na Paraíba, José Pessoa pertencia a uma importante família de políticos. Era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, presidente da Paraíba de 1928 a 1930, cujo assassinato desencadeou a Revolução de 1930. Quanto à sua própria carreira, formou-se em 1913 pela Escola Militar de Porto Alegre e, em 1918, fez estágio na França, chegando a participar de combates na guerra, comandando um pelotão de soldados franceses. Em 1919 foi promovido a capitão, por atos de bravura. Ainda na Europa, especializou-se em carros de combate, tendo sido, ao voltar ao Brasil em 1920, organizador da primeira unidade de tanques do Exército brasileiro. Ainda em 1920, foi nomeado para acompanhar os reis da Bélgica em visita ao Brasil. Promovido a major em 1923, assumiu o posto de subcomandante da Escola Militar. Em seguida ocupou vários comandos da Arma de Cavalaria, sendo promovido a coronel em 1929.

Em 3 de outubro de 1930 eclodiu no Rio Grande do Sul e em outros estados o movimento revolucionário chefiado por Getúlio Vargas. No dia 24, após várias vitórias dos revoltosos, os comandantes militares da capital forçaram a renúncia do presidente Washington Luís. José Pessoa tomou parte ativa no cerco e na ocupação do Palácio Guanabara. Vitoriosa a revolução, permaneceu um breve período como comandante do Corpo de

⁶⁴ A principal fonte de dados para este capítulo é o arquivo pessoal de José Pessoa, depositado no Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas. Há vários dossiês de documentos referentes à Escola Militar e ao ensino militar, além dos originais da autobiografia não publicada *Diário da minha vida*, terminada provavelmente em 1953 (código JP/dv 53.00.00; as pastas III e IV referem-se à Escola Militar). Para uma biografia de José Pessoa, ver Câmara (1985).

Bombeiros do Distrito Federal até ser nomeado, em 19 de novembro de 1930, comandante da Escola Militar do Realengo. Exerceria essa função até 28 de abril de 1934, período no qual teria a oportunidade de implantar a reforma aqui examinada.

A Revolução de 30 não foi, de forma alguma, consensual no Exército. Nos anos que se seguiram, ocorreram sérios conflitos internos, motivados por divergências doutrinárias, organizacionais e, principalmente, políticas. Exemplos eloquentes disso são as dezenas de movimentos internos (incluindo agitações, protestos e revoltas) que abalaram o Exército entre 1930 e a instauração do Estado Novo, quando finalmente se consolidou um projeto hegemônico para a instituição, em torno de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra (Carvalho, 2005).

A integridade do Exército era, portanto, uma questão em aberto quando José Pessoa assumiu o comando da Escola Militar, logo após a vitória do movimento revolucionário. Ele procurou, desde o início, vincular a reforma que pretendia realizar na escola ao contexto pós-revolucionário. Essa intenção era explícita já no *Boletim* nº 1 de seu comando, de 15 de janeiro de 1931, dia em que tomou posse:

Cadetes! O dever que o Exército tinha a cumprir para com a República já está consumado. [...] Mas a Revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. E é exato. A República está salva, resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. Revalidada a forma de governo, cumpre restaurar o Brasil. [...] Assim como o Exército foi o fator decisivo da Revolução, outro papel essencial caber-lhe-á no período de Renovação, na fase de Reeducação que se vai iniciando. [...] O Exército, como instituição democrática

por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade, é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência.⁶⁵

Para além da preservação da ordem republicana, os grandes objetivos da revolução eram “salvar a nação” e “manter a integridade da pátria”. A identificação do Exército com os conceitos abstratos de “pátria” e “nação” procurava evitar refletir as divisões existentes na sociedade, afastando a instituição, no plano simbólico, dos conflitos políticos e ideológicos. O Exército, enquanto “ossatura da nacionalidade”, teria um papel fundamental na fase de “reeducação” e “renovação” que se iniciava. Era preciso, para tanto, que logo se “recompusesse”. A Escola Militar, onde seriam formadas as futuras gerações de oficiais, era vista, nessa perspectiva, como uma instituição seminal do “novo Exército” e, por extensão, da nova nação que se pretendia construir.

O primeiro passo da reforma foi a melhoria das condições materiais da escola, consideradas extremamente precárias por José Pessoa. A rede de esgotos foi canalizada, terrenos pantanosos foram drenados, modificou-se o sistema de coleta de lixo, a cozinha e os dormitórios foram pintados, o mobiliário foi substituído e “cassinos” (salas de lazer) foram construídos para cadetes e oficiais.

A reforma, porém, deveria ir muito além disso. A preocupação fundamental de José Pessoa era com a criação de “mentalidades homogêneas”, de “um novo estado psicológico” no corpo de

⁶⁵ “Diário da minha vida”, autobiografia não publicada de José Pessoa.

oficiais. A reforma da Escola Militar seria apenas o primeiro passo desse processo. Em sua autobiografia, ele escreve a respeito:

O velho regime político decaído não tinha deixado ali coisa alguma de útil ou merecedora de ser lembrada. É verdade que dava anualmente turmas de aspirantes por conclusão de curso, mas nelas os elementos variavam desde o bom ao mau. As suas últimas turmas, então, foram totalmente sacrificadas. E vemo-las aí [no início da década de 1950], em grande parte divorciadas da sua profissão. É fato que, no seio do Alto-Comando, surgem admiravelmente belas inteligências e padrão de soldados devotados, porém isso não é uma regra. O que o Exército procura formar são mentalidades uniformes, e não personalismos. Resta-nos, entretanto, a esperança de que a mentalidade está sendo mudada e os métodos atuais operarão, certamente, novas e homogêneas gerações.⁶⁶

O que José Pessoa quer dizer com homogeneidade? O trecho acima afirma que, entre os oficiais formados durante a Primeira República (“o velho regime político decaído”), agora no Alto-Comando do Exército, apenas alguns são bons soldados. A maioria encontra-se “divorciada de sua profissão”. A imagem de um “divórcio” aparece também em uma entrevista concedida por José Pessoa ao jornal *A Noite* de 17 de dezembro de 1931, ao final de seu primeiro ano no comando da escola. Perguntado sobre *política*, responde:

Não sou político. Não quero ser. A nossa maneira de fazer política tem sido a gênese de muitas infelicidades para o país. [...] Ao assumir este comando, reuni mestres e cadetes, advertindo-os de

⁶⁶ “Diário da minha vida”, autobiografia não publicada de José Pessoa.

que seria desaconselhável o trato de assuntos em desacordo com a disciplina militar, separando-me completamente dos políticos. Só não chamo a isso um divórcio porque nunca estivemos juntos. Não se deve inferir daí que eu os condene. Absolutamente. [...] Mas a política, para os políticos e mais ninguém.

Para José Pessoa, política e disciplina militar eram, portanto, duas coisas que não deveriam se misturar. Unindo os dois trechos transcritos, é possível inferir que gerações *homogêneas* de oficiais seriam aquelas disciplinadas e “divorciadas” da política, enquanto as *heterogêneas* seriam as “sacrificadas” pela política, que fere a disciplina militar. Em outro documento (JP/ag 36.04.12), referindo-se ao seu tempo de estudante na Escola Militar, José Pessoa fala dos “hábitos turbulentos dos meninos de Floriano”, que cometiam “excessos de conduta”. É conhecido o papel político de destaque que os jovens oficiais tiveram na consolidação da República. Mas se aquela geração mereceu, segundo José Pessoa, as regalias disciplinares de que desfrutou, ela não deveria tê-las passado como herança às gerações futuras.

Em nome da reestruturação do Exército no período pós-revolucionário e da formação de um corpo disciplinado de oficiais, José Pessoa queria em primeiro lugar afastar a política — que divide — e enfatizar a *disciplina* — que une. Uma de suas medidas mais importantes foi justamente na área disciplinar, com a criação de uma entidade chamada Corpo de Cadetes, reunindo o conjunto dos cadetes. Esse corpo foi criado oficialmente no dia 25 de agosto de 1931 — não por acaso data de nascimento do Duque de Caxias⁶⁷ —, em solenidade à qual

⁶⁷ A data de nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva — 25 de agosto — era, desde o Aviso do Ministro da Guerra nº 443, de 25-8-1923, comemora-

estiveram presentes, entre outras autoridades, o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas.

A respeito dessa solenidade, há um fato curioso. Por encomenda de José Pessoa, foi feito pelo pintor J. Rocha Ferreira um quadro retratando o momento da entrega do estandarte do Corpo de Cadetes pelo presidente Getúlio Vargas. O pintor baseou-se em fotografias publicadas pelos jornais, que retratavam Vargas com seu costumeiro chapéu gelô escuro à cabeça. José Pessoa, no entanto, solicitou, o quadro já pronto, que o chapéu fosse “retirado” da cabeça de Vargas, num sinal de respeito devido, porém esquecido. Foi feita, então, essa pequena falsificação da realidade, em nome do efeito simbólico do quadro, que hoje se encontra na biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras.

Com a criação do Corpo de Cadetes, o aluno matriculado na escola passava a ser considerado parte de uma entidade coletiva e adquiria, além da condição de aluno, a situação militar de “praça especial”. O enquadramento militar dos alunos foi consolidado, no ano seguinte, pelo *Regulamento interno do Corpo de Cadetes*. Seu art. 1º dizia que o Corpo de Cadetes, fonte permanente de onde saem as futuras gerações de oficiais, é verdadeiro símbolo do “futuro do Exército e da segurança da Pátria”. Os títulos de algumas seções desse regulamento demonstram o grau de detalhamento que atingia, grau até então inédito na Escola Militar: “Da atividade e do repouso”, “Dos alojamentos,

da pelo Exército, sendo em 1925 oficializado como Dia do Soldado. Apesar de José Pessoa ter desempenhado, com a reforma da Escola Militar, um papel importante no desenvolvimento do “culto a Caxias”, o processo de mitificação desse personagem pelo Exército é muito mais amplo. Ver, a respeito, Castro (2002).

dos pátios e dos banheiros”, “Do refeitório”, “Do portão”, “Das visitas”, “Da correspondência”, “O levantar e o café”, “Da reunião após o café”, “Das aulas e sessões de estudo”, “Da revista do recolher e outras revistas”, “Do silêncio” etc.

O espaço e o tempo dos cadetes passavam a ser, dessa forma, totalmente visíveis e previsíveis. Com isso, a Escola Militar aproximava-se do modelo de uma *instituição total*, categoria utilizada pelo sociólogo canadense Erving Goffman para designar estabelecimentos sociais que concentram indivíduos em tempo integral num único local e sob uma única autoridade, com atividades diárias rigorosamente estabelecidas e padronizadas.⁶⁸ Mas a autoridade que deveria controlar o cumprimento dos regulamentos pelos cadetes não era basicamente exterior, como é o normal nas instituições totais. O principal controle deveria ser a consciência *dos próprios cadetes*, através da criação do que José Pessoa chamava de “um novo estado psicológico”, que tornaria cada um “escravo de sua dignidade pessoal. [...] Cada cadete era prisioneiro de si mesmo. E, podemos afirmar, não havia prisão mais sólida” (JP/dv 53.00.00, III:33).

OS NOVOS SÍMBOLOS

O objetivo principal da reforma pretendida por José Pessoa era, portanto, atingir “a alma e o coração” dos jovens candidatos a oficial. Por isso, suas mais importantes iniciativas — e as mais

⁶⁸ Goffman (1974:25, 55) inclui as academias militares entre as instituições totais, embora suas referências básicas sejam as prisões e os hospitais para doentes mentais. Faço, no entanto, restrições ao uso do conceito de *instituição total* para caracterizar as academias militares (Castro, 2007).

duradouras — foram no campo simbólico. Inventou-se um conjunto de símbolos que expressavam o pertencimento dos cadetes a uma tradição vinculada aos valores nacionais mais profundos.

Em primeiro lugar, os uniformes dos cadetes foram mudados. José Pessoa os considerava simbolicamente inexpressivos e pouco distintos dos uniformes dos soldados. Foi então solicitado o auxílio do artista José Walsht Rodrigues, autor de um *Álbum dos uniformes do Exército*, para criar o novo plano de uniformes da Escola Militar. Adotaram-se elementos retirados dos uniformes militares do Império, principalmente da Campanha de 1852 contra Rosas: barretina, cordões com palmatórias e borlas, charlateiras de palma e palmatória escarlata e emblema simbólico para a cobertura. A cor predominante passava a ser o turquesa.

O novo plano de uniformes foi aprovado em 30 de abril de 1931. Segundo José Pessoa, não se tratava de uma simples combinação de peças, mas de um verdadeiro plano que visava objetivos bem determinados, entre os quais “restabelecer-se, embora respeitando as linhas gerais dos uniformes contemporâneos, os liames históricos do Cadete da Escola Militar” (JP/vp 31.05.12, doc. 1).

Um último elemento — porém, simbolicamente, o mais importante — veio a completar o uniforme dos cadetes: o “espadim”, uma réplica em miniatura da espada de campanha do Duque de Caxias. A peça original foi localizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, copiada, e os desenhos enviados à Europa, onde foram feitos os espadins. Através dessa arma simbólica, José Pessoa pretendia cultivar “o pilar que sustentou o Império”, “o maior general sul-americano”, o “invicto

soldado”, “aquele que melhor serviu à pátria e mais a estremeceu”. A figura de Caxias deveria “pairar no seio dos cadetes do Brasil” como Napoleão entre os de Saint-Cyr e Washington entre os de West Point.⁶⁹

Os primeiros espadins foram entregues em dezembro de 1932, em solenidade realizada em frente da estátua de Caxias, então localizada no largo do Machado, no Rio de Janeiro. Conforme as recém-criadas *Instruções para o recebimento e uso do espadim*, os cadetes pronunciaram o seguinte juramento: “Recebo o sabre de Caxias como o próprio símbolo da honra militar”. O espadim passou, desde então, a ser peça mantida pelos cadetes durante o curso na Escola Militar e devolvido pouco antes da solenidade de formatura, quando é passado a um aluno calouro.

Outros símbolos materiais foram criados durante a reforma de José Pessoa: o estandarte e o brasão de armas do Corpo de Cadetes. Igualmente desenhado por Walsht Rodrigues, o brasão trazia um escudo com uma torre de ouro, que simbolizava a escola, tendo, ao fundo, o perfil estilizado do pico das Agulhas Negras. Por que essa montanha? Na ocasião, a Escola Militar funcionava no subúrbio carioca do Realengo, e não na região de Resende/Itatiaia, onde está situado o pico das Agulhas Negras, e para onde só se mudaria em 1944. Ocorre que, na época, esse pico ainda era considerado a mais alta montanha do Brasil. Além disso, fazia parte do maciço central brasileiro — espinha dorsal do território nacional — e era de idade geológica muito antiga — outro aspecto de forte apelo simbólico. Para os que inventavam novas tradições, o pico das Agulhas Negras era vis-

⁶⁹ As referências a Caxias encontram-se na autobiografia (JP/dv 53.00.00, III:63-8).

to, enquanto “síntese fisiográfica” do maciço central, como um *símbolo da unidade estrutural* do Brasil, da mesma forma que o Exército o era da nação e a academia o era do Exército. Nas palavras de época do capitão Mário Travassos, ajudante de ordens de José Pessoa:

A constituição sienítica-nefelítica das rochas das Agulhas Negras empresta-lhes caráter eruptivo de alta significação geológica, em vista da idade que lhes assegura a estabilidade de rocha primitiva do maciço central do Brasil. Este sentido seria transmitido ao brasão pela firmeza e estabilidade do símbolo, representando a firmeza e a estabilidade do Exército.⁷⁰

UMA NOVA ARISTOCRACIA

Outro elemento simbólico importante da reforma implementada por José Pessoa foi a reutilização do título de *cadete* para designar os alunos da Escola Militar.⁷¹ Este título existira durante o Império e nos primeiros anos da República (até 1897), sendo, originariamente, exclusivo dos alunos de origem nobre. José Pessoa começou seu discurso de posse no comando da escola — do qual já foi aqui transcrita uma parte — justamente com o vocativo “cadetes”, em desuso havia mais de duas décadas. Com isso, ao mesmo tempo dava-se um ar aristocrático à condição de aspirante a oficial do Exército, retomava-se um

⁷⁰ Artigo publicado na *Revista da Escola Militar* de 1931 e citado por Câmara (1985:69).

⁷¹ O Decreto nº 20.307, de 15-8-1931, oficializou o uso do título de cadete pelos alunos da Escola Militar.

elemento do passado e transmitia-se a ideia de que ser cadete é pertencer a uma *elite social*. Numa carta ao ministro da Guerra, Góis Monteiro, datada de 31 de março de 1934, José Pessoa escreve:

Com os exércitos contemporâneos, a tarefa mais difícil para os governos, a parte mais delicada a tratar, é a criação desse nervo motor que dá vida à nação armada, isto é, a organização do corpo de oficiais. É que hoje, mais do que nos tempos passados, torna-se preciso que o corpo de oficiais constitua uma verdadeira aristocracia, não a aristocracia de sangue, mas uma aristocracia física, moral e profissional [JP/vp 31.05.12, doc. 29].

A visão do cadete como membro de uma elite social, uma aristocracia do mérito, fundamentou uma série de iniciativas tomadas por José Pessoa durante seu comando. No que toca ao recrutamento de alunos para a Escola Militar, ele reservou metade das vagas para o concurso de admissão aberto aos civis — até então, a maioria dos alunos era oriunda dos três colégios militares em funcionamento (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza). No mesmo sentido, ele sempre se opôs à ideia de recriar uma escola preparatória ao ingresso na Escola Militar.

José Pessoa pretendia alargar a base social de recrutamento para a escola, evitando o predomínio do recrutamento no próprio meio militar e favorecendo o ingresso dos “melhores elementos”. Foi também instituída uma inspeção médica eliminatória e a necessidade de o candidato à escola trazer um “conceito” firmado pelos comandantes dos colégios militares ou dos estabelecimentos de ensino secundário civis, que se

tornavam, assim, fiadores do candidato perante o comando da Escola Militar.

Para José Pessoa, a “missão” da Escola Militar era “aprimorar qualidades, e não corrigir defeitos” (JP/ag 36.04.12, doc. 32). Foram tomadas várias providências para dar projeção social ao cadete, como contatos com os clubes de maior projeção da época, o Fluminense e o Tijuca Tênis Clube, para que cadetes fossem convidados para todas as festas, ao mesmo tempo em que se desestimulava seu comparecimento aos festejos suburbanos do Méier e de Bangu.⁷²

UMA NOVA ESCOLA

A localização da Escola Militar no Realengo sempre desagradou José Pessoa:

Ali tudo é impróprio à formação do corpo de oficiais. O clima é exaustivo; os campos empantanados facultam a proliferação dos mosquitos e, pois, os surtos de impaludismo; a paisagem, por toda parte, é cansativa e monótona; as condições da localidade, qualquer que seja o ponto de vista por que sejam encaradas, estão abaixo das exigências necessárias. E pela localização dentro da capital federal, ainda está sujeita a ser presa de agitações políticas que, periodicamente, inflamam a capital do país, como frequentemente tem acontecido [JP/ag 36.04.12, doc. 14].

⁷² Ver declarações do ex-cadete Carlos de Meira Mattos em Câmara (1985:88) e Jeová Mota (1976:364, nota 52).

Já em seu *Boletim* nº 1, José Pessoa falara da necessidade de se escolher um novo local para a Escola Militar. Criou-se então, em 4 de dezembro de 1931, uma Comissão Executiva da Nova Escola, por ele presidida, e que logo elegeu a região de Resende como ideal para a construção da nova sede. Entre as razões apontadas, destacavam-se: a localização intermediária entre Rio, São Paulo e Minas Gerais, proporcionando facilidades de comunicação com as principais cidades do país; o clima privilegiado — a região foi apelidada pelo médico Miguel Couto de “a Suíça brasileira”; a variedade de acidentes geográficos de que dispunha — as Agulhas Negras, o rio Paraíba —, que, além do valor para a instrução militar, faziam José Pessoa sonhar com excursões dos cadetes às montanhas e com a prática de esportes náuticos no rio Paraíba, podendo a futura escola tornar-se, “muito breve, uma espécie das famosas universidades de Oxford e Cambridge, situadas à borda do Tâmsa, movimentando toda a cidade de Londres por ocasião de suas regatas”; finalmente, o fato de a cidade de Resende ser considerada ideal para o convívio social do cadete, por abrigar uma “sociedade homogênea” e de “arraigadas tradições”, características da antiga área cafeeira do vale do Paraíba, em cujo apogeu econômico “surgiu a família resendense organizada, estável, e que hoje dá vida à atividade pastoril das fazendas e aos surtos industriais correlatos que já se verificam em larga escala. Além disso, Resende está incluída entre as estações de repouso e, assim, mantém periodicamente contato com elementos sociais mais adiantados” (JP/vp 31.12.15, doc. 9).

A transferência da Escola Militar para Resende com o nome mais pomposo de Academia Militar das Agulhas Negras seria, para José Pessoa, a coroação da reforma no sistema de formação

dos futuros oficiais do Exército. Ela não se concretizaria, no entanto, durante seu comando. Apesar de conseguir a aprovação de todas as suas inovações no início de seu comando, na gestão do general Leite de Castro no Ministério da Guerra (novembro de 1930 a junho de 1932), José Pessoa teve sérios desentendimentos com o novo ministro, general Góis Monteiro. Em 1932, por exemplo, opôs-se à ideia do ministro de utilizar os cadetes nas operações militares contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Posteriormente, Góis Monteiro, segundo José Pessoa, teria tentado rematricular alguns cadetes desligados e adotado outras medidas que caracterizariam a “politicagem” do ministro contra a escola.

Por causa das desavenças com Góis Monteiro, José Pessoa pediu desligamento do comando da Escola Militar, e seus últimos dias à frente da instituição foram ainda tumultuados por uma greve dos alunos, temerosos ante a aplicação de uma nova inspeção de saúde. Pouco após deixar o comando, José Pessoa foi preso por 48 horas por ordem do ministro, devido a um artigo que publicou no *Correio da Manhã* de 16 de maio de 1934. Duas décadas mais tarde, em sua autobiografia, José Pessoa ainda guardava enorme mágoa de Góis Monteiro, a quem qualificava de “oficial preguiçoso e ineficiente”, apelidado quando jovem de “Mimi Bilontra” pelos colegas, “mergulhado numa vida dissoluta e beberria” na juventude, ainda “dissoluto e desregrado na maturidade”.⁷³

⁷³ Não cabe aqui investigar se as divergências entre Góis Monteiro e José Pessoa eram de caráter também doutrinário, além de pessoais. De qualquer forma, em questões políticas, as diferenças entre os dois são visíveis já durante o comando da Escola Militar, e se aprofundariam depois. Ao deixar o comando, como general de brigada (havia sido promovido em 1933), José Pessoa foi nomeado comandante do Distrito de Artilharia de

REVOLUÇÃO E TRADIÇÃO

Nas palavras de José Pessoa, após quatro anos de comando “criou-se uma ideologia, que é um misto de brasilidade e sentimento militar, amalgamados pelo culto do passado, pelo espírito de tradição” (JP/dv 53.00.00, III:34). Todos os elementos da reforma permanecem praticamente inalterados até hoje, e um busto de José Pessoa colocado em posição de destaque na Aman — por ele idealizada — é o sinal mais claro de que sua empresa foi historicamente bem-sucedida. As pessoas que assistem às comemorações na Aman, incluindo os próprios cadetes e oficiais, provavelmente supõem serem os símbolos que veem muito mais “tradicionais” e antigos do que são na realidade.

No caso das tradições inventadas por José Pessoa, pode ser visto como uma contradição o fato de se vincular um “novo Exército”, criado num momento pós-revolucionário, ao passado, em vez de se inventar símbolos que rompessem com tudo o que existira anteriormente e apontassem para o novo, para o futuro. Essa contradição é, no entanto, apenas aparente.

Costa da 1ª Região Militar, no Distrito Federal. Contrário ao golpe do Estado Novo, José Pessoa foi acusado por Góis Monteiro de “inimigo do regime”, e ficou algum tempo sem comissão, sendo depois nomeado comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso. No início de 1939, foi nomeado inspetor da Arma de Cavalaria, cargo que ocupou até 1945. Em maio de 1944 foi eleito presidente do Clube Militar, na chapa de oposição ao candidato do ministro da Guerra. Em seguida, foi adido militar em Londres de 1946 a 1947 e comandante da Zona Militar Sul de 1948 a 1949, quando passou para a reserva no posto de general de divisão. Foi um dos fundadores do Centro de Estudo e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen) e presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (1954-1956).

Uma das características centrais de todo processo de invenção de tradições é justamente estabelecer continuidade com um passado histórico considerado apropriado. Como apontam Hobsbawm e Ranger (1984:9-10), “é o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção das tradições’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea”.

Que passado era apropriado no caso aqui apresentado? Não, certamente, o da “República Velha” que se derrubara, “o velho regime político decaído”. Restava o Império, mas não seu início ou seu final, ambos tumultuados para o Exército. O ideal seria um “médio” Império, afastado das rupturas políticas — que comprometem a disciplina —, tendo como centro a figura de Caxias, considerado símbolo da unidade do Exército e da nação. Assim, lançava-se âncora num passado remoto — uma tentativa de demonstrar *estabilidade* da instituição que deveria ser a “ossatura da nacionalidade”. Era essa a característica que José Pessoa considerava essencial para superar as instabilidades do presente. Daí a coerência de todos os símbolos inventados: os novos uniformes “tradicionais”, o espadim de Caxias representando a honra militar, a imagem telúrica e atemporal das Agulhas Negras. Ao mesmo tempo, implementavam-se medidas que enfatizavam a disciplina, com a criação do Corpo de Cadetes, o novo regulamento e o controle mais rigoroso da vida cotidiana dos alunos. Exorciava-se, assim, pelo menos no plano simbólico, as turbulências da política do interior do Exército, reservando a política “para os políticos e mais ninguém”.

Consideradas em seu conjunto, as tradições inventadas por José Pessoa são impressionantes. Elas tornaram-se, desde então, a base da “ideologia oficial” da instituição, aquela que é transmitida aos cadetes durante os anos em que formam seu *espírito militar*.

6 A FEB, SEUS VETERANOS, SUAS MEMÓRIAS*

A participação do Brasil na II Guerra Mundial, marcada principalmente pela atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, recebeu pequena atenção em livros escolares, na produção historiográfica e no calendário cívico nacional. Remando contra a maré, os veteranos da FEB sempre se esforçaram para manter viva sua memória. Não tenho experiência direta de pesquisa sobre o tema deste capítulo, mas tive o privilégio de participar como examinador de três bancas de mestrado ou doutorado⁷⁴ e de assistir a apresentações em seminários que tratavam do tema. A partir dessa experiência, aventurei-me a dar algumas sugestões para se estudar a memória da FEB, em particular a memória de seus combatentes.

Primeiramente, devo reconhecer que essa é uma memória de forte qualidade emotiva, uma memória *patética*, no sentido etimológico da palavra: algo carregado de *páthos*, que comove a alma, despertando sentimentos tristes e de compaixão devido a sua natureza trágica. Como pesquisador, no entanto, cabe-me a tarefa não de escrever uma “história piedosa” dos veteranos,

* Uma versão oral deste capítulo foi apresentada na mesa de encerramento do I Seminário de Estudos sobre a FEB, realizado no Ifcs/UFRJ em 15-6-2009.

⁷⁴ Ribeiro (1999); Ferraz (2003); e Bustamante (2006).

mas, no que diz respeito a suas memórias, de investigá-las, buscando compreender suas dimensões individuais, institucionais e historiográficas.⁷⁵

Para tanto, é preciso destacar a historicidade dessas memórias, inseri-las no processo pelo qual toda memória é permanentemente construída e modificada tendo em vista a conjuntura em que é atualizada, sob a ação de diferentes atores sociais, muitas vezes em conflito. Para além da suposição de existência, *à la* Halbwachs, de uma “memória coletiva” dos veteranos, creio ser preciso destacar sua polifonia (muitas vezes conflituosa) e o que Michael Pollak (1989) chamou de processos de “enquadramento” da memória.

É preciso tentar compreender, mas também relativizar, aquilo que os antropólogos se acostumaram a chamar de “o ponto de vista dos nativos”. Isso não se consegue, como às vezes ingenuamente se supõe, por empatia espiritual, não ocorre graças a algum tipo de sensibilidade extraordinária com nossos “nativos”, e sim como resultado da análise intelectual, “de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, o que [Clifford Geertz (1997:107) chama] de sistemas simbólicos”. Acho importante, nesse sentido, fugir da armadilha do discurso da vitimização, tão presente nessas memórias, em particular no que se refere ao período *posterior* ao retorno da guerra, por mais que ex-combatentes efetivamente tenham sido vítimas de sequelas físicas ou psicológicas, de atos injustos ou de indiferença social. É tentador, nessas situações, achar um culpado, criar outros inimigos que não aqueles da guerra — como se esta, de alguma forma, ainda continuasse. Importante, ao con-

⁷⁵ É impossível deixar de evocar, nesse momento, o texto exemplar de Portelli (1994).

trário, é investir em favor de uma compreensão histórica e sociológica desses fenômenos.

Nas memórias de ex-combatentes é marcante a percepção de como a guerra, mas também o que aconteceu após o retorno ao Brasil, influenciou sua identidade. Como passar, porém, do terreno do discurso — especialmente do discurso sobre a volta e o que aconteceu depois, com seu fardo de ressentimentos e certa sensação de abandono — para uma análise sociologicamente mais informada?

Como primeiro passo, sugiro perceber que a situação social do veterano de guerra, *daquele que retorna ao lar*, é muito geral na história da humanidade. A esse respeito, vale lembrar a bela contribuição do filósofo Alfred Schutz (1979), ele próprio um veterano da I Guerra Mundial. Terminada a guerra, o “lar” para o qual se retorna não é mais o mesmo, embora o veterano ainda ache que o conhece intimamente, que é “a sua casa”. Muito pelo contrário, para aquele que volta, o “lar” mostra muitas vezes uma face não familiar.

Como lembra Schutz, a *Odisseia*, uma das obras fundadoras da tradição ocidental, é justamente a história do retorno de uma guerra. Finda a Guerra de Troia, Odisseu (Ulisses, na versão latina) demora longos 20 anos tentando voltar a Ítaca, sua cidade natal, passando por várias aventuras e situações dramáticas. Ele tinha um desejo inabalável de voltar. Basta lembrar que, nesse período, passou sete anos na mansão da bela ninfa Calipso, na ilha Ogígia, desfrutando de seus prazeres e da imortalidade — de que gozaria enquanto lá permanecesse —, porém, decidiu abandoná-la para tentar voltar a Ítaca e aos braços de sua mulher, Penélope. Mas quando Odisseu foi finalmente deixado na praia de Ítaca por navegantes fení-

cios, num primeiro momento não reconheceu sua terra natal. Em seguida, disfarçado pela deusa Atena num mendigo, ele não foi reconhecido, por algum tempo, nem mesmo por Penélope (a exceção foi seu cão, Argos, desde então o melhor amigo do homem).

Enquanto dura a guerra, como Schutz nos ensina, ocorre um processo de mútua tipificação — tanto de quem partiu, quanto de quem ficou. Para aquele que volta, o “lar” mostra muitas vezes uma face nada familiar. Quando o soldado retorna e começa a falar de sua experiência, uma surpresa desagradável é ver que os ouvintes não compreendem a qualidade única de suas experiências individuais, aquelas que fizeram dele outro homem. Os ouvintes procuram em seu relato traços familiares, que se encaixem nos seus tipos pré-formados a respeito do que imaginam ser a vida na guerra.

Essa “tipificação” pelas pessoas que permaneceram “em casa” é um dos maiores obstáculos à reinserção dos ex-combatentes. A questão que me parece evidente aqui é a da irreversibilidade do tempo interior, a duração — no sentido da *durée* do filósofo Henri Bergson — dessa separação, dessa ruptura. Aquele que retorna não é mais aquele que deixou o lar, nem para si nem para os que ficaram, e as memórias que levou do lar não correspondem mais àquilo que os que ficaram percebem como o mundo da vida cotidiana.

Além disso, aquele que retorna ao lar geralmente quer transplantar de volta algo dos talentos que desenvolveu ou das qualidades que adquiriu em luta no estrangeiro. Esses talentos e qualidades, todavia, que funcionavam na guerra, não podem ser transplantados para outro “sistema de relevâncias”, para usar uma expressão de Schutz. Com isso, perde-se um *status* privile-

giado que só existe e perdura durante a guerra — e, por alguns breves instantes, após a volta ao lar.

Creio ser isso que explica o abismo que ex-combatentes brasileiros tão recorrentemente mencionam haver entre eles e o restante da sociedade que ficou, presente já no momento do desfile da vitória: “— Quantos alemães você matou?”. Um dos depoentes entrevistados num dos trabalhos que examinei afirma que, 10 dias depois, “não estava aguentando ver mais ninguém”; outro, que sentiu “que era um cidadão comum como qualquer outro e que tinha de trabalhar”. Aparecem ainda, em suas memórias, ressentimentos contra piadinhas de populares sobre se os veteranos ficaram ricos, onde compraram suas medalhas e a sensação de que, “após o momento de euforia da chegada, muitos deles perceberam que a guerra era um assunto aborrecido e entediante para os que estavam fora do grupo” (Ribeiro, 1999:178).

É também evidente a existência, nas memórias de muitos ex-combatentes, de uma verdadeira “batalha pela memória” entre o que alguns chamaram de “Exército da FEB” *versus* o “Exército de Caxias”, entre a memória dos ex-combatentes e a memória construída pelo Exército, que seria uma “memória oficial”, consubstanciada principalmente no livro de memórias do comandante da FEB, o marechal Mascarenhas de Moraes (1947). Como contrapartida, teríamos o livro *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB* (Arruda et al., 1949), com críticas à organização da Força Expedicionária Brasileira.

É importante, no entanto, lembrar que entre os ex-combatentes havia os que já pertenciam antes da guerra ao Exército, e que nele continuaram. Isso nos obriga a nuançar a imagem simplificadora de uma disputa entre civis que se tornaram sol-

dados para ir à guerra (e que depois, em sua maioria, retornaram à condição de civis) e militares que aqui ficaram, sem ir à guerra. Isso é importante porque o Exército aparece recorrentemente no discurso dos veteranos como responsável por atos contrários à FEB: pela desmobilização rápida, ainda antes de voltar ao Brasil;⁷⁶ pela proibição de usar o uniforme da FEB e pelo desamparo a que depois ficaram submetidos.

Não só o Exército, mas também os sucessivos governos aparecem como algozes dos veteranos. Apesar de uma quantidade relativamente grande de leis e medidas destinadas a apoiar a reintegração e dar assistência aos veteranos, poucas funcionaram bem (embora algumas tenham funcionado razoavelmente). Talvez seja um exagero dizer que os veteranos foram abandonados à própria sorte, mas é verdade que esse processo foi mal planejado e mal executado. Isso, certamente, não foi algo simplesmente “orquestrado” pelos sucessivos governos ou pelo “Exército de Caxias” contra a FEB: é mais o resultado de um Estado que funcionava mal em muitas outras esferas.

Em outro plano, mais simbólico, a assim chamada “memória oficial” talvez seja melhor compreendida não como oposta à memória “não oficial” dos veteranos — marcada pelas experiências cotidianas do campo de batalha — e sim como parte de um mesmo “feixe de memórias” entrelaçadas. Essa “memória oficial”, é importante perceber, também precisa ser acionada pelos veteranos em seu favor, por ser necessária para justificar

⁷⁶ Quanto à rápida desmobilização, Francisco Ferraz (2003) tem toda a razão em afirmar que ela teve um forte componente político. Queria apenas lembrar que desmobilizar um exército expedicionário é sempre problemático, em qualquer contexto, e que envolve questões não só políticas, mas também organizacionais. Um exército, por exemplo, não pode conviver por muito tempo com dois uniformes e dois comandantes.

para a sociedade a entrada do Brasil na guerra e sua ida para os campos de batalha da Itália. A opção seria restringir-se a um discurso de pura vitimização: “Fomos para lá obrigados, lutávamos apenas para sobreviver, matamos pessoas que não tinham culpa de nada etc.”. Ou seja, o discurso “oficial” de que a nação estava indignada com as agressões alemãs, de que se lutava pelo mundo livre contra o fascismo e de que, portanto, o envio da FEB e sua atuação foram justificáveis precisa ser, em algum nível e em algumas situações, afirmado pelos veteranos, mesmo os mais críticos.

Há, por outro lado, nos trabalhos que examinei, vários indícios, a meu ver ainda insuficientemente explorados, de que a construção da memória dos ex-combatentes não se deu sem problemas entre eles próprios. Não estou dizendo de forma alguma que os veteranos não sejam pessoas veneráveis e que não possamos sentir por eles a mais profunda simpatia, mas esse sentimento não deve impedir o pesquisador de revelar outras dimensões, mais conflituosas, de suas memórias. Cito dois exemplos.

A Associação de Ex-Combatentes do Brasil, fundada em 1945, três meses após o retorno da FEB, teve disputas internas e dividiu-se em 1963. Surgiu o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália, que depois viraria a Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB), que só aceitava entre seus sócios os que estiveram na Itália. Ora, a própria identidade da nova associação implicava uma separação entre os “verdadeiros” veteranos (aqueles que foram para a Itália) e os chamados pejorativamente de “praieiros”, que não eram aceitos na associação, mas que, por sua vez, nunca aceitaram essa visão depreciativa. Ambas as associações continuaram em existência desde então, dividindo e disputando a memória “oficial” dos veteranos.

O efeito de antigas disputas políticas entre os veteranos também aparece na percepção, verbalizada por alguns, de que a memória da FEB foi marcada negativamente pela atuação de comunistas. Isso não é lenda, pois havia de fato veteranos comunistas atuantes na associação, como Jacob Gorender, Henrique Oest e Salomão Malina (que foi vice-presidente da associação no Rio de Janeiro). Algumas décadas mais tarde, a memória social sobre a FEB sofreria o impacto tanto da extensão de privilégios a grupos não combatentes quanto, acima de tudo, de sua contaminação por causa da imagem negativa sobre o longo regime militar instaurado em 1964.

Finalmente, o quadro fica mais dramático quando percebermos que estamos falando de uma memória relacionada a eventos que ocorreram há quase sete décadas e que em pouco tempo deixará de ser viva, o que atribui mais dramaticidade ao seu estudo. A morte dos últimos “pracinhas” está próxima e, o que é mais trágico, eles têm plena consciência do que isso pode representar. Quem irá cuidar da memória da FEB depois que seus veteranos, guardiões de sua memória, não estiverem mais vivos? Quem irá preservar, organizar e dar acesso público a seus arquivos, os documentos que registram a atuação dos ex-combatentes e que objetificam sua memória? Quem irá *come-morar* os feitos da FEB e seus combatentes?

Hoje, talvez o Exército seja a única esperança real e efetiva de que a memória dos veteranos da FEB continue sendo preservada, valorizada e celebrada. Apesar de muitas vezes criticado pelos veteranos, foi o “Exército de Caxias” que manteve as cerimônias no monumento do aterro do Flamengo, que levou a cabo um grande projeto de entrevistas com veteranos e que, finalmente, demonstrou interesse em acolher o acervo que a

Associação Nacional dos Veteranos da FEB não tem mais condições de manter.

Voltando a Schutz, insisto na necessidade de se perceber a natureza sociológica da situação do veterano de guerra que retorna. O drama maior dos veteranos da campanha da Itália, para além do discurso do abandono e do viés anti-“Exército de Caxias” presente em suas memórias, parece-me decorrer da percepção de que a sociedade em geral também os ignorava — e em grande medida ainda os ignora. Na volta ao lar, os veteranos podiam, recorrendo à tipificação de novos “inimigos”, enfrentar o fato de se verem desassistidos pelo governo e menosprezados ou perseguidos pelo “Exército de Caxias”. No entanto, o que mais doía e era mais difícil de compreender era o distanciamento e a frieza dos civis comuns, que muitas vezes não reconheciam aquilo que os veteranos consideravam seu “devido valor”. Perceber, por exemplo, que, após a euforia do momento de retorno, a guerra logo se tornava assunto aborrecido e entediante, ou mesmo motivo de brincadeira por parte daqueles em cujo nome os veteranos lutaram. Como entender e como lidar com a percepção do descaso ou da indiferença, por parte da sociedade, a respeito do acontecimento mais dramático de suas vidas? Para os veteranos, para o bem ou para o mal, a guerra tem a mesma duração de suas memórias.

7 COMEMORANDO A “REVOLUÇÃO” DE 1964: A MEMÓRIA HISTÓRICA DOS MILITARES BRASILEIROS*

**SALÃO NOBRE DO CLUBE MILITAR, CINELÂNDIA, CENTRO
DO RIO DE JANEIRO, NOITE DE 31 DE MARÇO DE 2004**

Na comemoração dos 40 anos da “Revolução Democrática”, como o Clube Militar apresentou o evento, não mais que 200 pessoas assistiram a um ato que reuniu basicamente militares da reserva e familiares, a grande maioria com mais de 60 anos. Uma rara exceção eram duas jovens assistentes de pesquisa que “infiltrei” — para usar uma expressão cara à doutrina da “luta antissubversiva” — na comemoração e que me fizeram depois um relato do que aconteceu.⁷⁷ Eu mesmo não pude estar lá porque, naquele exato momento, participava, no Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo, de um seminário sobre o “golpe de 1964” — observe-se a mudança de terminologia —, para uma plateia predominantemente jovem.

A alta média de idade do Clube Militar tem sido, nas últimas décadas, motivo de grande preocupação para seus dirigentes. A participação de jovens oficiais no clube é mínima. Já em janeiro

* Uma versão anterior foi publicada em Fico et al. (2008:119-142).

⁷⁷ Agradeço a colaboração de Marisa Schincariol de Mello, assistente de pesquisa, e de Laura Koiller Schnoor, bolsista de iniciação científica do CNPq.

de 2001, num encarte da *Revista do Clube Militar* (n. 379, p. 3), o então presidente do clube, general Ibiapina, reconhecia que:

até 1956, o nível de adesão [ao clube] era excelente e que, a partir de 1957 passou a descer de tal forma que vamos encontrar o absurdo de nas sete turmas [formadas na Aman] de 1994-2000 só há 82 sócios, menos que nas sete turmas mais antigas de 1927-1934 (apesar do estrago feito pela idade), das quais ainda temos 105 sócios!

“A continuar assim”, concluía, “o Clube Militar será uma instituição em extinção” (*Revista do Clube Militar*, n. 379, p. 13, jan. 2001). Diante disso, torna-se evidente desde logo que devemos ter o cuidado de não tomar as manifestações do Clube Militar como representativas daquilo que atualmente pensam genericamente “os militares”.

Voltemos ao evento comemorativo dos 40 anos da “Revolução Democrática”. Em sua fala, o presidente do Clube Militar, general Lessa, já na reserva, disse que a finalidade do painel era “recolocar a verdade dos fatos”. Segundo ele, não os movia nenhum sentimento revanchista, porque a paz devia reinar e não o ódio, mesmo que a “esquerda radical” não percebesse isso.

Essa fala foi uma das menos exaltadas no evento. Seu antecessor na presidência do clube, o general Ibiapina, veterano de 1964, encerrou seu discurso defendendo a atuação do “sistema de informações” na repressão aos “baderneiros” que “teimavam em levar a nação aos braços do marxismo-leninismo, liquidando com a liberdade e entregando-a, traiçoeiramente, às potências socialistas”. Fez ainda um alerta contra “um grupo tenaz e irresponsável” que, na atualidade, “sem aceitar a derrota

e/ou a anistia, insiste em fustigar as Forças Armadas, destruir as forças vivas da nação, desconhecer que o muro de Berlim ruiu e que a URSS já não existe”.

A celebração do Clube Militar foi a única digna de nota ocorrida entre militares. Chamo a atenção, no entanto, para o fato de que o Clube Militar é uma associação de natureza jurídica civil, sem vínculo institucional ou legal com as Forças Armadas. Nestas, a passagem dos 40 anos de 1964 deu-se quase em branco.

Um artigo do então ministro da Defesa, José Viegas Filho, diplomata de carreira, publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 31, não mencionava diretamente, uma vez sequer, 1964 ou o regime militar. O ministro destacava, por outro lado, a inserção das Forças Armadas “na plenitude democrática que felizmente vivemos e que é axioma definitivo para a sociedade brasileira”. Dizia também que elas “são leais à institucionalidade democrática e ao poder eleito pelo povo”, estando “decisivamente comprometidas com o Estado de Direito, no estrito cumprimento de sua missão constitucional”. Suas palavras finais eram algo mais explícitas em relação à memória histórica sobre o regime militar, embora ainda indiretas:

Em um plano amplo, entendo ser preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre, de um lado, a conveniência para o país de não fazer sangrar feridas do passado e, de outro, a necessidade de manter viva a memória de fatos que nenhum de nós — e aqui falo também pelas Forças Armadas — deseja que se repitam. Por essa razão, é necessário que deixemos de lado ressentimentos e nos unamos, todos, na construção de um país mais justo, no qual o papel das Forças Armadas é, certamente, dos mais relevantes [*Folha de S. Paulo*, 31 mar. 2004].

Já o comandante do Exército, general Albuquerque, através do *Noticiário do Exército* do dia 31, dirigia-se acima de tudo aos “jovens soldados”. O evento de 1964 — que não é nomeado no texto, nem como “revolução”, nem por outro nome — é tratado como fato histórico:

A História é escrita, em cada tempo, pelas gerações que se sucedem. Nossos antepassados viveram, reagiram e enfrentaram, com coragem, otimismo e dignidade, as peculiaridades e os desafios próprios de suas épocas. [...] Veja o 31 de março de 64 como uma página de nossa História, com o coração livre de ressentimentos. Homenageie esse fantástico povo brasileiro, exemplo da gente pacificadora, que conquistou a convivência harmônica e busca, otimista, o bem comum. Gente que também anseia por mudanças obtidas com segurança e apoiadas no respeito ao próximo. [...] Reverencie, nesta data, a disciplina e a ordem.

É grande o contraste entre a solitária, modesta e quase reservada comemoração no Clube Militar e as dezenas de seminários, eventos e cadernos especiais nos jornais que se sucederam pelo Brasil em 2004, todos basicamente críticos do “golpe de 64”, da “ditadura” ou do “regime militar”. Junte-se a isso o impacto editorial que teve a série de livros do jornalista Elio Gaspari sobre a ditadura militar, grande best-seller do ano.

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
(AMAN), RESENDE (RJ), 7 DE JULHO DE 1987**

Então com 23 anos, eu ia à Aman pela primeira vez. Era um jovem mestrando em Antropologia Social no Museu Nacional

que iniciava minha pesquisa sobre a socialização profissional do oficial do Exército brasileiro. Nos 10 meses seguintes, voltei à Aman diversas vezes para realizar pesquisa de campo. Tive a oportunidade de acompanhar e participar de atividades do cotidiano da academia, como aulas e manobras, e de entrevistar 43 alunos, além de alguns ex-alunos de outras épocas.

Durante essa pesquisa, evitei fazer perguntas explícitas sobre personagens, conjunturas ou acontecimentos políticos. Meus interesses de pesquisa estavam em outros temas. Além disso, tinha receio de que o tema da política prejudicasse ou mesmo inviabilizasse a pesquisa. Já na carta em que pedia autorização para permanecer na Aman dizia que a pesquisa não tinha “vínculos políticos ou ideológicos”, e que meu interesse era estudar “a formação do futuro oficial do Exército na Aman”. A carta fora dirigida ao general de exército que então chefiava o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, ao qual estava subordinada a Aman. Não o conhecia e nunca tive qualquer contato com ele. Para minha surpresa, no entanto, a autorização, então inédita para um pesquisador brasileiro,⁷⁸ foi concedida.

No primeiro dia em que fui à Aman, o contato com os oficiais responsáveis pela área de ensino e principalmente com o comandante confirmou que o tema da política era, de fato, delicado. O comandante, nesse primeiro contato, disse-me explicitamente que a pesquisa era um “acontecimento inusitado”, mas que, como eu havia recebido autorização de uma instância superior, ele não colocaria obstáculos. Poucos momentos antes dessa conversa, eu havia sido “preparado” por alguns oficiais da

⁷⁸ Alfred Stepan havia visitado a Aman em 1968, para obter dados sobre currículo e origem social dos cadetes, usados em seu *The military in politics: changing patterns in Brazil* (1971).

Divisão de Ensino, favoráveis à pesquisa, que comentaram ser natural uma prevenção do comandante contra a pesquisa porque “todo mundo fala mal do Exército”.⁷⁹

Mas o que se “falava mal” do Exército? O peso do passado recente do regime militar — estávamos em 1987, apenas dois anos após a transição — ficou evidente em diversos momentos das conversas que tive com os cadetes. Um cadete do primeiro ano contou-me: “Conheci uma moça passeando na rua e, conversando comigo, ela disse: — Vocês militares se acham donos de tudo, mas o que importa é o povo. Aí eu disse: — Mas eu sou do povo...”. Um cadete do terceiro ano narrou a seguinte experiência:

Não te conto o que uma garota falou pra mim uma vez! Disse brincando, mas... Eu conheci uma garota, falei com ela que era da Academia Militar, aí depois eu contei como é que era mais ou menos o esquema, assim. Aí ela falou pra mim assim: — Mas você não vai ser carrasco, vai? Acho que ela falou brincando, ela falou isso pelo telefone, não tive oportunidade de falar pessoalmente com ela.

Uma experiência mais trágica foi vivida por esse cadete do terceiro ano:

A minha namorada realmente não gostava de militar, porque ela pertence a um grupo jovem, e esses grupos jovens de igreja sem-

⁷⁹ Este episódio é narrado no capítulo 5, “Um antropólogo na caserna”, de meu livro *O espírito militar* (Castro, 2004). Sobre minha experiência de pesquisa de campo entre os militares, ver também o capítulo “Em campo com os militares”, em *Antropologia dos militares* (Castro e Leirner, 2009).

pre [...] contestam militar e tal. Eu namorava a menina, então de vez em quando eu ficava só ouvindo. [...] Na hora de uma missa, a oradora chegava lá em cima, ia falar alguma coisa, atingia os militares e tudo. Então era como se fosse uma reação antimilitarista, né? Falava sobre greve — “tem que fazer greve!” — e tudo. Então a minha garota era muito assim, era completamente antimilitar, embora o pai dela fosse sargento reformado... Mas era completamente contrária. Então, quando eu comecei a namorar com ela, *ela não sabia que eu era militar*, porque eu estava nas férias, estava de cabelo grande. Eu não falei que era militar, não, só de brincadeira, deixei rolar o negócio. Senti que ela estava gostando de mim e tal. Aí quando eu cheguei e apareci no dia seguinte de cabelo cortado, porque eu ia voltar para as aulas, ela teve um choque, perguntou: — O que você é? Tá estudando o quê? Aí eu disse que era daqui. Aí ela teve um choque e tudo, aí passou duas semanas sem me ver. Aí depois eu fui vendo ela aos pouquinhos e fui tirando aquela imagem errada que ela tinha de militar na cabeça [...] E hoje tá tudo bem, tem um ano que estamos noivos. Então essas ideias que as pessoas aprendem lá fora são muito fortes. Eu citei o exemplo do caso da minha namorada, mas eu consegui tirar isso da cabeça dela, a falsa imagem. Porque é muito mais difícil você tirar do que colocar, isso é que é a realidade. E tanto que até o grupo dela da igreja não aceitou ela. Aí ela saiu do grupo.

Um último depoimento, de um cadete do terceiro ano:

O pessoal [civil] às vezes fala: — Ah, você tá perdendo a sua juventude... [...] A gente sabe que muita gente não gosta, menina às vezes fala... já aconteceu, na turminha do colégio da minha namorada. Fui a uma festinha... e ela é filha de militar, e tinha

outras filhas de militar ali no meio. Aí a menina, brincando, falou: — Ah, eu detesto militar, não sei o quê. E ela não sabia que eu era cadete... [...] eu gostaria muito que não houvesse essa ideia por parte do civil, [...] essa ideia de rivalidade, de diferença. [...] Nessa festinha aí que a minha namorada foi, apesar de ter filho de militar eu fiquei meio ali [...] não peruava nada [não me expunha, não ficava em evidência, mantinha um *low profile*], ficava quieto. Cantava com o pessoal as músicas que eu sabia, mas sem me mostrar muito, né? Ficava no meu canto.

A oposição simbólica entre “lá fora” e “aqui dentro”, que aparece claramente nesses trechos de depoimentos, é constitutiva da identidade militar.⁸⁰ O curso da Aman pode ser visto como um ritual de passagem que tem por objetivo desarticular a identidade civil anterior e desenvolver nos indivíduos o “espírito militar”. O fato de o curso ser em tempo integral, em regime de internato e com poucos períodos em que o cadete pode sair da Aman contribui para que os objetivos da instituição sejam alcançados.

O componente fundamental da nova visão de mundo é uma clara distinção entre as características atribuídas ao mundo militar, o “aqui dentro”, e as atribuídas ao mundo civil, ou o “lá fora”. O termo pejorativo usado informalmente entre militares quando se referem aos civis — “paisanos”, que tem origem no francês *paysan* — já indica que as características negativas e positivas são atribuídas, respectivamente, aos civis e aos militares. Por exemplo, enquanto os militares seriam em geral ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a pátria,

⁸⁰ Esse argumento é desenvolvido em Castro (2004), de onde também foram retirados os trechos dos depoimentos citados.

os “paisanos” seriam em geral preguiçosos, indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses.

Ou seja, a mensagem que se transmite é a de que, em geral, os militares não são apenas diferentes dos civis, mas também melhores: uma *elite*, fundada em princípios éticos e morais corretos e sãos. Nessa visão, o modo de vida militar seria superior ao civil porque fundado na experiência da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. A carreira militar é representada como uma “carreira total”, um mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si. Essa experiência totalizante é o núcleo da nova identidade militar, reafirmada cotidianamente através do companheirismo que se desenvolve entre os cadetes nas atividades físicas, nos alojamentos, nos exercícios militares e em outros momentos do dia a dia na Aman.⁸¹

Todavia, um elemento que ameaçava desestruturar ou ao menos relativizar a visão ideal da carreira militar assumida pela instituição era a interação social no “mundo de fora”, o mundo dos paisanos. Durante os poucos períodos de férias e licenciamentos em que os cadetes deixavam a Aman, eles frequentemente eram expostos à desconfiança, à animosidade ou ao desprezo por parte de amplos setores da população civil. A maioria dos cadetes que entrevistei exprime com bastante clareza e desconforto a sensação de descompasso entre eles e os jovens civis. Os casos mencionados servem como ilustração.

A forma básica do padrão de socialização profissional na Aman permanecia praticamente inalterada desde o início da década de 1930. Um fenômeno de tão longa duração é sem dúvida

⁸¹ Sobre a ideia de “instituição totalizante”, ver Castro (2007).

único entre as instituições profissionais brasileiras. Isso pôde ser percebido através da consulta de arquivos (tanto privados quanto os da instituição), da leitura de livros de memórias de antigos alunos e, principalmente, de entrevistas com militares que foram cadetes entre as décadas de 1930 e 1950, coronéis e generais já na reserva quando os entrevistei. Durante a pesquisa, procurei fazer a esses antigos cadetes as mesmas perguntas que fiz aos cadetes que entrevistei na Aman, versando sobre assuntos cotidianos como estudo, trotes, punições, competição e companheirismo entre os alunos. Como resultado, pude perceber que experiências tão afastadas no tempo são quase imediatamente acessíveis umas às outras; a continuidade entre elas é um fato que, creio, chamaria a atenção de qualquer investigador.

No entanto, há uma diferença significativa: a experiência dessas diferentes gerações de cadetes *fora* da Aman. O mesmo “texto” estruturante da experiência de socialização profissional assumia outros sentidos em contextos históricos diferentes. Sem exceção, as entrevistas de todos os antigos cadetes apontaram para uma forte perda de *status* e prestígio social no mundo civil contemporâneo, ao contrário do que ocorria em sua época. Histórias de como os cadetes faziam sucesso entre as garotas, de como gostavam de passear de uniforme pelas ruas e ir fardados a bailes podem conter uma distorção nostálgica, mas fazem um claro contraste com as experiências muitas vezes desagradáveis que os cadetes encontram no mundo civil presente. Essa diferença é importante. Se na época da investigação havia uma camada de generais e coronéis — chefes e comandantes militares de altos escalões — que ingressaram na Academia Militar e formaram seu “espírito militar” ainda sob a égide do prestígio da farda, existia outra camada de jovens oficiais que

se iniciaram na profissão convivendo com situações de baixo prestígio da farda entre os civis.

Para explicar isso, os antigos cadetes das décadas de 1930 a 1950 apontavam às vezes para mudanças mais gerais nos valores sociais, outras vezes para um suposto declínio do nível socioeconômico dos candidatos ao oficialato do Exército. A esse respeito, é importante chamar a atenção para uma tendência histórica marcante da composição do quadro de oficiais do Exército: o crescente recrutamento entre filhos de militares. Em 1941-1943, 21,2% dos novos alunos eram filhos de militares; em 1962-1966, o número subiu para 34,9%, em 1984/1985, atingiu 51,9%; e em 2000-2002, manteve-se em 45,4%. Examinados mais de perto, podemos ver que, pelo menos da década de 1970 em diante, entre 60% e 70% desses cadetes são filhos de sargentos. A questão, portanto, deixa de ser qual é o nível socioeconômico dos cadetes, e passa a ser o porquê de tamanho aumento do recrutamento endógeno.

Esses dados caracterizam um progressivo fechamento e isolamento da instituição militar em relação à sociedade civil, pelo menos até o início dos anos 1990. Some-se a isso o fato de que, como acredito, a atuação dos militares no exercício do poder entre 1964-1985 também contribuiu fortemente para essa perda de *status* e prestígio social entre os civis. Tomados em conjunto, esses dois fatores formam a base sociológica da crise de identidade institucional que se seguiu à experiência do regime militar.

PRAIA VERMELHA, RIO DE JANEIRO, 27 DE NOVEMBRO DE 1964

O presidente da República e os principais chefes militares, além de líderes políticos e religiosos civis, reúnem-se na já tra-

dicional comemoração dos 29 anos da vitória das forças governistas contra a revolta comunista de 1935.⁸² Em 1964, como de hábito, a principal parte da celebração fora realizada no Cemitério São João Batista, onde, em 1940, havia sido erguido um mausoléu com os restos mortais das vítimas militares legalistas. A ida à Praia Vermelha, local onde ocorreram os principais combates no Rio, resultou na inauguração de uma placa com os seguintes dizeres: “Neste local e em outros pontos do país, militares brasileiros fiéis às instituições democráticas resistiram à insurreição comunista de novembro de 1935. Em lembrança do seu sacrifício, as Forças Armadas fizeram plantar este marco, em novembro de 1964”.

Desde 1936 vinha sendo repetido, todo dia 27 de novembro, o ritual comemorativo da vitória sobre a “Intentona Comunista” — nome geralmente atribuído ao evento e que significa intento louco, plano insensato, desvario, já incluindo, portanto, um julgamento do episódio. A importância do ritual é atestada pela presença de todos os presidentes da República, desde 1936.

O regime militar reforçou a comemoração. O principal elemento utilizado nos discursos passou a ser a ideia de que, em 1964, os comunistas haviam tentado uma nova investida e que esta, à semelhança de 1935, também fora impedida pela atuação vigilante das Forças Armadas. Ou seja, o mesmo inimigo de três décadas antes ainda precisava ser combatido. A associação

⁸² Esta seção reproduz partes de meu livro *A invenção do Exército brasileiro* (Castro, 2002), de onde foram retiradas todas as citações referentes à comemoração da vitória sobre a Intentona Comunista. Ver também o documentário *Intentona* (2009, 18min51s), que fiz juntamente com Arbel Griner, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/nucleoAD/producoes>>.

entre 1935 e 1964 passou a ser obrigatória, fortalecendo o espírito anticomunista nas Forças Armadas.

Na comemoração da Intentona em 1964, a ordem do dia conjunta dos ministros das Forças Armadas enfatizava a continuidade da “Guerra Revolucionária Comunista” entre 1935 e 1964. No entanto, diferentemente da ação violenta de 1935, os comunistas teriam agora utilizado uma tática de “infiltração progressiva em postos-chaves, através de uma paciente doutrinação e da corrupção”. Mesmo tendo sido novamente derrotado em 1964, o comunismo ainda lutaria através de uma “guerra psicológica”, que visava desmoralizar o novo regime e comprometer o governo. Em vão, pois:

O comunismo, seja qual for a forma por que se apresenta, é contrário aos legítimos interesses nacionais. Eis por que, nas situações de crise, como as de novembro de 1935 e março de 1964, ou [em face da] situação nefasta de seus adeptos, o povo brasileiro encontrará sempre suas Forças Armadas unidas e vigilantes.

Em 1968, o mausoléu foi transferido do cemitério para a Praia Vermelha, onde está até hoje, aos pés da estação do bonzinho do Pão de Açúcar. O objetivo da transferência, segundo a ordem do dia do ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, era “permitir uma participação mais efetiva da população, em geral, nas solenidades”. Poucos dias depois dessa comemoração, em 13 de dezembro, veio o Ato Institucional nº 5, que inaugurou o período de maior repressão do regime militar e levou diversas organizações de esquerda a se engajarem definitivamente na luta armada. Nos anos seguintes, os chefes militares seguidamente traçaram paralelos entre os militares que

combateram a Intentona em 1935 e aqueles que estavam morrendo no combate à “subversão”.

Na década de 1980, com o país respirando novamente ares de abertura política, começou o declínio da comemoração da Intentona. Em 1981, a ordem do dia pregava ideais de democracia, liberdade e justiça social. Na saída, a comitiva presidencial encontrou um grupo de estudantes universitários protestando contra o “pacote” eleitoral. Em 1983, a surpresa e sensação da cerimônia foi a presença do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, junto ao presidente, general Figueiredo, e aos ministros militares. Entrevistado, Figueiredo declarou ser favorável à legalização do Partido Comunista. A “ameaça comunista” transformava-se aos poucos em fato histórico, não sendo mais visto como algo ainda presente.

A partir de 1985, com o restabelecimento da democracia política, as comemorações da Intentona entraram em declínio, perdendo cada vez mais força a veemente simbologia anticomunista. Em 1990, um fato marcante: pela primeira vez um presidente da República não compareceu à comemoração da Intentona. Segundo depoimento do então ministro do Exército, general Carlos Tinoco, Fernando Collor simplesmente informou aos ministros militares que não compareceria, sem pedir suas opiniões.⁸³ Collor não impediu que a comemoração ocorresse, mas, sem dúvida, sua postura contribuiu para esvaziar a comemoração. A partir de então, a cerimônia nunca mais contou com a presença do presidente da República, tornando-se exclusivamente militar. Deixaram também de estar presen-

⁸³ O depoimento do general Tinoco foi concedido a Maria Celina D'Araujo e a mim em julho e agosto de 1998, no Cpdoc.

tes políticos ou líderes religiosos importantes, bem como populares.

Em 1995, no 60º aniversário da Intentona e primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, um sinal dos novos tempos: a Fundação Roberto Marinho financiava o Programa de Preservação da Memória do Partido Comunista Brasileiro. Em 1996, a ordem do dia afirmava haver o comunismo chegado ao fim. Os heróis, que serviram de exemplo e incentivo à perpetuação do sentimento anticomunista por 60 anos, também teriam, assim, concluído sua luta. Ao final, avisava-se que, caso os chefes militares não comparecessem nos anos seguintes para render novamente homenagem aos heróis, o regime de liberdade e democracia vigentes já seria a melhor das homenagens, uma prova de que a morte em defesa das instituições democráticas não havia sido em vão. A luta fora vencida, o inimigo finalmente derrotado. Fechava-se um capítulo da história e, com isso, a renovação da cerimônia deixava de fazer sentido.

A morte anunciada da comemoração anticomunista incomodou profundamente os militares da reserva reunidos na diretoria do Clube Militar, que haviam publicado, no dia anterior, anúncio nos principais jornais cariocas convidando para a missa em memória dos mortos da Intentona na Igreja da Santa Cruz dos Militares, no centro do Rio. O anúncio trazia ainda, em letras grandes: "Terrorismo nunca mais", numa alusão à Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos, que havia, em setembro, decidido indenizar, entre outras, as famílias de Carlos Marighella e do "traidor" Carlos Lamarca.

Abandonada pelos chefes militares, que deixaram de comparecer, a comemoração passou a ser promovida pelo Clube Militar. Em 1998, além de membros da diretoria do clube,

compareceram à cerimônia não mais que meia dúzia de oficiais da ativa e um deputado estadual. Ao final, um dos diretores confidenciou a meus assistentes de pesquisa, “infiltrados” na comemoração, que o Exército havia “esvaziado” o evento desde o governo Collor. A situação teria se agravado quando “os comunistas chegaram ao poder”, disse, referindo-se ao governo FHC. Ainda segundo esse diretor, o desinteresse pela solenidade, refletido no reduzido número de presentes, devia-se a uma suposta campanha movida contra as Forças Armadas pelos meios de comunicação.

Em 1999, talvez preocupado com a politização radical da memória do evento pelo Clube Militar, pródigo em críticas a atos do governo (inclusive entrando com ações judiciais contra ministros militares), o Exército retomou a organização da cerimônia, através do Comando Militar do Leste. Além dos militares que compareceram compulsoriamente, havia apenas meia dúzia de curiosos, alguns turistas e banhistas — e, como de hábito, meus assistentes e eu. O general Gleuber Vieira, comandante do Exército (já sem o *status* de ministro, pois o Ministério da Defesa havia sido criado), não compareceu. Sua ordem do dia, lida na ocasião, trazia um tom conciliador e utilizava uma imagem do fluxo incessante das coisas que lembra uma das imagens mais conhecidas do filósofo grego Heráclito:

Tempo e história são essenciais para a humanidade construir a civilização. Ninguém pode prescindir do passado. Mas olhar para trás exige entender os fatos pretéritos como oportunidade de preservar a memória e evoluir as ideias — forma eficaz de se enfrentar as imprecisas, difíceis e novas conjunturas. É fundamental, pois, compreender que tudo flui, nada persiste, nem permanece o

mesmo. É com essa predisposição que o Exército recorda a Intentona Comunista de 1935. [...] Não nos prendemos ao passado, voltamo-nos para o futuro — afinal, cada vez que entramos no rio histórico do tempo, outras são as águas que tocamos. E, assim, em que pese o fato de sermos os vencedores, não desmerecemos os vencidos. [...] Quando erguemos monumentos, só o fazemos para pensar profundamente a História, nunca para menosprezar oponentes ou para atizar discórdia. Sabemos que edificar o amanhã significa semear terras férteis, jamais despertar fantasmas. É isso que nos mantém acima das ideologias, das desavenças e dos ressentimentos.

A rotina da comemoração na Praia Vermelha foi a mesma dos anos anteriores: a cerimônia foi realizada de manhã cedo, junto ao monumento em homenagem aos mortos; chegaram as autoridades militares, que receberam honras militares; o Hino Nacional foi executado; pétalas de flores foram jogadas do bondinho do Pão de Açúcar, parado sobre o monumento; alguns poucos familiares dos militares mortos em 1935 foram cumprimentados; um locutor leu a ordem do dia do comandante do Exército; em seguida foram lidos, em ordem hierárquica, os nomes de 31 militares legalistas mortos na Intentona, intercalados por tiros de canhão; as autoridades se retiraram e a cerimônia encerrou-se. Se a forma do ritual permaneceu a mesma, o “clima” foi ficando, ano após ano, cada vez mais formal e desprovido de emoção.

Em 2001 não houve chuva de pétalas porque o bondinho estava quebrado. Toda a cerimônia não durou mais que 20 minutos, incluindo a execução do Hino Nacional e a salva de 31 tiros de canhão. O calor escaldante tornou-se o principal as-

sunto entre os participantes, todos militares (claro, à exceção de mim).

A ascensão e a queda do ritual da Intentona ocorreram em paralelo às comemorações militares da “revolução” de 1964.⁸⁴ Em 31 de março de 1965,⁸⁵ primeiro aniversário da “revolução”, a data foi comemorada com missas em ação de graças, grandes desfiles militares, bandas de música e concentrações populares nas principais cidades do país e leitura da ordem do dia dos ministros militares. Já no ano seguinte, no entanto, dissensões políticas entre os vitoriosos de 1964 começaram a modificar esse quadro. De Paris, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, disse que não havia “aniversário daquilo que não existe, aborto não aniversaria”. Começaram também protestos de opositores do regime, como os que aconteceram em Belo Horizonte, com manifestos sendo jogados de edifícios e o soltamento de balões pretos. No Recife, duas bombas explodiram, uma na sede regional do SNI, outra na residência do comandante do IV Exército.

Em 1967, a Comissão de Relações Públicas do Exército baixou um aviso, estabelecendo as diretrizes básicas para os festejos em todo o país, “visando a sua maior repercussão, principalmente no meio civil”. Em 1974, décimo aniversário da “re-

⁸⁴ Devo as informações sobre as comemorações militares de 1964 a um levantamento feito por Laura Koiller Schnoor, que consultou o *Jornal do Brasil* de todo o período e reuniu as ordens do dia dos ministros militares. Sobre esse tema, ver também Carvalho e Catela (2002). Agradeço a Victória Langland pela indicação deste texto.

⁸⁵ É interessante observar a preferência dos golpistas pela comemoração de 1964 em 31 de março, e não em 1º de abril, o “dia da mentira”, e a escolha do termo “revolução” para distinguir o movimento de uma quartelada ou de um golpe de Estado.

volução”, o governo organizou uma semana de comemorações cívicas, com desfiles e concursos escolares, missas, palestras, concertos públicos e pronunciamentos dos ministros e do presidente Ernesto Geisel em cadeia nacional de rádio e televisão, realçando os feitos e projetos do regime.

O que se viu nos anos seguintes, no entanto, foi que a comemoração de 1964 progressivamente deixou as ruas, restringindo-se cada vez mais à área militar. Em 1983, no Rio, por ordem do comandante do I Exército, foram convidadas apenas autoridades militares para a missa em ação de graças. Em 1984, 20º aniversário da “revolução” e último ano de um presidente militar, o general João Figueiredo, em discurso transmitido por rádio e televisão, pela primeira vez não usou a expressão “revolução” — falou em “Movimento de Março de 1964”, afirmando que ele ocorreu como expressão da vontade da nação. Lembrou a anistia de 1979, citou o clima de “grande liberdade” existente no país como resultado do regime e anunciou uma emenda que previa a realização de eleições diretas para a presidência da República em 1989. A data coincidiu com uma crescente mobilização popular por eleições diretas para presidente já em 1984 — *Diretas Já* —, em meio a grave crise econômica. Assim, os festejos de 1964 refluíram para dentro dos muros militares, deixando as praças e ruas aos opositores do regime.

Já na Nova República, em 1986, uma portaria assinada pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, a respeito das 10 datas comemorativas anuais do Exército, reduzia o *status* das comemorações do 31 de Março. A partir de então, estas deveriam ser realizadas apenas dentro das unidades, com formatura de tropas, canto da canção do Exército e leitura da ordem do dia conjunta dos ministros militares.

Finalmente, em 1995, acabou a tradicional ordem do dia conjunta dos ministros militares. A iniciativa foi do ministro da Marinha, almirante Mauro César Rodrigues, que procurou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Mauro Gandra, e sugeriu que a ordem do dia não fosse feita. Em sua visão, deveriam ser comemoradas apenas as datas efetivamente nacionais, como as da Independência e da República, e não aquelas, como 1964, que geravam discórdia. A ideia, segundo depoimento de Gandra, era “apaziguar os ânimos, desarmar os espíritos”. Além disso, seria no mínimo constrangedor comemorar a data num governo cujo presidente, Fernando Henrique Cardoso, e três ministros haviam partido para o exílio por suas posições contrárias ao regime militar.

O brigadeiro Gandra concordou com a posição do almirante Mauro César e, juntos, conseguiram convencer os generais Zenildo e Leonel, respectivamente ministro do Exército e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que inicialmente teriam relutado: “Nós dissemos que tínhamos que esquecer, virar essa página. [...] O Zenildo e o Leonel ficaram um pouco reticentes. Mas [...] chegamos a um acordo”. Gandra afirma que não houve qualquer interferência do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que se tratou de uma iniciativa surgida entre os próprios militares.⁸⁶ É importante observar que essa decisão não implicou uma revisão pública da atuação das Forças Armadas durante o regime militar — o que até hoje ainda não aconteceu. Mas, de fato, com o fim da ordem do dia, encerrou-se a comemoração militar oficial do 31 de março de 1964.

⁸⁶ O depoimento do brigadeiro Gandra está reproduzido em Castro e D’Araújo (2001).

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, CPDOC,
RIO DE JANEIRO, 14 DE JANEIRO DE 1993**

Em sua primeira entrevista para a pesquisa que Maria Celina D'Araujo, Gláucio Soares e eu fizemos com oficiais que tiveram posições de destaque durante o regime militar, o general Leônidas Pires Gonçalves, ao falar sobre a atuação de militares na repressão durante o regime militar, disse:

Isso é coisa do passado. Dou essas declarações para os senhores porque se trata de um registro histórico. Não gosto de discutir o passado, acho que temos que olhar para o futuro desse país. E acho que o futuro do Brasil é problemático. Então, não posso perder tempo em ficar olhando para trás. Quando eu era ministro, dizia: "Olha a mulher do Lot. Virou estátua de sal" [Castro, D'Araujo e Soares, 1994b:255].

Vale lembrar que o último presidente do regime militar, João Figueiredo, saiu pelos fundos do Palácio do Planalto, sem passar a faixa presidencial a seu sucessor e pedindo para ser esquecido.

Uma característica marcante dos depoimentos dos oficiais entrevistados é o seu *ressentimento* em relação à memória desse período e à percepção de que, mesmo tendo sido vitoriosos em 1964 e, em particular, contra a luta armada, haviam sido derrotados em relação à sua memória histórica: os vencidos tornaram-se assim, de certa forma, os vitoriosos. Isso era especialmente traumático para os militares porque, como veremos adiante, eles sempre lembravam que não deram o golpe sozinho, e sim, a pedido e com o apoio da população.

As dezenas de militares que entrevistamos foram consensuais na defesa da necessidade de terem de agir em 1964 e na afirmação de que tinham apoio civil. Mas, a partir daí, as opiniões começaram a se dividir. Talvez isso explique por que nunca houve uma “versão oficial” das Forças Armadas que reproduzisse em relato claro e franco essa “guerra” feita e vencida, segundo afirma grande parte dos militares, em nome da pátria. Por que os chamados “excessos”, frequentemente admitidos pelos entrevistados — eufemismo para tortura, que foi uma prática rotineira e institucionalizada —, não foram exemplarmente punidos e divulgados para que todos vissem a disposição dos militares de atuar de maneira limpa, mantendo preservada a autoridade e a responsabilidade das cadeias de comando? Por que a atuação dos órgãos de segurança e informação no período da repressão permaneceu — e ainda permanece, em boa parte — como uma grande “caixa-preta” do regime militar?

Não acho que haja uma única resposta. Uma surpresa inicial por parte dos entrevistados e um profundo ressentimento com a perda de apoio social são evidentes. Mas creio também que, sem dúvida, um dos elementos importantes desse conjunto de explicações é a ocorrência de sérios problemas internos à instituição militar vivenciados durante o regime militar, tanto por conta do exercício do poder político quanto por causa da atuação direta das Forças Armadas na repressão política.⁸⁷

O maior temor dos militares brasileiros, ao saírem do poder, era o que chamavam de “revanchismo” contra as Forças Armadas. Nas entrevistas que fizemos com os ministros militares da

⁸⁷ Esse ponto ganha realce nos livros da trilogia que publicamos a respeito da memória militar sobre 1964 e o regime militar (Castro, D’Araujo e Soares, 1994a, 1994b, 1995). Ver também Castro e D’Araujo (1997).

Nova República,⁸⁸ essa expressão aparece de forma recorrente. Ao falar sobre a Assembleia Nacional Constituinte, por exemplo, o almirante Flores afirma: “Havia gente que desejava uma Constituição revanchista, o que não é construtivo”. Essa mesma expressão apareceu na entrevista com o general Zenildo, quando este atribuiu ao ministro Leônidas importante atuação para proteger os militares de ações revanchistas. O almirante Saboia diz que as conversas com os políticos transcorriam bem; no entanto: “Mais difícil era o pessoal de esquerda, com um revanchismo louco, sempre”. As dificuldades encontradas pelos militares na Constituinte são atribuídas ao revanchismo: “Quem viveu a época é que sentiu o revanchismo louco, a desconfiança que havia com referência aos militares”. Ainda segundo Saboia:

Era revanchismo, mesmo. Não havia dúvida. No governo Sarney, principalmente no começo, o revanchismo dos políticos contra os militares era um negócio inacreditável. Você não imagina a dificuldade que a gente tinha para qualquer coisa. É o que eu digo sempre: a anistia foi *one way*. Nós anistiamos, mas nós não fomos anistiados até hoje. Houve anistia, mas num só sentido. E a anistia é bilateral, é dos dois lados. [...] Nós, militares, concordamos com a anistia, mas não fomos anistiados. Até hoje, tudo é culpa da “ditadura”.

A ideia de que não houve anistia “moral” para os militares é um elemento-chave para a compreensão da noção de “revanchismo”. O almirante Serpa explica:

⁸⁸ Publicadas em Castro e D’Araujo (2001), de onde foram retiradas as citações desta seção.

O que aconteceu em 1979, quando foi dada a anistia? Ela era ampla, geral e irrestrita, não era? Mas aconteceu o seguinte. No momento em que os esquerdistas envolvidos e seus simpatizantes viram que seus correligionários estavam anistiados, começou a haver um processo de desforra. Ou seja, os anistiados do lado lá não anistiaram os anistiados do lado de cá. E as Forças Armadas estão sofrendo a consequência disso até hoje...

A noção de revanchismo foi onipresente em nossas entrevistas, e vista sempre como um *dado*, um fato de cuja existência não se duvidava. Os militares que entrevistamos acham que setores da sociedade têm uma postura revanchista em relação às Forças Armadas devido aos 21 anos de regime militar, e a maioria concorda que seria muito melhor para o país se as “contas” desse passado próximo fossem encerradas e esquecidas, em nome de um futuro comum, como afirmou o general Leônidas, lembrando a passagem bíblica sobre a mulher de Lot.

Conforme assinalado em *Os anos de chumbo*, é comum a avaliação, por parte de militares, de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha teria ocorrido o inverso: a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono” da história. Na Nova República, os militares estariam, no seu entender, enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a “anistia para os dois lados”.

Embora no momento da Constituinte políticos de esquerda apareçam identificados como “revanchistas”, nossa impressão a

partir das entrevistas é que, com o passar do tempo, os militares que sucederam, nos postos de chefia das Forças Armadas, à geração que atingiu seu apogeu durante o regime militar foram estabelecendo uma relação mais tranquila com políticos e partidos de esquerda. O jogo eleitoral e a rotina democrática foram diminuindo prevenções contra aqueles que, em anos passados, eram identificados como *inimigos*. Alguns parlamentares de esquerda eram frequentemente citados, em conversas com militares, como interlocutores interessados e importantes em questões que dizem respeito às Forças Armadas nos dias atuais. Finalmente, vale ressaltar que a eleição de Lula para presidente da República ocorreu sem turbulência na área militar.

No entanto, embora alguns políticos ainda possam ser qualificados como revanchistas, o papel de grande vilão do revanchismo antimilitar sempre esteve reservado, sem dúvida, para a mídia. É recorrente, nas entrevistas, a narração de problemas vivenciados pelos chefes militares da Nova República com a mídia. A imprensa escrita, em especial, seria a principal representante do espírito revanchista e da visão estigmatizante das Forças Armadas. Para os militares que entrevistamos, essa postura ainda estava longe de ser superada. O brigadeiro Sócrates disse que:

Sabíamos que [o revanchismo] devia existir. Não imaginávamos que fosse tão longe, nem tão escancarado, mas sabíamos que ia acontecer. [...] A revolução de 64 perdeu a batalha da mídia. Totalmente. Até hoje é execrada. Evidentemente, teve coisa negativa, mas teve muita coisa positiva. Nada do que é positivo é exaltado na nossa imprensa. A imprensa é absolutamente contrária. A nossa imprensa é radicalmente contra as Forças Armadas. Até hoje.

Outro elemento fundamental para a compreensão do que é revanchismo para os militares é que este funciona como um *estigma*, uma marca negativa. O almirante Mauro César define assim o termo:

Revanchismo não é botar todo mundo no paredão. É tratar anti-naturalmente tudo que é militar. Um estigma — uma “praga nas costas”. Achar que o militar, de saída, é sujo, pensa mal, tem má intenção, está querendo fazer alguma coisa que é contra os outros, querendo ter privilégios.

Os entrevistados eram também pessimistas a respeito de como e quando esse espírito revanchista iria arrefecer. O almirante Mauro César disse ser preciso aceitar a realidade do estigma, “que vai ter que viver com aquela praga nas costas durante o tempo que for necessário”, o que deve demorar ainda o espaço de outra geração, porque a reação à repressão durante o regime militar foi muito grande. Numa afirmação que se aproxima das experiências dos cadetes da Aman vistas anteriormente, ele declara: “Eu posso dizer: as minhas filhas nunca quiseram saber de namorar um cadete, um aspirante”. Ainda para o almirante Mauro César, na origem do revanchismo temos dois elementos: um positivo, que seria a inveja pelo fato de os militares serem mais organizados e “honestos em essência”; outro negativo, devido principalmente à influência da cultura política do Exército, de querer mandar em tudo, de ser o “pai da pátria”.

Esta última avaliação, sem dúvida, não seria aceita por todos os militares, principalmente os do Exército. Talvez elas sejam mais um reflexo das tensões entre as Forças Armadas, agravadas em decorrência do processo de criação do Ministério da Defe-

sa. O general Zenildo, por exemplo, acreditava que o número de indivíduos movidos pelo revanchismo estava diminuindo, e que ocorria uma progressiva melhoria de credibilidade das Forças Armadas entre a população. Zenildo gostava de citar pesquisas de opinião pública sobre a credibilidade das Forças Armadas como indicador desse prestígio. O almirante Mauro César, a esse respeito, comenta:

O general Zenildo preocupava-se demais com pesquisas de opinião. Eu dizia: "Não vou botar um centavo da Marinha nessas pesquisas". Toda hora ele vinha satisfeito: "Olha aqui, o Exército, as Forças Armadas, estão na frente de todo mundo". Eu dizia: "Zenildo, bobagem! Estão na frente, mas se acontecer qualquer fatinho, no dia seguinte está todo mundo contra".

O brigadeiro Gandra, em sua entrevista, afirma que já foi mais otimista. Chegou mesmo a escrever um artigo, "Síndrome de perseguição",⁸⁹ em que dizia que os militares deveriam demonstrar boa vontade e acabar com a síndrome de que havia um revanchismo, uma perseguição. Depois, segundo ele, arrependeu-se por constatar que, apesar das boas intenções, continuava havendo revanchismo. A principal fonte do espírito revanchista seria, para o brigadeiro Gandra, a repressão ocorrida durante o regime militar. É interessante observar que ele mesmo vivenciou um caso de repressão em sua própria família durante o governo Médici. O comportamento das forças de repressão em relação a seus familiares é descrito como uma perversão sem controle. Ele acha que o tratamento violento

⁸⁹ Publicado no jornal *O Globo* (15 jul. 1995).

dado a muitos jovens de classe média envolvidos no movimento estudantil funcionou como um processo irradiador. Hoje, muitos desses jovens estariam atuando na mídia, como formadores de opinião. Por outro lado, os atos da esquerda armada teriam desencadeado novas ações repressivas violentas. Se na prática é inviável dar um tratamento igual aos “dois lados”, para o brigadeiro Gandra o melhor também seria o país “virar essa página”.

O espírito revanchista também estaria presente, para os militares, na atuação de alguns políticos de esquerda, e não apenas na mídia. Segundo Mauro César, o mesmo acontece inclusive dentro do próprio governo e isso é exemplificado quando alguns examinam o funcionamento da Comissão dos Desaparecidos. Mas, aqui, o importante é sublinhar o peso negativo que a categoria “revanchismo” assume para os militares. O que resulta claro é o peso, nos últimos 25 anos, da imagem negativa decorrente do regime militar sobre a instituição em geral, e sobre as biografias de seus membros em particular. Trata-se, é bom observar, de uma imagem negativa mais comum nos estratos superiores da população, principalmente entre as camadas médias urbanas com educação de nível superior. Mas é justamente em relação a esse segmento que a oficialidade militar se equipara, simbolicamente; sociologicamente falando, é seu grupo de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Peço que o leitor desculpe a natureza pouco sistemática desses flashes profundamente referenciados à minha experiência

pessoal como pesquisador. Creio, no entanto, que às vezes é salutar e necessário tomar a liberdade de apresentar impressões que, de outro modo, dificilmente poderiam ser apresentadas. É hora, no entanto, de tentar juntar alguns fios dessas histórias distantes no tempo e no espaço, porém ligadas na experiência vivida e na memória histórica.

O golpe militar de 1964 contou com o apoio de expressivos setores da sociedade brasileira: empresários, Igreja, latifundiários, grande imprensa e parte da classe média. Era uma sociedade ainda majoritariamente conservadora e que realmente tinha medo do “perigo comunista”. Além disso, devemos também lembrar a figura, evocada por Castelo Branco, dos políticos que, qual “vivandeiras”, batiam às portas dos quartéis pedindo que os militares agissem. No entanto, passados 40 anos do golpe, quase ninguém se identificava publicamente com a ditadura, mesmo aqueles que, anos antes, a apoiaram ou que dela se beneficiaram. O sentimento de abandono por parte dos militares é, de fato, curioso. Nenhum dos grupos que os apoiaram em 1964 e depois, de diferentes maneiras, se beneficiaram durante os 21 anos que se seguiram veio a público, em 2004, para defender os militares. É muito fácil, hoje em dia, demonizar os militares, como se tivessem sido os únicos responsáveis por 1964 — mas isso também é, do ponto de vista histórico, completamente errado. Lembremos, no entanto, que temos uma grande vantagem em relação aos que viveram 1964: conhecemos o futuro. Creio que ninguém, nem mesmo os próprios participantes do golpe, imaginava que se seguiriam 21 anos de sucessivos governos militares.

O regime militar brasileiro encerrou-se após uma transição bem-sucedida, do ponto de vista dos próprios militares: de

maneira lenta, gradual e segura. Na Nova República, nenhum militar foi punido por atos praticados durante a ditadura — ao contrário, por exemplo, do que ocorreu em países vizinhos no Cone Sul. Por que, então, essa sensação de “derrota”? “Derrota” que é mais estranha ainda porque o impacto sobre a sociedade em geral não foi uniforme nem sempre tão negativo. Por que o regime militar terminou sendo um fardo tão pesado na memória de seus protagonistas principais — os próprios militares?

É verdade que a instituição militar nunca renegou oficialmente seus atos durante o regime militar — nem mesmo os mais bárbaros. Não houve, no Brasil, nada semelhante às demonstrações públicas feitas, na Argentina, pelo general Balza, chefe do Exército argentino, em abril de 1995:

Aqueles que neste transe doloroso perderam os seus, em qualquer posição e sob qualquer circunstância, necessitarão de gerações para aliviar a perda, para encontrar sentido na reconciliação sincera. Para eles não são estas palavras, porque não tenho palavras, só lhes posso oferecer respeito, silêncio perante a dor e o compromisso de todo o meu esforço para um futuro que não repita o passado.

No Brasil, a defesa veemente e pública de 1964 por parte dos militares, como tendo sido uma ação ditada acima de tudo pelo “povo”, foi dando lugar, ao longo do tempo, a um sentimento de crescente distanciamento — embora também lento, gradual e seguro — da defesa da “revolução”, apesar da manutenção da ideia de “revanchismo”, dirigido em particular à mídia. O deslocamento das comemorações mais importantes referentes a esse período das ruas para o interior dos quartéis,

do espaço público para o institucional, seguido de sua extinção, é marca evidente desse processo.

Mas é preciso perceber, nos quase 50 anos desde então decorridos, algumas mudanças de natureza sociológica. As experiências pessoais e coletivas descritas nas seções anteriores permitem que classifiquemos a lembrança de 1964 e do regime militar segundo pelo menos três gerações de militares (no sentido de conjuntos etários com referências históricas e biográficas compartilhadas). Vale enfatizar que essa é uma classificação provisória, destinada principalmente a nos ajudar a fugir do monocromatismo com que, por vezes, ainda se representa uma entidade coletiva nomeada como “os militares”.

Os remanescentes do regime militar (isto é, os que estiveram no apogeu de suas carreiras na época) defendem veementemente a ideia de que, em 1964, agiram como democratas, defendendo a nação do perigo comunista. Falam do estigma de que eles e a instituição militar em geral sofrem como obra de uma falsificação histórica, motivada por sentimentos de vingança (ou outros, ainda mais espúrios) por parte de uma “esquerda radical” que, derrotada à época, conseguiu manter-se “infiltrada” na mídia — bode expiatório para a maioria das mazelas que afligem a imagem das Forças Armadas. Sentimentos de mágoa e ressentimento são comuns em suas falas. A tendência dessa geração é enfatizar o apoio que receberam em 1964, negando ou ocultando a realidade mais dura da repressão nos anos que se seguiram — no máximo, teria havido alguns “excessos”. Após a passagem para a reserva, reúnem-se basicamente no Clube Militar e em pequenos grupos de direita. Procuram sempre apresentar sua versão, “desmascarando” as mentiras e restituindo a “verdade dos fatos”. A idade vai rapidamente fa-

zendo desaparecer essa geração, a única a se reunir publicamente para celebrar a “revolução”.

Chefes militares de outra geração, que chegaram ao generato após a transição (mas que igualmente já estão hoje na reserva), são em geral mais tolerantes em relação às críticas sobre a atuação militar no período, apesar de a relação com a mídia, no entanto, ter continuado problemática. Embora mantenham uma visão corporativa que defende, no essencial, a atuação dos militares nos 21 anos em que estiveram no poder, eles reconhecem os problemas causados pelo exercício do poder, em especial aqueles decorrentes da atuação dos órgãos de repressão. Vale lembrar que, à diferença do que ocorreu com alguns dos entrevistados no projeto sobre 1964, nenhum dos ministros militares da Nova República foi apontado como responsável por violações aos direitos humanos por entidades como o grupo Tortura Nunca Mais. Comprometidos com a institucionalidade democrática pós-1985, evitam sempre menções públicas ao regime militar e gostariam que o passado fosse, na medida do possível, uma “página virada” e a anistia histórica fosse dada para os “dois lados”. Talvez não tenham mudado, no essencial, sua visão sobre o regime militar — as mentalidades mudam muito mais lentamente do que os comportamentos —, mas retraíram-se em relação a expô-las publicamente.⁹⁰

⁹⁰ Os episódios que se sucederam à divulgação pela imprensa, em outubro de 2004, das fotos de um preso político inicialmente identificado como Vladimir Herzog pouco antes de ser assassinado — o comunicado do Centro de Comunicação Social do Exército defendendo a atuação dos militares em 1964 e na luta contra a “subversão”, a retratação feita a seguir por exigência do presidente da República e o pedido de demissão do ministro da Defesa, que exigia uma ação mais firme contra os autores e responsáveis pela nota — representam uma exceção que confirma a regra.

Já os oficiais mais jovens, ainda na ativa, vivem com crescente distanciamento corporativo e emocional esse período da história. A maior parte da oficialidade até a patente de tenente-coronel não era sequer nascida em 1964. No entanto, essa geração sofreu todo o peso da herança simbólica legada pelo regime militar, em termos de perda de prestígio social e estigmatização da profissão por parte de seu grupo de referência civil. Acrescenta-se a isso o isolamento sociológico do oficialato, através de um grande percentual de recrutamento endógeno. Vários oficiais jovens com os quais tenho conversado nos últimos anos chegam a usar palavras como “golpe” ou “tortura” — mesmo que ainda algo constrangidos, é verdade.

A herança dessa experiência autoritária, principalmente a atuação de setores das Forças Armadas na repressão política, ainda constitui um dos pontos sensíveis da memória histórica brasileira contemporânea. Embora tenha permanecido subordinada ao poder civil desde 1985, a instituição militar ainda não conseguiu uma função social claramente definida (principalmente, como observamos, em relação ao grupo social de referência de seus oficiais) e sofreu com a perda de prestígio decorrente, em grande parte, da memória sobre a atuação das Forças Armadas durante o regime militar. Por outro lado, a adequação à ordem democrática e, como veremos no próximo capítulo, a crescente importância atribuída à defesa da soberania nacional, em especial em relação à Amazônia, ajudaram a contrabalançar essa herança negativa da experiência de 21 anos no exercício do poder.

8

A DEFESA MILITAR DA AMAZÔNIA:
ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA**com Adriana Barreto de Souza***

Em 1995, o general Zenildo Lucena, então ministro do Exército, afirmou, durante uma palestra no Forte Leavenworth, em Kansas (EUA), que o “destino manifesto do Brasil” era a Amazônia e que integrar a região era prioridade nacional. Essa afirmação torna-se mais expressiva quando se examinam o local e o público da palestra do ministro.⁹¹ O Forte Leavenworth, fundado em 1827, é o posto militar mais antigo em atividade a oeste do rio Mississipi e foi a principal base de operações na expansão da fronteira oeste estadunidense — leia-se: na luta contra os índios e os mexicanos que antes ocupavam esses territórios. O “recado”, portanto, foi dado num lugar que simboliza a história expansionista da única superpotência militar à época — para muitos, um novo “Império”. Além disso, as Forças Armadas dos Estados Unidos, especialmente após o início do Plano Colômbia, têm sido muitas vezes acusadas de terem

* Uma versão anterior deste capítulo foi publicada em *Amazônia e defesa nacional* (Castro, 2006:31-67).

** Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ.

⁹¹ Ver <<http://www.exercito.gov.br/03Brafor/Amazonia/indice.htm>>, que reproduz parcialmente a palestra.

como objetivo expandir seu poder sobre a Região Amazônica, mesmo que mais disfarçada ou indiretamente.

Para dar maior legitimidade a essa missão institucional, o ministro também disse que o Exército estava presente na Amazônia desde o início do século XVII e que, a partir de então, lutava para garantir a soberania brasileira sobre a região. Tal afirmação ganha sentido como uma construção simbólica destinada a estabelecer uma tradição de longa duração. Ela não é, contudo, uma novidade. Se em 1995 a suposta nova expansão norte-americana pôde sustentar o discurso da cobiça estrangeira pela Amazônia, em décadas anteriores outros conteúdos lhe serviram de base. Evocava-se, com variações que acompanhavam o inimigo em voga na época, o Movimento Comunista Internacional (MCI) nos países fronteiriços, o narcotráfico na fronteira, a demarcação de terras indígenas em regiões de fronteira e a atuação de organizações não governamentais que visavam atingir a soberania nacional. O fato é que, desde pelo menos o início da década de 1970, quando na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) se elaborou uma série de monografias sobre o tema, a Amazônia não só foi se tornando uma “questão” para o Exército como, para legitimar projetos políticos e ações militares específicas, representações anacrônicas foram sendo produzidas sobre a presença militar na região (Leirner, 1995).

A mesma leitura que permitiu ao general Zenildo Lucena apresentar o Exército como o grande defensor da soberania brasileira no século XVII, portanto antes mesmo de o Brasil existir como nação independente, ergueu heróis dessas lutas, sendo o principal o capitão-mor Pedro Teixeira — segundo a página do Exército, o “conquistador da Amazônia” —, e criou

imagens como a da união das três raças para “desbravar tão grande quanto desconhecida região” e para vencer os desafios postos pela “desenfreada cobiça internacional”, representada então por ingleses, holandeses e franceses.

Este capítulo tratará dos militares que defenderam o território da atual Amazônia brasileira nos séculos XVII e XVIII. A ideia é colocar em relevo as especificidades das várias formas de organização militar produzidas ao longo da história luso-brasileira, em vez de ver entre elas, pelo mecanismo de “invenção de tradições” (Hobsbawm e Ranger, 1984), um longo traço de continuidade. Em relação a essa questão, abordaremos ainda o que era esse território em termos políticos, qual o papel dos militares na definição de suas fronteiras e quem foram os responsáveis por sua efetiva ocupação.

POR UMA GENEALOGIA DOS “MILITARES”

O Exército atual é uma corporação com alto grau de autonomia, com regras e normas próprias que organizam sua vida interna, desde o comportamento cotidiano de seus integrantes até o sistema de promoções na carreira. A palavra “militar” nos remete quase naturalmente à ideia de um profissional com habilidades técnicas específicas e que, além disso, incorporou durante os anos de sua formação um conjunto de valores e atitudes pautados por uma forte disciplina. Daí a imagem, também bastante naturalizada, de um grupo social unificado por forte identidade corporativa. Todavia, é importante destacar que esse tipo de militar é uma criação histórica recente, que surgiu gradativamente, no século XIX, à medida que os modernos

Estados nacionais se consolidavam na Europa.⁹² Antes disso, o que existia eram os *exércitos reais* — o que não é sinônimo de *nacionais*. O exército do século XVIII era um bem pessoal da Coroa e não uma força pública. Tal como ocorria com a distribuição de graças honoríficas e títulos nobiliárquicos, o rei detinha o monopólio dos postos e patentes militares e, desse modo, controlava a composição do corpo de oficiais. A promoção na carreira seguia, então, critérios que combinavam origem social e prestação de serviços à Coroa, não sendo exigido dos aspirantes ao oficialato qualquer formação acadêmica. Caso houvesse uma vaga para as patentes de oficial subalterno em um dos regimentos dos exércitos reais, o mais comum era que fosse preenchida pela indicação de um oficial de alta patente ou de um dos “grandes da política” local ou nacional. O que prevalecia eram os interesses das “redes clientelares” em funcionamento na região, associadas à Coroa (Hespanha e Xavier, 1993).

A interferência do rei era mais direta nas nomeações de oficiais gerais. O motivo era que, ascendendo ao generalato, o oficial passava a integrar a alta burocracia de Estado ou, para usar uma imagem do sociólogo Norbert Elias, os círculos mais próximos ao rei. Em Portugal, esse estreitamento de vínculos entre o alto oficialato e a Coroa foi formalmente instituído pelo decreto de 13 de maio de 1789, que concedia indistintamente

⁹² Uma visão histórica do processo de profissionalização da oficialidade do Exército pode ser encontrada em Vagts (1959) e Huntington (1996). No caso do Brasil, esse modelo ainda estava em consolidação na década de 1930, quando José Pessoa, ao assumir o comando da Escola Militar do Realengo, iniciou uma ampla reforma da instituição (ver cap. 5). A grande inovação de seu projeto recaía exatamente na ênfase que dava à disciplina na formação dos alunos, vista como a base da formação de um corpo de oficiais mais homogêneo e profissional.

o prestigioso título de fidalgo da casa real a todos os oficiais que ascendessem aos postos de marechal de campo ou de tenente-general. Ou seja, o decreto transformava até mesmo os oficiais que não tinham ascendência nobre em homens da corte. Vivia-se, portanto, sob outra tradição militar, completamente diferente do modelo profissionalizante de hoje — uma tradição militar de Antigo Regime (Souza, 2004).

Obviamente, esse sistema pressupõe a concentração de poder em mãos do poder real. Esse processo, em Portugal, apesar da precoce formação dos Estados ibéricos, só ocorreu a partir de 1757, com as reformas instituídas pelo marquês de Pombal. Até essa data, vigorava ainda um terceiro modelo, caracterizado pelo amplo poder político e militar da nobreza. As grandes casas tituladas do reino não apenas resistiam a se submeter, como concorriam com o poder real. Essa concorrência só era possível porque a arregimentação das tropas locais ainda era tarefa da nobreza. Devido à escassez de recursos da Coroa, os comandos militares permaneciam sob tutela senhorial. Não raramente, era solicitado a esses nobres que empregassem seus próprios recursos para organizar e manter o Exército em armas. Construiu-se, assim, uma relação bem peculiar entre a Coroa e as casas nobilitadas. Informalmente, até as reformas pombalinas, o Exército português constituía-se de unidades que eram verdadeiras forças particulares. A nobreza tinha total ingerência sobre o Exército, cujas unidades podiam ser colocadas a serviço da Coroa ou contra ela, dependendo do sistema de alianças e dos interesses em jogo no momento.⁹³

⁹³ A referência para as reformas pombalinas é Falcon (1982). Entre os clássicos da história militar de Portugal, pode-se citar: Selvagem (1991) e Coelho (1891). Um trabalho mais recente é o de Cunha (2000).

Nesse contexto, cabe perguntar: quem eram os militares que hoje são apontados como os desbravadores ou conquistadores da Amazônia no início do século XVII?

Há aqui um quarto estrato de história, ainda mais antigo. Os homens que se engajaram nas primeiras expedições dirigidas à Amazônia eram militares, porém não do Exército. A razão é tão simples quanto surpreendente: nas primeiras décadas do século XVII ainda não existia um Exército permanente em Portugal. Este só foi criado em 1641, quando a Coroa instituiu um imposto extraordinário com o propósito de formar um Exército unificado capaz de sustentar a revolução iniciada em dezembro de 1640 contra o domínio filipino, exercido desde 1580 (Selvagem, 1991:384). Só então começou a ser organizado o que se convencionou chamar de “tropa de linha”.

O documento-base de sua regulamentação foi o *Regimento das fronteiras*, publicado apenas cerca de quatro anos depois, em 29 de agosto de 1645. Esse regimento, na verdade, criava o cargo de “vedor-geral” do Exército. A instituição de um imposto extraordinário deu origem ao problema de como gerir esses novos recursos: uma vez centralizados, era preciso garantir sua distribuição e estabelecer mecanismos para evitar abusos e desperdícios. O “vedor-geral”, auxiliado por quatro “oficiais de pena” — em linguagem atual, secretários — e quatro “comissários de mostra” — funcionários incumbidos de coletar os dados —, deveria organizar as listas e os livros necessários à inscrição da tropa, de soldados a oficiais. A mobilização permanente exigia a remuneração dos serviços militares e, para pagar os soldos, a Coroa precisava conhecer esses homens. As listas organizadas com todo o efetivo do Exército serviriam para a elaboração dos livros-mestres, nos quais se assentariam os atos

da vida militar de cada um dos novos oficiais: início e término de exercício nos vários postos, tempo de serviço, licenças, ausências, fugas, crimes, doenças e baixas. Tem origem aí um documento tradicional no Exército, a “fé de ofício”. Só se daria fé e se tiraria certidão, para promoções ou para a abertura de processos-crime, dos assentamentos registrados nesses livros.

Os militares que integraram as expedições enviadas à Amazônia nas primeiras décadas do século XVII não podiam, desse modo, representar o esforço de um Exército português, nem mesmo luso-brasileiro. Eles pertenciam a outra tradição, ainda mais distante da atual e que, de modo geral, pode ser identificada como “medieval”. Predominavam ainda as tradicionais relações de vassalagem. Segundo essa tradição, “militar” era toda a população masculina do reino e seus domínios, capaz de combater e com idade entre 20 e 60 anos. Todos os fidalgos, cavaleiros e escudeiros, criados ou não da Casa Real (já que o rei não detinha monopólio sobre a distribuição de títulos, recursos, cargos e funções), deviam dispor sempre de cavalos e armas prontos para a guerra. Os demais senhores de terras, de acordo com o montante de seus rendimentos e posses, eram obrigados a possuir um número variável de cavalos, lanças, arcabuzes e mosquetes para servirem ao rei. Já os não proprietários, homens de ofício mecânico ou trabalhadores rurais, eram obrigados a ter lança ou dardo (Selvagem, 1991:324).

AS ORDENANÇAS SEBÁSTICAS

A primeira tentativa de se formalizar a organização desses homens armados ocorreu no reinado de d. Sebastião (1557-

1578). O modelo de recrutamento senhorial, independente da ingerência real, era complementado por um conjunto de estruturas organizativas de base territorial e política — as companhias de ordenanças. Essas eram as forças militares de Portugal após a publicação, em 1570, do *Regimento das ordenanças e dos capitães-mores* (ou ordenanças sebásticas), revisto e ajustado quatro anos depois, em 1574, pela *Provisão das ordenanças*.⁹⁴

A principal intenção da Coroa ao criar essas ordenanças era impor alguns limites à ampla liberdade senhorial, colocando-as na dependência direta das câmaras municipais. Depois de avaliadas as fazendas da população do reino pelo corregedor ou provedor, classificavam-se as obrigações militares de acordo com os níveis de riqueza. Havia, no entanto, uma inovação importante: os ocupantes da hierarquia da nova força militar eram eleitos pelas câmaras municipais, ressaltando-se apenas a chefia máxima, de capitão-mor, para o alcaide-mor ou o senhor das terras. Para assegurar esse direito, essas autoridades deveriam residir em suas propriedades. Ou seja, era a primeira tentativa de se retirar da nobreza o monopólio do controle sobre a guerra.⁹⁵

As queixas parecem ter sido muitas. Essa lei ameaçava não apenas retirar os súditos da alçada militar dos seus senhores,

⁹⁴ Tanto o regimento quanto a provisão podem ser encontrados no “Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes, que contém os regimentos pertencentes à Administração da Fazenda Real. Lisboa, 1789-1818. Volume V”. Outro nome do regimento, com o qual ele é identificado na referida coleção, é: “Regimento dos Capitaens Móres, e mais Capitaens, e Officiaes das Companhias da gente de cavallo, e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem”.

⁹⁵ As implicações políticas dessa nova lei são examinadas por Cunha (2000) e Magalhães (1993). Uma análise das ordenanças no Brasil colônia é feita por Mello (2002).

como também reordenava o espaço político e social dos senhores. No entanto, para os limites deste capítulo, mais importante que discutir as decorrências políticas do novo regimento é destacar a estrutura organizacional das ordenanças, distinta daquela que rege os exércitos da atualidade:

Hierarquia das companhias de ordenanças

Capitão-mor (1) Sargento-mor (1)	
Oficiais	Capitão (1) Alferes (1) Sargento (1) Meirinho (1) Escrivão (1) Cabos (10)
Peões (250)	

Fonte: Regimento das Ordenanças ou dos Capitães-Mores.

O critério para suprir o mais elevado posto da ordenança, o de capitão-mor, acompanhava o sistema de hierarquias sociais. O regimento dividia o reino em vários distritos de recrutamento — as “capitanias-mores” — e os capitães-mores desses distritos eram os senhores das terras, chefes natos que politicamente já possuíam o título de alcaide-mor. Estes só perdiam o direito de exercer o comando das companhias de ordenanças se não vivessem em suas terras. A Coroa teria, nesse caso, poder para nomear outro fidalgo do distrito para suprir a vaga. Caso houvesse algum impedimento por parte desse fidalgo, o posto seria então preenchido mediante eleição pelas câmaras municipais e pelos “homens de governança”. O regimento determinava apenas que, nessa eleição, era preciso “ter respeito que se

elejam os principais das terras, que tenham partes e qualidades para os ditos cargos”.⁹⁶

A eleição entre os “principais da terra” era também o modo de preenchimento de pelo menos dois outros postos de oficiais: o de sargento-mor e o de capitão. A este último cabia nomear os cabos. Em relação aos demais postos, o regimento não é claro. Mas, fossem eles eleitos ou nomeados, o critério era sempre político,⁹⁷ até porque não se tratava de uma carreira, no sentido moderno do termo. Não era exigida dos candidatos qualquer habilidade técnica específica e, como a instituição também não contava com um sistema de promoções (por mérito ou antiguidade), não se favorecia qualquer engajamento profissional. Além do mais, não se deve perder de vista que o primeiro critério de distribuição das obrigações militares era o nível de riqueza. Havia, pois, um limite de ordem prática para a ascensão dentro da instituição. Para os peões, portanto, os postos de oficial eram simplesmente vetados. Estes jamais teriam — para usar uma expressão do regimento — “qualidade para os ditos cargos”, fosse essa qualidade dada pelo nascimento ou adquirida pelo nível de riqueza. Em contrapartida, nas vilas e cidades litorâneas, onde a ameaça dos corsários exigia maior diligência, os capitães de companhia, alferes e sargentos mais empenhados no serviço eram especialmente remunerados por sua alteza real. Podiam “gozar e usar os privilégios de cavaleiro”, caso já não o fossem.⁹⁸ Esse é um ótimo exemplo de como as

⁹⁶ Toda interpretação aqui realizada segue as informações contidas no “Regimento das Ordenanças ou dos Capitães-Mores”. O trecho citado pertence ao item 2 do referido regimento.

⁹⁷ Ver, respectivamente, os itens 8 e 2 do Regimento das Ordenanças.

⁹⁸ O Regimento das Ordenanças contém uma parte específica para as cidades e vilas dos “lugares perto dos mares” denominada “Vigias”. É nessa parte, no item 44, que essa remuneração é explicitada.

ordenanças podiam reordenar política e socialmente o espaço dos senhorios, intervindo em uma esfera anteriormente sob poder exclusivo da nobreza. Todavia — vale salientar — a remuneração não seguia um padrão profissional nem contribuía para a construção de uma carreira. Ela reforçava os valores e hierarquias gerais da sociedade.

À mobilização para serviço nas ordenanças estava sujeita toda a população masculina de cada distrito de recrutamento com idade entre 18 e 60 anos, à exceção “dos eclesiásticos, dos fidalgos e dos homens que possuíssem cavalos”. Mais uma vez, os critérios são o de “qualidade” e o de riqueza. Só possuía cavalos quem tinha posses. Divididos em grupos de 250 homens, essa gente formava uma companhia de ordenança, sendo esta subdividida em 10 esquadrões de 25 homens cada. O capitão-mor, auxiliado pelo sargento-mor, dirigia o alistamento, devidamente assentado pelo escrivão. Não era por acaso que ele assumia essa tarefa. Sendo geralmente o senhor das terras, era mais fácil para o capitão-mor realizar a classificação por riqueza e conhecer “com brevidade quanta gente há” no seu distrito.⁹⁹ Cabia a ele também convocar as companhias de ordenanças, comandá-las e exercitar os “homens de cavalo”. O comando de cada companhia, integrada por “homens a pé”, era exercido pelo capitão, conhecido como *capitão de ordenança*. Para isso, ele recebia uma bandeira, pela qual sua companhia era identificada, e um tambor, utilizado como meio de comunicação (item 17). Na hierarquia dos comandos, havia ainda o cabo, responsável pela direção de uma esquadra de 25 peões (item 10). Daí o número de 10 cabos por companhia, e o nome que

⁹⁹ Esses dados, inclusive a citação, estão nos itens 9 e 10 do Regimento das Ordenanças.

depois se tornaria tradicional — “cabo de esquadra”. Sobre os alferes e sargentos não há quase informações no Regimento das Ordenanças. Eles estão invariavelmente incluídos no grupo dos “demais oficiais”. Observa-se apenas que o comando da companhia seria exercido pelo alferes, caso o capitão se achasse impedido de exercê-lo ou se ausentasse (item 18).

Por fim, havia o meirinho e o escrivão. Ambos eram cargos burocráticos e entravam naturalmente na classificação geral de “oficiais”. Obviamente, isso ocorria porque eram de fato oficiais. O meirinho era um oficial ligado às finanças da companhia, com a função de, por exemplo, arrecadar as multas cobradas dos peões que não atendessem ao chamado para “sair ao campo”. Já o escrivão era um oficial de justiça, a quem cabia formalizar, mediante notificações, essas ausências e lançar em livros o pagamento ou não das multas.¹⁰⁰ O curioso é que o texto do regimento não faz qualquer distinção em relação aos postos propriamente militares. O estranhamento é tão grande que o historiador Carlos Selvagem foi levado a apresentar a hierarquia das ordenanças dividida entre oficiais — que incluíam capitão, alferes e sargento — e subordinados, onde classificava o meirinho, o escrivão e os cabos.¹⁰¹ Mas o termo “subordinado”, e portanto a própria classificação, não consta no regimento. Na verdade, não parece haver preocupação em precisar essas hierarquias, referidas genericamente como “demais oficiais”.

Um detalhe bastante expressivo é que o termo “militar” só aparece uma vez em todo o texto do regimento e da *Provisão das ordenanças* — ainda assim, para qualificar os exercícios.

¹⁰⁰ Ver o item 59 da Provisão das Ordenanças de 1574.

¹⁰¹ Selvagem (1991:325). Outros autores, sobretudo no Brasil, acabaram reproduzindo essa hierarquia. Ver Mello (2002:24).

D. Sebastião, nas introduções dos dois documentos, não os apresenta como leis militares. Tratava-se de uma “lei sobre os cavalos e armas que hão de ter os meus vassalos”. Os termos que designam os soldados são totalmente estranhos à cultura militar moderna: “as gentes”, “gente em defesa”, “gente de esquadra”, “gente de cavalos” ou simplesmente “homens”. Outra forma de nomeá-los era pelas armas que usavam: arcabuzeiros, besteiros, lanceiros e piqueiros. A palavra soldado só aparece na provisão de 1574, e o substantivo “militar” nunca é utilizado.

A nomenclatura é aqui um bom indício de que se está ingressando em outra cultura militar. Quando, através de um verdadeiro jogo de espelhos, se insiste em lê-la como a nossa, numa perspectiva “presentista” (Stocking Jr., 1982), elimina-se um vasto campo histórico de experiências militares diversas.¹⁰² Cada capitão-mor e cada capitão de infantaria, ao ser nomeado, era obrigado a prestar juramento. Na ocasião, com a mão sobre os “Santos Evangelhos”, juravam defender o distrito e ser “bons e fiéis vassalos”, cumprindo, sem exceção, os “mandamentos de Sua Alteza”.¹⁰³ Toda essa simbologia é de tradição medieval. Como todos esses homens (de peões a oficiais) tinham seus ofícios, o Regimento das Ordenanças rezava que os exercícios seriam realizados aos domingos ou “em dias santos”.¹⁰⁴ Para evitar uma larga mobilização da população, a cada dia de exercícios só compareciam duas esquadras, ou seja, 50 homens. Isso significa que cada esquadra (quando não houvesse dias santos)

¹⁰² O conceito de “experiência militar” foi formulado por Loriga (1996).

¹⁰³ O texto dos juramentos acha-se no item 5 do Regimento das Ordenanças.

¹⁰⁴ Sobre os exercícios, ver o Regimento das Ordenanças a partir do item 19. O item 21 previa ainda dois exercícios gerais por ano, nas “Oitavas de Páscoa e por dia de São Miguel de Setembro”.

só se exercitava no uso das armas a cada cinco semanas e que, para convocá-las em situações de emergência, se recorria ao “repique de um sino da cidade” (item 28).

Esse sistema de defesa só sofreu alterações com a criação do Exército permanente, em janeiro de 1640. A partir de então, a defesa do reino e de seus domínios foi dividida por três tipos de forças militares. O Exército formava a tropa de primeira linha, teoricamente integrado por 20 mil infantes e 4 mil ginetes, geralmente recrutados nas fileiras das ordenanças, pagos pela Coroa e organizados em terços de infantaria e companhias de cavalaria. A segunda força eram as tropas auxiliares, integradas por 25 terços das províncias e cinco de Lisboa. Eram dirigidos para o serviço nessas tropas os homens casados em idade militar. Por fim, havia as companhias de ordenanças, que mantinham sua estrutura antiga, vinculada às câmaras municipais.

O combate em guerras externas era, em princípio, tarefa do Exército de linha, como ficou estatuído no Regimento das Fronteiras de agosto de 1645. Mas, quando necessário, as tropas auxiliares tinham a obrigação de prestar socorro às fronteiras, passando a receber, nesses casos, pagamento de soldos, uniformes e alimentação. As companhias de ordenanças tornavam-se, desse modo, um verdadeiro depósito de recrutas para as tropas de linha e para os auxiliares.¹⁰⁵

É comum a historiografia definir esse sistema de defesa fundado em três forças como “militarizado” (Selvagem, 1991). Contudo, o termo não é o mais apropriado. A ideia de militarização acaba favorecendo exatamente a difusão de anacronismos. Ela nos remete aos referenciais mais modernos, associa-

¹⁰⁵ Todas as informações destes dois últimos parágrafos foram retiradas de Selvagem (1991:384-385).

dos a uma disciplina rigorosa, à subordinação hierárquica, ao treinamento intensivo e a uma forte solidariedade corporativa, sem mencionar a capacitação técnica. Esse sistema antigo, porém, apenas armava a sociedade.

AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES À AMAZÔNIA

Se historicamente não é correto afirmar que o Exército — português, luso-brasileiro ou brasileiro — esteve presente na Amazônia desde o início do século XVII, também é preciso ficar atento ao objetivo das primeiras expedições enviadas à região. Elas não tinham a intenção de defender um território português ameaçado pela “cobiça internacional”. Isto porque a Amazônia, mesmo em suas partes mais externas e orientais, como o local onde hoje está situada a cidade de Belém, era uma fronteira em aberto. A situação era muito diferente, por exemplo, do que ocorria nas Índias Orientais. O domínio exercido pelo Império português nessa área exigiu uma efetiva ocupação do território e, desde 1570, vinha exigindo também a organização de várias campanhas militares para defender as Molucas, Chaul e Goa — essas sim, regiões em franca disputa (Selva-gem, 1991:326-329).

A expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco ao Amazonas — a primeira comandada por um português —, ainda que tenha sido organizada sob o impacto da investida francesa no litoral maranhense, tinha um caráter meramente exploratório. Na definição de Varnhagen (1959, t. 2, p. 147), o encargo de Caldeira “era saber o que havia no cabo do norte”. Já Antonio Ladislau Monteiro de Baena (1969:22), um engenheiro militar

do século XIX, definia a viagem como de “descobrimento”. Em ambos os casos, se havia “cobiça” pela região, ela provinha dos portugueses, interessados em iniciar o reconhecimento geográfico, a exploração econômica e, assim, garantir a posse do local. Aliás, “cobiça” é o termo utilizado por Ribeiro do Amaral (2004:22-23) — segundo ele, partilhado pelo poeta Gonçalves Dias — para definir o que impulsionava os “governadores e capitães-generais que vinham a essas terras tão remotas”. Enquanto para a Ásia e a África, Portugal mandava “a flor de sua nobreza”, para a América vinham comerciantes “sem consciência” e interessados em “lucrareм fortunas”.¹⁰⁶

A expedição ao Amazonas deu continuidade às lutas contra os franceses no Maranhão. Desde 1612, o então governador-geral do Brasil, Gaspar de Sousa, havia recebido ordem para fixar residência na capitania de Pernambuco, a fim de manter-se mais próximo do Maranhão. Seu antecessor, dom Diogo de Menezes, vinha insistindo nos riscos que o litoral da região corria, tendo inclusive abordado o assunto em um relatório enviado a Portugal intitulado “Razão do estado do Brasil” (Baena, 1969:22). Até fins do século XVI, a presença dos portugueses nesse litoral restringia-se a um “contato ligeiro, que não deixara marcas visíveis no Maranhão” (Reis, 1972:258), e só depois da ocupação de São Luís pelos franceses, em 1612, a região conquistaria algum espaço na política ultramarina do vasto Império português.

Francisco Caldeira Castelo Branco foi capitão do Rio Grande do Norte até rebentarem as lutas no Maranhão, em 1613, quando assumiu o comando de uma força enviada da Bahia e

¹⁰⁶ O texto de Gonçalves Dias citado é a introdução da 2ª edição dos *Anais históricos do estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo.

reforçada em Pernambuco. Durante os combates, comprometeu seriamente as posições portuguesas em campo, pois estava decidido a fazer, por conta própria, acordos de paz com os franceses. A atitude exasperou Jerônimo de Albuquerque, que se achava na direção da guerra desde seu início e fora diretamente nomeado para o cargo pelo governador-geral Gaspar de Sousa.

A vitória sobre os franceses e sua expulsão do litoral maranhense geraram nova tensão entre as duas autoridades. Ambos aguardavam remuneração pelos serviços prestados e a mais cobiçada era o governo das terras conquistadas. O problema era que, pelo Regimento de Capitão-mor, Jerônimo de Albuquerque já havia sido nomeado para o cargo e temia-se que Francisco Caldeira voltasse a tramar contra o capitão. A expedição ao Amazonas tornava-se, assim, uma válvula de escape para o possível conflito. Assumindo seu comando, Francisco Caldeira ficava afastado do Maranhão e se garantia a estabilidade política na região (Holanda, 1972, t. 1, p. 231-234; Amaral, 2004:46-50).

No dia 13 de dezembro de 1615, reunidos os chefes militares, ficou deliberado o imediato cumprimento das antigas instruções do governo-geral: tão logo fosse escolhido o comandante, e este recebesse o regimento que regulava a expedição, teria início o avanço sobre o Amazonas. Desse modo, ainda em dezembro, no dia 25, uma armada de três embarcações, integrada por 150 homens, deixou São Luís. Infelizmente, não é possível identificar a composição da tropa. No entanto, sabe-se que, entre os oficiais, na função de pilotos auxiliares, estavam dois franceses, homens “práticos na língua” e que já conheciam a região por terem participado da exploração francesa de 1613 (Amaral, 2004:38). Quanto ao comando da expedição, os che-

fes militares resolveram não arriscar e confirmaram o nome de Francisco Caldeira Castelo Branco.

Orientado pelos dois pilotos, Francisco Caldeira decidiu seguir pela costa, navegando apenas durante o dia, para que Antônio Vicente Cochado pudesse efetuar o levantamento do terreno, desconhecido dos portugueses. Chegando à ilha de Marajó, a expedição prosseguiu costeando terras e ilhas até que, tendo navegado umas 35 léguas, achou um pontal firme e elevado que julgou mais apropriado à fixação de uma povoação. O local era reservado, uma península protegida em seus dois lados pelos igapós e alagados dos rios que a circundavam. No seu extremo, a fim de cumprir as instruções recebidas, Francisco Caldeira mandou construir um fortim de madeira, com cobertura de palha, a que deu o nome de Presépio de Belém, possivelmente em homenagem à data de partida da expedição de São Luís, dia de Natal. Surgiu assim o primeiro núcleo colonial português na Amazônia, a “Feliz Lusitânia”, como a chamou o capitão-mor, origem da atual cidade de Belém do Pará (Varnhagen, 1959, t. 2, p. 147).

Terminada a construção do forte, o comandante Francisco Caldeira mandou dar notícia ao governador-geral do Brasil e ao governo de Lisboa. André Pereira Temugo, um dos capitães encarregados dessa missão, redigiu uma breve exposição dos sucessos da expedição que, logo depois, ganharia a forma de um descritivo — “Relação do que há no rio Amazonas novamente descoberto”. Esse relato, junto com o “roteiro da costa” elaborado por Antônio Vicente Cochado, constituiu o primeiro material sistematizado sobre a região (Reis, 1972:I, 259). Francisco Caldeira também enviou por terra dois emissários, os capitães Pedro Teixeira e Antônio da Costa, para informar o governo

do Maranhão. Os capitães deixaram Belém com dois soldados e 30 índios. Estes, como bons flecheiros, deveriam proteger a missão e servir como guias. Mas os índios, aproximando-se da vila de Caeté, “traíram” o grupo e, com isso, os capitães só chegaram a São Luís dois meses depois, em maio de 1616 (Varnhagen, 1959, t. 2, p. 149).

Essa descrição da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco deixa evidente seu caráter exploratório. O território em questão ainda não estava ocupado pelos portugueses e, desse modo, também não vinha sendo defendido por qualquer força militar. Os integrantes dessa expedição também não participavam de um suposto Exército luso-brasileiro. Primeiro, porque não havia Exército em Portugal. Além disso, é preciso atentar para o termo “luso-brasileiro”, pois a composição da expedição era mais complexa do que o termo faz supor. Um traço marcante dos exércitos contemporâneos é sua vinculação direta com a ideia de nacionalidade. Todavia, no século XVII, o padrão era mais “cosmopolita” (Mello, 1998:228). Não por acaso havia dois franceses na expedição — ou seja, dois oficiais provenientes do reino que, alguns dias antes, disputava o litoral maranhense com Portugal. Na verdade, é importante esclarecer que a disputa travada pelo reino da França era com a Espanha e que a “expedição luso-brasileira” havia sido organizada sob as ordens da corte de Madri. Vale lembrar que, desde 1580, Portugal estava sob domínio filipino. Quando o capitão André Pereira Temugo deixou Belém com a missão de divulgar na Europa os sucessos da expedição, fez uma escala em Portugal, mas tinha Madri como destino. O texto que redigiu, e que se tornaria um importante “descritivo”, era uma exposição do sucesso ao rei Filipe III de Espanha (Reis, 1972:259). Do mesmo modo, a or-

dem para que o governo-geral do Brasil organizasse a defesa do Maranhão também veio da corte espanhola (Baena, 1969:22; Selvagem, 1991:364). Nas expedições que circulariam pelo rio Amazonas nos anos seguintes, sobretudo as da década de 1630, é possível identificar alguns nomes castelhanos (Reis, 1972:263).

Todas as primeiras expedições de exploração da Amazônia ocorreram, portanto, até 1640, quando teve fim a dominação ibérica, como um empreendimento da Coroa espanhola. A dominação Habsburgo (dinastia dos Filipes) em Portugal fez crescer o assédio estrangeiro à costa do reino e do Brasil, o que se intensificaria após a derrota da “Invencível Armada” castelhana, em 1588, diante dos ingleses. O mesmo fato explica as disputas em torno das Molucas, de Chaul e de Goa. As instruções de 1615, que ordenavam o avanço pelo Amazonas, mesmo colocando portugueses no comando e na organização da expedição, tinham a intenção de desbravar terras castelhanas. Não é demais lembrar que o Tratado de Tordesilhas ainda vigorava. Se Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal) comprometeu-se a manter a autonomia do reino anexado, e só nomear governantes portugueses ou aparentados dos Habsburgos para cargos importantes de Portugal, essa política não teve continuidade com seu filho, Filipe III. Desde o início de seu reinado, em 1598, o jovem monarca colocou em andamento um forte processo de centralização política, empossando vários ministros e magistrados castelhanos em cargos importantes de Portugal. Até o cargo de vice-rei de Portugal passou a ser exercido por um antigo funcionário castelhano, Cristóvão de Moura (Hermann, 2000c). Esses anos de dominação espanhola desestruturaram totalmente a organização militar portuguesa. Logo

de início, terços espanhóis foram distribuídos por diferentes regiões do reino, exercendo estrita vigilância sobre as casas nobilitadas portuguesas. Forças militares foram posicionadas nas fortalezas das cidades de Cascais, Setúbal, Viana, do Porto e em diversos pontos de Lisboa. Duas torres foram erguidas no Tejo, em cujas águas havia permanentemente navios castelhanos ancorados. Essa demonstração de força não se destinava apenas a intimidar possíveis reações das casas portuguesas que se opunham ao domínio filipino: buscava-se também guardar o reino anexado das investidas inglesas (Silva, 1867, t. 3, p. 186; Selvagem, 1991:379).

Diante desse cenário internacional, a exploração da parte norte do Brasil tornava-se um projeto secundário. Até porque era preciso defender todo o restante do litoral brasileiro já povoado e economicamente produtivo. As primeiras expedições à Amazônia não contavam, desse modo, nem com unidades enviadas de Portugal, nem com terços espanhóis. A lógica que as regia era a mesma das ordenanças do reino, cujo regimento incluía o Brasil. O capitão-mor, auxiliado pelo sargento-mor, devia dirigir o recrutamento da população local. O único problema é que a Região Amazônica estava completamente desocupada de portugueses ou espanhóis. Isso significava que, mesmo quando outras partes da colônia enviavam reforços, não havia como escapar ao recrutamento forçado de indígenas, que formaram a base humana e logística dessas expedições. As táticas europeias de guerra de nada valiam na selva, onde predominavam as manobras com canoas, os assaltos de surpresa e a agilidade na mata. Nenhum europeu ou “soldado” de outras regiões se aventurava sozinho longe das margens dos rios, onde se tornaria presa fácil de tribos “não amansadas”. Essa vulnera-

bilidade, agravada pela baixa resistência dos europeus ao clima, às febres e aos mosquitos locais, fazia do indígena peça-chave em todas as expedições à Amazônia.¹⁰⁷

A construção simbólica elaborada recentemente pelo Exército tende a idealizar a atuação dos indígenas nas expedições, associando-a a um suposto sentimento de confraternização étnica. Juntos, “arrostando dificuldades e vencendo desafios”, brancos, índios e negros — estes só introduzidos nessas expedições posteriormente — teriam “levado a cabo a tarefa gigantesca de desbravar tão grande quanto desconhecida região”. Uma “epopeia que orgulha todos os brasileiros”.¹⁰⁸

Para desfazer essa imagem basta lembrar que nenhum indígena chegou a ocupar o cargo de capitão-mor ou qualquer outro de algum valor hierárquico. Eram, antes de tudo, “selvagens”. Por isso, era tarefa dessas expedições, sobretudo das primeiras a se aventurarem na Amazônia, “amansá-los”. As tribos que resistiam à incorporação eram consideradas tão inimigas quanto os ingleses, holandeses ou franceses. Alguns meses após a fundação da cidade de Belém, o próprio capitão Francisco Caldeira, que contou em sua expedição com um bom número de indígenas, iniciou várias investidas contra as aldeias do Caju e Mortiguera, ambas de índios tupinambás. Considerados hostis por terem se sublevado contra a autoridade que vinha sendo até então exercida por Caldeira, os indígenas tiveram suas aldeias totalmente destruídas (Reis, 1972:260; e Baena, 1969:24). Bastava resistirem, recusando-se a servir aos brancos, para que se tornassem, também eles, inimigos estrangeiros. Só com a sis-

¹⁰⁷ As dificuldades das primeiras expedições à Amazônia aparecem nas 50 páginas iniciais de Baena (1839).

¹⁰⁸ Ver <<http://www.exercito.gov.br/03Brafor/Amazonia/indice.htm>>.

tematização da ocupação pelas ordens religiosas que se fixaram na Amazônia — voltaremos a esse tema adiante — os conflitos diminuiriam. O aldeamento dos indígenas ajudaria a abastecer de mão de obra dócil as tropas e vilas da região.

O CAPITÃO-MOR PEDRO TEIXEIRA

Na tradição que vem sendo criada atualmente pelo Exército brasileiro, o capitão-mor Pedro Teixeira é celebrado como “figura que deve representar o símbolo da luta pela preservação da soberania brasileira na Amazônia”. A frase encerra uma pequena biografia desse personagem disponível na página oficial do Exército na internet e, ainda nessa página, é possível encontrar também a *Canção do soldado da Amazônia*. Hino das atuais “brigadas de Infantaria de Selva”, sua letra imortaliza as “glórias da bravura” do capitão Pedro Teixeira e atribui a suas vitórias na região a “demarcação de nossas fronteiras”.¹⁰⁹ É esse espírito que fundamenta ainda o cerimonial de entrega da Medalha de Serviço Amazônico, normatizada pela Portaria nº 580, de 8 de outubro de 2003.

O cerimonial prevê que, por ocasião da entrega das condecorações, deve ser lembrado o gesto de Pedro Teixeira que, após apanhar um punhado de terra e lançá-lo ao ar, teria dito:

¹⁰⁹ “Nossa origem se prende às glórias/ da bravura sem par das bandeiras,/ pois de Pedro Teixeira as vitórias/ demarcaram as nossas fronteiras./ Estes feitos heroicos da história/ e o povo ancestral denodado/ estão sempre presentes à memória/ nas ações de seu forte soldado. [...] (letra do coronel Oswaldo do Passo Matoso Maia).

Tomo posse destas terras, pela Coroa de Portugal, em nome do rei Filipe IV, nosso senhor, rei de Portugal e Espanha; se houver entre os presentes alguém que a contradiga ou a embargue, que o escrivão da expedição o registre, pois, presentes por ordem da Real Audiência de Quito, encontram-se religiosos da Companhia de Jesus [...]

É importante compreender como o gesto de Pedro Teixeira é apropriado pelo cerimonial militar.¹¹⁰ A portaria de 2003, ao apresentar o trecho acima, afirma que Pedro Teixeira: “após apanhar um punhado de terra e lançá-lo ao ar proferiu, em altas vozes, [...] palavras de tão grande projeção nas dimensões continentais do Brasil e nos destinos de grandeza, sob Deus, da nacionalidade brasileira”. Ou seja, interesses atuais fazem uso de um documento de 1639 para abordar temas que sequer se colocavam para os coetâneos — o da nacionalidade brasileira e sua representação territorial.¹¹¹

A força simbólica conferida a esse personagem impõe, assim, um exame mais cuidadoso de sua trajetória. Pedro Teixeira nasceu em Portugal em 1587. Só temos informações sobre sua vida quando já integrava, como alferes, a expedição de Diogo de Campos (1614), destinada a expulsar os franceses do Maranhão. Depois do sucesso da campanha, ao se organizar a expe-

¹¹⁰ Vale destacar, inclusive, que essa imagem do capitão-mor Pedro Teixeira não é de uso exclusivo das instituições militares, tendo sido recuperada pelo senador Aloízio Mercadante (PT-SP) em sessão especial em homenagem aos 370 anos da expedição de Pedro Teixeira. O texto está disponível em: <mercadante.com.br/arquivos/texto/TVE9PQ=/.../69/03296.pdf>.

¹¹¹ Uma referência importante para se discutir as “interpretações simplistas produzidas pelas perspectivas nacionalistas” sobre a Guerra de Restauração é Costa (2004).

dição de Francisco Caldeira ao rio Amazonas, Pedro Teixeira voltou a se apresentar, e a primeira vez que sua atuação ganha destaque maior nas narrativas é quando reprime a “traição” dos índios do Caeté. Sua missão, como vimos, era levar a notícia dos sucessos de Francisco Caldeira ao Maranhão. O fato de ter atravessado aquele “torrão ignoto composto de um confuso e intrincado labirinto de rios e matagais [...] excitou no ânimo dos moradores pasmo e admiração” (Baena, 1969:23) e, pouco depois, tendo a notícia chegado à Europa, o esforço do alferes foi recompensado com uma promoção, por patente régia, a capitão de infantaria.

Antes de prosseguirmos, vale relembrar que o capitão integrava uma expedição bastante heterogênea, misturando franceses, portugueses, homens nascidos na América e muitos indígenas. Os títulos de alferes e de capitão seguiam a hierarquia das forças da época — no caso português, pautada nas Ordenanças Sebásticas. Apesar de toda a decadência das forças militares do reino, esvaziadas pela política de dominação filipina, o Regimento das Ordenanças era o único documento de que os portugueses dispunham. Desde a morte de Filipe I de Espanha, o processo de centralização política se acelerava e, nesse sentido, também não se pode perder de vista que a promoção de Pedro Teixeira foi autorizada por Madri. Ao conquistar terras da Amazônia “pela Coroa de Portugal”, seguia o protocolo da época. Afinal, mesmo com a intensificação da centralização política, formalmente a autonomia do reino de Portugal continuava sendo reconhecida. Daí a expressão “pela coroa de Portugal, em nome do rei Filipe IV, nosso senhor, rei de Portugal e Espanha”. Pedro Teixeira era português e, como tal, súdito da coroa portuguesa. Isso não é o mesmo que afirmar que defen-

dia fronteiras portuguesas: ele servia ao rei Filipe II, aos interesses dos Habsburgo na América. Além disso, tendo nascido em 1587, Pedro Teixeira na verdade pertencia a uma geração que não havia servido a uma monarquia exclusivamente portuguesa e, vindo a morrer em 1641, ele nunca viria a servi-la.

Pedro Teixeira, logo após a expedição, partiu para Madri. Levou com ele um relatório que foi entregue formalmente ao rei Filipe III, que era também rei de Portugal como Filipe II. Diante da tensa situação política do reino de Portugal, a coroa Habsburgo fez questão de ressaltar que a união das coroas não significaria a perda de independência de Portugal, mas caracterizaria a formação de uma monarquia dual, preservando as instituições políticas e administrativas portuguesas. Desse modo, é possível compreender que Pedro Teixeira tenha proclamado que tomava posse daquelas terras em nome da coroa de Portugal. Manter uma certa autonomia fazia parte da política dos Filipes. Inclusive, o primeiro deles, Filipe II de Espanha (Filipe I em Portugal), chegou a residir por quase três anos em Portugal, comprometendo-se a manter a administração do reino nas mãos de portugueses, a não nomear espanhóis para cargos civis ou eclesiásticos e a indicar vice-reis e governadores portugueses para a governança do reino. Apesar dessa preocupação dos Habsburgos, a política interna e externa de Portugal estava sob controle direto da Espanha. Desse modo, foi a Espanha que planejou, financiou e coordenou a expedição de Pedro Teixeira. A expansão das fronteiras da América portuguesa é apontada por vários autores — inclusive portugueses — como uma obra dos Filipes.

De qualquer modo, resta ainda a possibilidade, não documentada, de Pedro Teixeira ter feito parte do grupo de portu-

gueses que resistia ao domínio filipino e que essa frase seja uma expressão dessa resistência. Esse grupo existiu e tornou-se mais forte nos anos finais da União Ibérica, exatamente no período da expedição de Pedro Teixeira. Mas é bom lembrar que este fez a expedição sob ordens de Madri, que esse era um projeto dos Filipes e que, ao terminar sua expedição, ele foi a Madri prestar contas de suas atividades ao rei Filipe III de Espanha, entregando-lhe um relatório.

O ponto importante a termos claro é que um documento como o evocado na entrega da Medalha do Serviço Amazônico não fala por si só, e que o trabalho de contextualização histórica é fundamental para melhor compreendê-lo.

Já como capitão, Pedro Teixeira iniciou uma atividade pouco lembrada pela memória que tem sido construída: o combate e aprisionamento de indígenas. A guerra contra os tupinambás foi a mais importante, tendo Pedro Teixeira participado de vários episódios. Ainda por ordem de Francisco Caldeira, o capitão comandou uma expedição de 30 homens encarregada de resgatar um cativo que os tapuias haviam comprado dos tupinambás. A identidade do cativo não é revelada pelas narrativas e, a princípio, a missão não era de guerra. Pedro Teixeira deveria na verdade tentar “ajustar paz” com os gentios, e só estava proibido de entrar em acordo com os tupinambás. Ao fim da expedição, a caminho de Belém, atravessaram-lhe a proa algumas canoas de guerra tupinambás. O confronto tornou-se inevitável e, aproveitando-se dos costumes da tribo, que só combatia após o pôr do sol, Pedro Teixeira caiu sobre os indígenas, desbaratando o grupo e obrigando-o a buscar guarida nos recessos da floresta, onde estes se fortificariam (Amaral, 2004:86; Baena, 1969:24). A guerra, no entanto, estava longe

de ter fim. Em julho de 1619, o novo capitão-mor do Grão-Pará, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, decidiu preparar uma expedição exclusivamente para abater os tupinambás, assumindo ele próprio seu comando. Pedro Teixeira foi, então, nomeado almirante da expedição. Iniciando o ataque pelo sítio do Iguapé, defendido por uma trincheira de madeira, a expedição derrotou com facilidade o gentio, passando em seguida para Guanapu e Carepi, onde o resultado não foi diferente, deixando as aldeias “convertidas em cinzas” (Baena, 1969:25).

O capitão Pedro Teixeira também comandou “resgates”, como eram denominadas as expedições destinadas à captura de indígenas para trabalho escravo. Num deles, em 1626, Pedro Teixeira foi auxiliado por um religioso capucho, 26 soldados e — ainda segundo a narrativa de Baena (1969:33) — um “avultado número de índios”. A tribo alvo era a dos tapajós. Mas, antes de lá chegar, Pedro Teixeira passou pela aldeia dos tapuiçus, com os quais, mediante “generosos subornos”, conseguiu que fizessem a intermediação com os tapajós. Ao chegar à aldeia tapajó, desse modo, “achou benévolo acolhimento”. Novas negociações tiveram lugar e, detendo-se ali algum tempo, o capitão conseguiu trocar algumas mercadorias por homens, retornando para Belém com escravos para “o trabalho material” da cidade.

Em julho de 1628, Pedro Teixeira foi encarregado de um novo “resgate” de índios, que não teria desfecho tão fácil. A ordem veio do governador do estado — desde 1626, a América portuguesa havia sido dividida em dois estados, o do Brasil e o do Maranhão, este com sede em São Luís —, e também determinava ao frei Cristóvão de Lisboa que indicasse os sertões de onde os indígenas deveriam ser “desembrenhados”. Com essa

orientação, Pedro Teixeira partiu, junto com o capitão Bento Rodrigues de Oliveira, para executar a missão. Apesar de haver indicado uma região, o frei alertou, em longa carta, que aquele não era o melhor momento para resgates, pois um ataque seria “danoso à estabilidade dos índios mansos”. O alerta, entretanto, não foi considerado e, durante o resgate, “perpetraram-se atrocidades delitos” (Baena, 1969:34). A situação chegou a tal ponto que o governador decidiu suspender a provisão régia, proibindo a realização de expedições nos meses seguintes.

Destacar esses aspectos das atividades de Pedro Teixeira não implica negar sua atuação no combate a europeus. Poucos meses após a fundação de Belém, mal havia voltado de sua primeira missão (de noticiar os feitos de Francisco Caldeira no Maranhão), o então alferes Pedro Teixeira recebeu outro encargo: combater os holandeses que bordejavam o Amazonas perto da foz do rio Xingu. O episódio não é valorizado pela narrativa de Antônio Baena, mas Ribeiro do Amaral (2004:82-83) afirma que, de um grande navio ancorado a 40 léguas da costa, haviam sido expedidas embarcações que, espalhando-se pelo rio Gurupá, tentavam estabelecer comunicação com os índios aldeados. Para o autor, não há dúvidas de que o objetivo da investida era fixar ali uma nova colônia. Independentemente dos motivos que levaram os holandeses àquele local, o fato é que Francisco Caldeira logo decidiu dar-lhes combate. Em duas canoas bem armadas, Pedro Teixeira, apoiado por Gaspar de Freitas Macedo e 20 soldados, partiu em direção ao inimigo. Foram recebidos por um “chuveiro de balas” e, mesmo assim, no calor do tumulto, conseguiram alcançar o navio. Uma vez lá dentro, em meio a “golpes de ferro”, o sangue começou “a correr pelos embornais”. O combate logo pareceu desvantajoso ao grupo

de Pedro Teixeira, levando-o a lançar mão de “um último e desesperado recurso — atear fogo ao navio por diversas partes”. Os holandeses, então, pularam no mar e tentaram, sem sucesso, alcançar a terra, pois foram atingidos por Pedro Teixeira e seus homens. Com o corpo coberto de ferimentos, o alferes foi recebido com glória em Belém, tornando-se o “herói do dia”.

Contra os holandeses, Pedro Teixeira ainda sustentaria vários combates e perseguições. Esse foi apenas o primeiro deles. Diversos livros de memória trazem essas narrativas. Às vezes, como no caso de Ribeiro do Amaral, com riqueza de detalhes. Tanto na luta contra europeus quanto contra os indígenas, Pedro Teixeira foi um personagem central da política de Madri de exploração do Amazonas. O que vale destacar é que esses homens não se moviam por um sentimento de dever para com a pátria ou a nação, menos ainda pela defesa de uma ideia de soberania nacional, pois o simples fato de atribuir ideias desse tipo àquele contexto é um anacronismo histórico. Nesse sentido, aliás, as considerações do poeta Gonçalves Dias são bastante pertinentes. Analisando os fatos ocorridos no Maranhão, ele afirma:

Se vos perguntam por que tantos riscos correram, por que se afrontaram tantos perigos, por que se subiram tantos montes, por que se exploraram tantos rios, por que se descobriram tantas terras, por que se avassalaram tantas tribos, dizei-o — e não mentireis — foi por cobiça [cf. Amaral, 2004:32].

Pedro Teixeira traçou uma trajetória social ascendente em Belém. Chegou à região como alferes e conseguiu alcançar, no final da vida, em 1640, o alto posto de capitão-mor do Grão-Pará. Isso em parte se deve à sua capacidade militar e dedica-

ção à política castelhana. O que o movia, todavia, era a chance de ampliar suas relações sociais e, com isso, obter uma melhor posição social. Em terras tão distantes, inexploradas, e que ocupavam um lugar secundário na política ultramarina dos Habsburgo, a concorrência era inevitavelmente menor. Se os livros de memória não deixam de narrar os feitos de Pedro Teixeira, há um episódio que quase nunca é mencionado: o fato de Pedro Teixeira haver ocupado o cargo de capitão-mor bem antes — 20 anos antes, em 1620.

Quem conta o ocorrido é Antônio Baena. O cargo de capitão-mor, por seu valor político, como primeira autoridade da região, era suprido pelo monarca, que geralmente levava em conta a rede de relações políticas local. A nomeação do terceiro capitão-mor do Grão-Pará, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, não contrariou essa estratégia. Apesar de fidalgo da casa real, Jerônimo pertencia a uma família conhecida na região. Seu tio, Matias de Albuquerque, havia sido o “conquistador do Maranhão” e só por uma fatalidade Jerônimo de Albuquerque não fez longa carreira na direção do Grão-Pará. Acometido de uma doença aguda, ele faleceu poucos meses depois de ter sido empossado. A fim de evitar disputas, ele ainda teve o cuidado de passar o cargo em vida, através de uma provisão, a seu primo, Matias de Albuquerque Filho. Este, contudo, só o ocupou por 20 dias. Logo após a morte do primo, a validade da provisão foi contestada. Um grupo, liderado pelo capitão de infantaria Custódio Valente, com o apoio de frei Antônio da Marciana, realizou uma eleição de última hora e desconsiderou o documento. Custódio Valente tornou-se então o quinto capitão-mor do Grão-Pará, nomeando o frei “adjunto do governo”. O golpe, entretanto, abriu uma grave crise política e deu início a uma série

de conflitos. Para usar um termo de Baena, a eleição havia sido ditada “pela arte dos apaixonados”. Carecia de legitimidade e, na falta de uma ação rápida do governo-geral, distante como estava de Belém, as disputas não cessavam. Em maio de 1620, Custódio Valente embarcou para Portugal e o frei Antônio foi, nas palavras de Baena, “enclausurado no seu Hospício de Una”. Quem assumiu o cargo de capitão-mor depois de todas essas mudanças, ainda em maio, foi ninguém menos que Pedro Teixeira. Nesse ponto, o relato de Antônio Baena é mais econômico e, para poupar Pedro Teixeira, o autor não só afirma que ele foi “persuadido” a participar do governo, como não oferece detalhes sobre o que pode ter sido um novo golpe. Sintomaticamente, o fato não é sequer citado nos livros de memória. Pedro Teixeira permaneceu no posto por 14 meses. Em julho de 1621 foi substituído por Bento Maciel Parente, que, presente na região desde 1619, havia entrado na disputa pela direção do governo. Sofrendo forte oposição, Bento Maciel decidiu recolher-se ao Maranhão, de onde voltou provido no posto de capitão-mor concedido pelo governador-geral do estado do Brasil — ou seja, legitimado por Madri (Baena, 1969:25-26).

Pedro Teixeira só seria nomeado oficialmente para o cargo de capitão-mor 20 anos depois, quando retornou de uma expedição que lhe assegurou um lugar entre os “conquistadores do Amazonas”. Na época, o governo de Madri, para facilitar a administração de um território tão vasto, já havia criado o estado do Grão-Pará e Maranhão. A organização da expedição havia sido planejada na capital, São Luís, e pretendia realizar uma “grande inspeção geográfica”, cruzando o rio Amazonas até Quito. Por meio dela, acreditava-se que seria possível estabelecer importantes alianças com as numerosas tribos que viviam

nas margens do rio e, com esse apoio, inviabilizar a navegação holandesa na região. Havia ainda o antigo desejo de negociar diretamente com as minas de ouro e prata do Peru, tão cobiçadas por esses exploradores.

O capitão Pedro Teixeira, nomeado comandante da expedição, deixou a vila de Cametá, no Pará, em outubro de 1637. No total, eram 45 canoas com cinco oficiais, três subalternos, um ajudante, dois sargentos, um almoxarife, um escrivão, 70 soldados e mil índios de flecha e remo. O tamanho desse contingente evidencia a importância do investimento. A expedição durou 26 meses, retornando ao Pará em dezembro de 1639. Apesar de não ter acertado acordos com os negociantes de Quito, a expedição foi um sucesso absoluto. Foi a primeira a percorrer o rio Amazonas em toda a sua extensão, indo até o mar. Além do reconhecimento geral, tendo seu nome comparado ao de Orellana e Pizarro, o capitão Pedro Teixeira recebeu, dois meses depois, em fevereiro de 1640, a melhor das remunerações — tornou-se capitão-mor por patente passada pelo governador do estado (Baena, 1969:44-47).

EXÉRCITO DE LINHA, FRONTEIRAS E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Só em julho de 1753 o território da atual Amazônia brasileira passou a contar na sua defesa com unidades de um Exército permanente, quando dois regimentos vieram de Portugal, recebendo os nomes de Regimento da Cidade e Regimento de Macapá (Baena, 1839:161-162). A medida integrava a vasta reforma político-administrativa realizada no reino pelo secre-

tário de d. José I, o marquês de Pombal. Três anos antes, em janeiro de 1750, depois de muitas negociações com a Espanha, Portugal havia assinado o Tratado de Madri. A tarefa de implementá-lo, no entanto, ainda estava toda por fazer.

Preocupações geopolíticas na América do Sul dominaram os anos iniciais da administração pombalina. Até 1750, sobretudo com a expansão da mineração, a fronteira central foi empurrada continente adentro, estabelecendo de fato o domínio português sobre vastas áreas. A região onde hoje se encontra o estado do Mato Grosso havia sido integrada administrativa e economicamente à costa norte do Brasil por meio de rotas de transporte e de comunicações fluviais (Maxwell, 1996:52). Mais do que as primeiras expedições de exploração, essa movimentação que corria ao longo dos rios da bacia ocidental do Amazonas auxiliou a interiorização da América portuguesa, resultando na incorporação de um vastíssimo território a oeste da antiga Amazônia espanhola (Alves Júnior, 2002:180). Para manter e oficializar essas fronteiras fluviais, Portugal concordou, no Tratado de Madri, em renunciar à colônia do Sacramento e a terras imediatamente ao norte, no estuário do Prata.

Esse considerável alargamento das fronteiras, que fez com que o Brasil praticamente assumisse seus contornos atuais, passou a exigir da Coroa investimentos adicionais, uma política mais sistemática de reconhecimento do território e um cuidado maior com sua defesa. Para uma inspeção apurada da linha de demarcação entre as Américas portuguesa e espanhola, foram instituídas duas comissões associadas: uma para as capitânicas do sul, outra destinada ao norte e à bacia amazônica. Para a chefia desta, o marquês de Pombal encarregou seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que também

assumiu o cargo de governador da recém-criada divisão administrativa da América portuguesa — o estado do Grão-Pará e Maranhão. As duas medidas tinham um único objetivo: interiorizar a fronteira.

A nova capital passou a ser Belém e, tão logo chegou na cidade, Mendonça Furtado se assustou com seus meios militares, compostos apenas de companhias avulsas. O pior, no entanto, é que, mesmo dispondo de mandado régio para reestruturar as ditas companhias e dar-lhes a mesma composição dos regimentos de Portugal, Mendonça Furtado não pôde executá-lo. Em carta ao irmão, ponderou que, para transformá-las em regimentos, era necessário criar novos postos e aumentar o número de oficiais. Não havia oficiais superiores, tenentes, cirurgiões ou capelães, mas apenas capitães e alferes. Desse modo, elevá-las à condição de regimento implicaria grandes despesas, com as quais o estado não tinha como arcar. Daí a ideia de solicitar o envio de dois regimentos de Portugal. Seus soldos e fardamentos seriam fornecidos por Lisboa, poupando à região despesas tão avultadas. Os regimentos, assim que chegaram, foram imediatamente destacados para as fronteiras consideradas mais delicadas, as dos rios Negro, Branco e Solimões (Baena, 1839:161).

O problema dessas medidas é que elas não tinham continuidade. Apesar de haver permanecido quase oito anos à frente dos negócios do Grão-Pará, só tendo retornado a Portugal em março de 1759, Mendonça Furtado não implementou a reforma militar. A luta contra os jesuítas, a preocupação com a elaboração de um projeto mais efetivo de colonização e com a criação de uma companhia de comércio na região ganharam prioridade e, para resolver disputas internas, continuava-se re-

correndo a forças militares recrutadas de última hora entre a população local. O Pará só voltaria a receber um regimento do Exército em 1802, quando, devido às indisposições de Portugal com o governo francês em relação às fronteiras de Caiena, a Coroa mandou expedir do Rio de Janeiro para a região o regimento de infantaria de Estremóz (Baena, 1839:162).

No ano seguinte, 1803, pela primeira vez foi instalado no Pará um corpo de artilharia e uma guarnição militar permanente. O quadro a seguir registra as forças do Exército que, durante o restante do período colonial, passaram a guarnecer a região:

Forças de linha do Pará

Ano/Capitania	Pará
1803	Corpo Fixo de Linha do Pará (antigo Regimento de Estremóz)
1807	1º Regimento de Infantaria (Belém) 2º Regimento de Infantaria (Macapá) 3º Regimento de Infantaria (Belém)
1817	Corpo de Cavalaria de Guarnição de Belém

Fontes: Monteiro (1939) e "Mapeamento do acervo das unidades" (Arquivo Histórico do Exército).

O primeiro dado a ser destacado é a concentração das forças de linha nas cidades de Belém e de Macapá. A presença de unidades do Exército luso-brasileiro na região, portanto, não só foi bem tardia, como se limitou a uma faixa estreita da atual Amazônia. Como não havia, nas primeiras décadas do século XIX, os territórios do Amapá, Rondônia, Roraima e Acre, a capitania-geral do Pará abarcava toda essa faixa de terra e mais o que corresponderia ao atual estado do Amazonas. A única subdivisão existente era a da capitania do Rio Negro, que, ainda assim,

em termos administrativos, estava subordinada à capitania do Pará. Isso significa dizer que, até a independência do Brasil em 1822, para guarnecer toda a área da Amazônia contava-se apenas com três regimentos de infantaria e um corpo de cavalaria.

Prosseguindo com o histórico, é possível perceber que, nos 67 anos de duração da Monarquia brasileira, esse perfil não se alterou muito:

Forças de linha do Pará e Amazonas no Império

Ano/ Província	Pará	Amazonas (criada apenas em 1850)
1823	Corpo de Artilharia Imperial (Belém) Regimento de Infantaria Imperial (Belém)	***
1824	24º Batalhão de Caçadores 25º Batalhão de Caçadores 12º Corpo de Artilharia de Posição	***
1831	5º Comando de Artilharia de Posição (Belém) 16º Batalhão de Caçadores (Belém)	***
1833	5º Batalhão de Caçadores (Belém)	***
1839	4º Batalhão de Caçadores 8º Batalhão de Caçadores 9º Batalhão de Caçadores 4º Batalhão de Artilharia a pé	***
1840	Colônia Militar Pedro II (rio Arauaré)	***
1844 e 1845	Estado-Maior General Estado-Maior de 1ª Classe Estado-Maior de 2ª Classe 3º Batalhão de Artilharia a pé 4º Batalhão de Caçadores Companhia de Cavalaria Fixa	***

(continua)

Ano/ Província	Pará	Amazonas (criada apenas em 1850)
1846	Estado-Maior General Estado-Maior de 2ª Classe 3º Batalhão de Artilharia a pé 4º Batalhão de Caçadores	***
1849	Estado-Maior General Estado-Maior de 1ª Classe Estado-Maior de 2ª Classe 4º Batalhão de Caçadores Colônia Militar de Santa Tereza dos Tocantins (Remanso)	***
1850	Estado-Maior General Estado-Maior de 1ª Classe Estado-Maior de 2ª Classe 4º Batalhão de Caçadores Colônia Militar do Rio Branco	***
1851 a 1853	Estado-Maior General Estado-Maior de 1ª Classe Estado-Maior de 2ª Classe 11º Batalhão de Caçadores	***
1854	Estado-Maior General Estado-Maior de 1ª Classe Estado-Maior de 2ª Classe 11º Batalhão de Caçadores Colônia Militar de Óbidos	***
1856 e 1857	3º Batalhão de Artilharia a pé 11º Batalhão de Infantaria Corpo de Artilharia do Amazonas	Estado-Maior General Contingente do 11º Batalhão de Infantaria Contingente do 5º Batalhão de Infantaria Contingente do 3º Batalhão de Artilharia

(continua)

Ano/ Província	Pará	Amazonas (criada apenas em 1850)
1858	3º Batalhão de Artilharia a pé 11º Batalhão de Infantaria Colônia Militar de Clevelândia	Duas companhias de guarnição fixa de artilharia 4 companhias de guarnição fixa de infantaria Colônia Militar de Tabatinga
1859 a 1863	3º Batalhão de Artilharia a pé 11º Batalhão de Infantaria	Duas companhias de guarnição fixa de artilharia Quatro companhias de guarnição fixa de infantaria
1864	Colônia Militar de Oiapoque	***
1868 e 1869	Companhia de diversos Corpos arregimentados	Companhia de diversos Corpos arregimentados
1870	15º Batalhão de Infantaria	3º Batalhão de Artilharia
1873	15º Batalhão de Infantaria 5º Batalhão de Artilharia	3º Batalhão de Artilharia Contingente do Batalhão de Engenheiros
1876 a 1883	15º Batalhão de Infantaria 4º Batalhão de Artilharia	3º Batalhão de Artilharia
1884 a 1888	15º Batalhão de Infantaria 4º Batalhão de Artilharia	3º Batalhão de Artilharia

Fontes: Relatórios do Ministério da Guerra, correspondências do presidente de província com o ministro da Guerra (Fundo Ministério da Guerra do Arquivo Nacional); Monteiro (1939); e "Mapeamento do acervo das unidades" (Arquivo Histórico do Exército).

Nota: No período imperial, esses dados eram enviados em mapas para os presidentes de província. Assim, as falhas na sequência acima se devem à ausência desses mapas, seja porque não foram enviados, seja por terem se perdido.

A primeira impressão é que teria ocorrido um acréscimo substancial no número de unidades do Exército na região. A única alteração, porém, é a presença de forças de Estado-Maior. Considerando apenas a nomenclatura, pode-se sugerir até mesmo que houve uma diminuição do efetivo. Em 1807, o Pará contava com três regimentos de infantaria. Durante os longos anos do Império, predominaram os batalhões, subunidades de um regimento. É claro que, para realizar uma comparação precisa, seria necessário conhecer o efetivo de cada unidade, dados de que não dispomos. Historicamente, nada impede que um batalhão dessa fase contasse com um efetivo maior que um regimento de 1807. No entanto, a alteração não parece ter sido tão significativa. Para o tamanho do território, a força destinada à sua defesa continuava muito reduzida. A partir dela, não é possível afirmar que a presença do Exército brasileiro tenha sido fundamental na preservação da soberania nacional contra a cobiça internacional. Até porque a concentração geográfica prosseguia, estando quase todas as unidades estacionadas em Belém.

A criação da província do Amazonas em 1850 pode sugerir mudanças. Afinal, alguns corpos militares foram interiorizados para Manaus. Mas é importante atentarmos para os dados. Nenhuma unidade militar nova foi criada. Até 1858, a guarnição do Amazonas foi integrada por contingentes destacados de outras unidades, sobretudo do Pará e de Mato Grosso. Somente depois desse ano há registros de companhias fixas de infantaria e de artilharia na província. Além disso, é possível localizar, na correspondência do presidente da província do Amazonas com o ministro da Guerra, o efetivo de algumas dessas companhias. Para a primeira delas, de 1858, o número é de 220 homens. Levando-se em conta que o “estado completo” do corpo deveria ser de 529 homens, a defasagem fica clara. A unidade foi orga-

nizada com menos de 42% do total previsto. Para a companhia de artilharia, só há dados a partir de 1861. A defasagem aqui é menor, consegue-se atingir quase 52% do efetivo desejado. Ainda assim, o efetivo é de apenas 82 homens. Até 1870, quando já não se dispõe mais desses dados, para o referencial médio de “estado completo” (158 para a artilharia e 338 para a infantaria, cuja diminuição é expressiva), o máximo efetivo obtido foi de 100 artilheiros e 222 infantes, ambos em 1862. Isso significa dizer que até praticamente fins do século XIX, considerando o ano em que a principal província da atual Amazônia contou com um número recorde de efetivos, sua defesa era realizada por pouco mais de 300 militares.¹¹²

Diante desses dados, cabe perguntar: se a presença do Exército luso-brasileiro ou já brasileiro no atual território da Amazônia foi inexpressiva pelo menos até o final do Império, a quem atribuir o processo inicial de ocupação dessas terras, e como se deu a demarcação de suas fronteiras?

Os limites deste capítulo não permitem desenvolver plenamente essa questão. Mas a respeito do processo inicial de ocupação portuguesa da Região Amazônica, é importante lembrar o papel desempenhado pelas missões religiosas nos 100 anos entre meados do século XVII e a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses pelo marquês de Pombal, em 1759. Operando a serviço do Estado, com seu campo de atuação regulamentado por várias cartas régias, os religiosos facilitaram a expansão, a ocupação e o domínio português

¹¹² Ver no Arquivo Nacional: Fundo do Ministério da Guerra (IG), Série Guerra. Correspondências do presidente de província com o ministro da Guerra — Amazonas. Os maços que dispõem de “mapa geral demonstrativo das forças da província” são os referentes aos anos de 1858, 1861, 1862, 1863 e 1865.

(Reis, 1968:265). Mesmo envolvendo-se em conflitos, sobretudo com os colonos, essas missões foram as primeiras a empreender um movimento de interiorização, difundindo-se ao longo dos vários rios da bacia amazônica. O número de ordens religiosas presentes na região e de missões que dirigiam deixa entrever a força de sua atuação. A Ordem dos Capuchos da Conceição dirigia três missões; os piedosos, 11; os carmelitas, 14, e os jesuítas, nada menos que 21 missões — em sua maioria, localizadas no interior do Amazonas e no rio Negro (Ravena, 2002:134-136). Além da catequese, esses religiosos foram responsáveis pela inserção dos índios no mundo do trabalho, fosse na agricultura, nos serviços públicos ou junto às famílias de colonos. Mais importante ainda é que coube aos missionários fazer o inventário das línguas faladas pelas tribos e ensinar o português aos gentios. Não por acaso, cada expedição que saía de Belém era acompanhada por religiosos — para usar um termo comum nos relatos de viagem — “práticos na língua”. Esse foi, sem dúvida, um passo-chave para assegurar o domínio português na região.

Sobre o processo de demarcação das fronteiras e, portanto, de formalização do domínio português (depois brasileiro) na atual Amazônia é necessário sublinhar que as fronteiras não foram asseguradas pela força das armas. Tanto as primeiras expedições quanto as forças militares dirigidas para a região, mesmo os regimentos enviados de Portugal, ainda que tenham travado alguns combates, não tiveram papel expressivo no traçado das fronteiras. A chamada “fronteira militar portuguesa”, esboçada no século XVIII, organizou-se apoiada na diplomacia e na construção de pequenas fortalezas isoladas num território em larga medida desconhecido (Peixoto, 2005). É verdade que essas fortalezas existiram em bom número e começaram a ser erguidas

cedo, desde a expedição de Castelo Branco.¹¹³ Contudo, elas não eram obras de engenharia grandes e sólidas. O viajante Paul Marcoy, pseudônimo do francês Laurence Saint-Cricq, ao percorrer o Amazonas em 1847, produziu um importante “retrato da terra”. Indo além das tradicionais descrições sobre a exuberância da natureza, deteve-se também em suas construções. Nessa parte, porém, sobretudo quando descreve as “obras militares”, mostra seu total desencanto com o que via. Afirma que não havia na região “obra de fortificação pela qual mereça semelhante nome”. A Fortaleza da Barra é uma das que descreve. Mesmo situada em Belém, cidade que por sua posição geográfica deveria guardar a entrada do rio Amazonas, ela não passava de um “reduto de pedra e barro” que, de tão arruinado, mandou-se “desguarnecer de toda artilharia”. Já o Castelo da Vila de Barcellos, fortaleza construída no interior, contava com seis peças de ferro de calibre seis, “montadas sobre plataformas de madeira”. Nela, observa Marcoy (2001:629-631), não havia “parapeito algum ou qualquer outro gênero de reparo para defesa da guarnição”.

As forças militares responsáveis pela defesa das fortalezas e pelo interior da Amazônia, que na época formava a capitania do Rio Negro, eram igualmente inexpressivas. Sem guarnição própria, a defesa da capitania era efetuada por forças destacadas do Pará, que não ultrapassavam, segundo Marcoy, 300 homens. Desse total, não se empregavam mais do que 100 em toda a extensão do rio Negro. O restante era distribuído pelos destacamentos de São Francisco Xavier da Tabatinga, no rio Solimões; de Borba, na foz do rio Madeira; e de São Joaquim, na parte superior do rio Branco. Como o número, mesmo para

¹¹³ Uma lista dessas fortalezas com um histórico de cada uma delas pode ser encontrada em Bento (2003:74-89).

os padrões da época, era reconhecidamente pequeno, tentava-se compensar essa carência recorrendo-se a “companhias de infantaria auxiliar, privativas” e, em função disso, “os proprietários todos têm tido a patente de coronéis de infantaria com soldo de 5 mil cruzados por ano” (Marcoy, 2001:631 e 644). Ou seja, não só a presença do Exército continuava inexpressiva, como também não se pode atribuir a ela a constituição e a defesa das atuais fronteiras brasileiras. Essas não se formaram mediante uma política agressiva de guerras. O Tratado de Madrid, mencionado neste capítulo, seguido pelo de Santo Ildefonso, mostra a estratégia preferencialmente usada na definição das fronteiras — a diplomacia. Mesmo assim, deve-se evitar a idealização da unidade e centralidade da América portuguesa. A Amazônia, o Mato Grosso e o extremo sul desses domínios eram espaços diferenciados para os quais convinhavam negociações igualmente diferenciadas (Peixoto, 2005:4). As fronteiras atuais do Brasil só foram firmadas na segunda metade do século XIX, pela ação incessante de uma elite que, tendo garantido a unidade interna do Império erguendo um Estado, pôde dedicar-se à tarefa de demarcar suas fronteiras.

A INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO: OU DE COMO GUARARAPES FOI PARAR NA AMAZÔNIA

A palestra do ministro do Exército mencionada no início deste capítulo evidencia a crescente importância que a Amazônia assumiu nas últimas décadas para os militares brasileiros, em particular para o Exército. A importância da atual representação sobre a antiguidade da presença da instituição militar na Amazônia reside não em sua precisão histórica — sujeita, como se viu ao longo

deste capítulo, a reparos. A importância dessa projeção no passado adquire seu pleno sentido apenas quando se indaga sobre seu papel na vida atual da instituição, cada vez mais preocupada em enfatizar a necessidade de manter uma presença militar na Amazônia como forma de preservar, para o futuro, a soberania brasileira sobre a região. Cabe então perguntar por que a ênfase simbólica na Amazônia passou a ser tão importante para o Exército brasileiro.

A hipótese inicialmente levantada por Castro (2002) passa pela dupla perspectiva de que essa visão está fundada em representações simbólicas que configuram um determinado modo de imaginar o espaço amazônico e compreende não só a imaginação desse espaço, mas também sua projeção numa dimensão temporal, que se estende do passado ao futuro, numa perspectiva “presentista”.

Em situações de rápida transformação histórica e de cenários futuros indefinidos, como as últimas décadas, atores sociais como os militares podem recorrer a conexões simbólicas entre passado e futuro como instrumento de construção de suas identidades. Nesse processo, a invenção cultural da memória e sua transmissão ocupam lugar central (Hobsbawm e Ranger, 1984). Num cenário marcado pela globalização e por um suposto perigo de internacionalização da Amazônia, os militares brasileiros renovam representações de longa duração a respeito da “cobiça internacional” sobre a região e a respeito do papel que as Forças Armadas teriam a desempenhar nessa luta. Ao mesmo tempo, elementos do passado são projetados para o futuro, tanto como estratégia de construção da identidade institucional quanto como fonte de inspiração para ações concretas.

Desde o fim do regime militar, em 1985, os militares perderam significativa força política no Brasil. Principalmente a partir de 1990, as relações entre Forças Armadas, sociedade e

Estado, no Brasil, alteraram-se em favor do enquadramento militar a um regime democrático. A atuação dos militares durante a crise que levou ao impeachment de Collor, no funcionamento da Comissão dos Desaparecidos, no processo de criação do Ministério da Defesa e na eleição e posse de um presidente de esquerda constitui marcos dessa mudança. No entanto, um aspecto que tem escapado à atenção dos pesquisadores é o fato de que o conjunto de elementos simbólicos que tem caracterizado o Exército por muitas décadas sofreu importantes modificações após a saída dos militares do centro do poder político com a Nova República. Duas comemorações outrora importantes — a da vitória sobre a “Intentona” comunista de 1935 e a lembrança da “Revolução” de 31 de março de 1964 — entraram em declínio, tendendo a desaparecer. Outra estava por nascer.¹¹⁴

Em 1994, por iniciativa do então ministro do Exército, general Zenildo Zoroastro de Lucena, foi criado o Dia do Exército, na data de realização da I Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648). A Batalha dos Guararapes foi um evento muito importante no processo de expulsão das tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654: mesmo inferiorizadas numericamente, as tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios, e recorrendo a táticas de guerra irregular (ou de guerrilhas), derrotaram um inimigo superior em número e mais bem equipado.

A ideia central da nova comemoração é que, em Guararapes, teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros. A força simbólica do evento é reforçada pela presença conjunta das “três raças” vistas como constitutivas do povo brasileiro — o branco, o negro e o índio. Além disso, ao

¹¹⁴ As páginas seguintes resumem ideias apresentadas em Castro (2002).

contrário das antigas comemorações da “Intentona” e de 1964, não se trata aqui de um “inimigo interno” a ser enfrentado, mas de invasores estrangeiros. Na época da batalha, o Brasil ainda não era uma nação independente: esteve sob domínio espanhol entre 1580 e 1640, retornando em seguida à condição de colônia portuguesa. No entanto, a metrópole pouco se envolveu na luta, ficando a tarefa de expulsar os holandeses a cargo quase que exclusivamente da “gente da terra”. O elemento simbólico central da versão hoje oficialmente apresentada pelo Exército é que em Guararapes nascia, junto com a nacionalidade, o próprio Exército.¹¹⁵ A página na internet, criada pelo Exército em 1998 para as comemorações dos 350 anos da batalha, apresenta Guararapes como “Berço da Nacionalidade e do Exército Brasileiro” e seus heróis como representantes das “três raças formadoras da essência do povo brasileiro”. Além disso:

Prodígio de criatividade, ousadia e bravura, a 1ª Batalha dos Guararapes é mais do que um memorável feito militar de nossos antepassados. Neste duelo, em que o Davi caboclo abateu o Golias estrangeiro assentam-se as raízes da Nacionalidade e do Exército brasileiros, que caminham juntos há 350 anos.

Quatro elementos aqui se destacam. Primeiro, a ideia de um vínculo indissolúvel entre o Exército e a nacionalidade brasileira. Os combatentes “plantaram as sementes de duas instituições permanentes e indissolúveis: a Nação e o Exército Brasileiro”. O texto fala em “sementes” porque, de fato, em 1648 não havia ainda uma “Nação brasileira” nem um “Exército brasilei-

¹¹⁵ Para a versão oficial do Exército sobre Guararapes, ver <<http://www.exercito.gov.br>>.

ro” — que só passariam a existir com a independência, ocorrida 174 anos depois. Além disso, de Guararapes não resultou a constituição de nenhuma unidade militar que tivesse, do ponto de vista institucional, continuidade histórica com qualquer unidade do atual Exército brasileiro. Esses fatos são deixados de lado no mito criado pelo Exército em torno do evento, cuja força provém da continuidade de um “espírito de Guararapes”, marcando o entrelaçamento simbólico de duas “instituições permanentes e indissolúveis”: o Exército e a nação.

Outra ideia central é que o Exército é composto pelas “três raças formadoras da essência do povo brasileiro”. Terceiro, diferentemente das comemorações da “Intentona” e de 1964, Guararapes é uma luta contra estrangeiros. Nas comemorações de 1935 e de 1964 sempre se fez referência a “ideologias exóticas”, mas o apelo da luta em condição de inferioridade contra um poderoso invasor estrangeiro é, hoje, muito mais mobilizador e “politicamente correto”.

Finalmente, deve-se sublinhar que a vitória foi obtida contra um inimigo considerado militarmente mais poderoso. O “Davi caboclo” abate o “Golias estrangeiro” após uma longa guerra de “resistência”, baseada principalmente em táticas de “guerrilha”. É fácil associar essa representação à da luta contra a “cobiça internacional” em relação à Amazônia e à recente “doutrina da resistência” desenvolvida pelo Exército. O estudo oficial que serviu de base à criação do Dia do Exército Brasileiro, feito pelo Centro de Documentação do Exército em 1994, já destacava o fato de que a vitória contra “um inimigo muito superior” teria sido alcançada “combinando táticas de guerrilha e emboscada”. Com isso, além de “modeladores da nacionalidade”, os bravos de Guararapes teriam sido também inovadores na arte militar, dando nascimento à “doutrina militar brasileira”.

O que tem a ver essa comemoração de Guararapes com as representações militares sobre a Amazônia? Nossa hipótese é que a memória que o Exército está construindo sobre Guararapes tem se ligado nos últimos anos, cada vez mais, às representações militares sobre a Amazônia. Essa região vem assumindo crescente importância estratégica para os militares brasileiros, em particular para o Exército, nas últimas décadas. Em função disso, aumentou-se o efetivo militar na Amazônia e foram implantados grandes projetos, como o Sistema de Vigilância Aérea da Amazônia (Sivam) e o Calha Norte, de “vivificação” da fronteira amazônica através, entre outros aspectos, do aumento da presença militar. Como pano de fundo de longa duração histórica, tem-se a percepção militar da existência de ameaças à soberania nacional decorrentes de uma “cobiça internacional” de países mais ricos e poderosos sobre a Amazônia que poderia levar, no limite, ao risco de sua internacionalização.

Uma placa localizada na entrada do Comando Militar da Amazônia, em Manaus, torna explícita a ligação que vem sendo construída entre Guararapes e a Amazônia. A continuidade com o passado é afirmada através das frases “Fizemos ontem ... faremos sempre” e “Guararapes ... e surgiu o Exército”. A campanha de expulsão dos holandeses é assim definida: “Uma eficiente campanha de emboscadas foi o expediente usado pelo povo em armas para derrotar o poderoso invasor”. Escolhida para compor uma placa que alude à Amazônia, a referência à “campanha de emboscadas” de Guararapes remete implicitamente à “doutrina da resistência” que tem sido desenvolvida nos últimos anos pelo Exército. Essa doutrina militar, vista como autenticamente brasileira, consiste na utilização de estratégias e táticas de guerra irregular, de guerrilha, como as emboscadas de Guararapes, contra um eventual inimigo de maior



Foto de Celso Castro.

poderio bélico — “o poderoso invasor”. Essa ameaça realça a força de Guararapes como “exemplo e tradição que serão mantidos na defesa da Amazônia”. Em destaque no cartaz, o grito de guerra: “Tudo pela Amazônia!”.

Celso Castro realizou um conjunto de entrevistas com sete generais de exército que estiveram à frente do Comando Militar da Amazônia nos últimos 30 anos. O perfil dos entrevistados corresponde ao dos comandantes militares de mais elevado nível na região. Suas visões em relação à cobiça internacional sobre a Amazônia evocam diversos pontos em comum, embora com graus de ênfase variáveis. É recorrente a menção à antiguidade da presença brasileira na região e à existência de ameaças, mais ou menos veladas, à soberania nacional sobre a região. Como afirmou um entrevistado, “não [podemos esquecer] que aquilo lá [a Amazônia], há 350 anos, é nosso; portanto, não é nosso por acaso. Lá nós temos o nos-

so suor, o nosso trabalho e o nosso sangue”. Nesse contexto, o personagem lembrado é justamente Pedro Teixeira. Segundo o mesmo general, trata-se de personagem histórico “que nós temos que reverenciar demais, porque foi homem de visão e atuação impressionantes. [...] Nós estamos nos mesmos lugares até hoje. Vai ‘tirar o chapéu’ para essa raça! Nos mesmos lugares há 350 anos. Então, podemos dizer: ‘A Amazônia brasileira não é nossa por acaso!’”.

A percepção da ameaça de perda da soberania sobre a região levou o Exército a concentrar-se, nas últimas duas décadas, no desenvolvimento da chamada “estratégia da resistência”. Desenvolvida especialmente para a Amazônia, seu objetivo seria enfrentar o ataque e eventual ocupação de inimigos externos mais poderosos, transformando unidades do Exército em unidades irregulares, empreendendo uma luta de guerrilha e agindo principalmente através de táticas de emboscada. A inspiração que se busca na memória de Guararapes é clara e direta.

O peso simbólico que a Amazônia assumiu nos últimos anos ficou evidente quando a Marinha procurou chamar a atenção para a necessidade de também estar equipada para defender a “Amazônia azul” — as riquezas de nosso mar territorial. O almirante de esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, então comandante da Marinha, afirmou, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* de 25 de fevereiro de 2004, que:

há uma outra Amazônia, cuja existência é, ainda, tão ignorada por boa parte dos brasileiros quanto o foi aquela por muitos séculos. Trata-se da “Amazônia azul”, que, maior do que a verde, é inimaginavelmente rica. Seria, por todas as razões, conveniente que dela cuidássemos antes de perceber-lhe as ameaças.

Desde então, “Amazônia azul” passou a ser expressão comum no meio militar, aparecendo inclusive em documentos oficiais.

O que se lembra e comemora em rituais e narrativas como os examinados, tanto relacionados a Guararapes quanto à antiguidade da presença militar na Amazônia, tem por objetivo estabelecer uma relação *presente* com o passado. Através da *(re)apresentação* do passado, a narrativa torna-se novamente presente, eventos e personagens míticos — como o espírito de Guararapes ou a ação dos primeiros a fincarem a bandeira portuguesa na Amazônia — tornam-se contemporâneos. Desse modo, os significados atribuídos dialogam com o contexto histórico em que se desenvolvem. Não basta examiná-los “em si”, descolados do tempo histórico: é apenas nele que podem ser apropriadamente compreendidos.

Ao mesmo tempo, representações sobre um espaço e tempo específicos — no caso, a Amazônia e a luta de longa duração contra a “cobiça internacional” — misturam-se com representações associadas a outro espaço e tempo — Guararapes e a luta de resistência contra os invasores. Desse modo, essas representações unem-se num substrato estrutural mais profundo, de longa duração. Nesse processo, invenções individuais — como a criação do Dia do Exército pelo general Zenildo — vão se tornando parte de representações coletivas através de deslizamentos simbólicos — foi assim, afinal de contas, que Guararapes foi parar na Amazônia — e de rituais e outros mecanismos formais ou informais que “cristalizam” esse processo como algo “natural” para os militares, especialmente para as novas gerações. A associação desse processo com um espaço específico — a Amazônia — é fundamental, pois “é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente” (Halbwachs, 1990:160).

BIBLIOGRAFIA

- ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- AECRJ (Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro). Representação dirigida ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1907. 20p.
- ALVES JÚNIOR, José. A política pombalina na Amazônia e o projeto de transformação do índio em colono. In: FONTES, Edilza (Org.). *Contando a história do Pará*. Belém: Motion, 2002. v. 1.
- AMARAL, Braz H. do. *História da Bahia do Império à República*. Salvador: Imprensa Oficial, 1921.
- AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- ARAÚJO SOBRINHO, Antônio de. A proclamação da República na Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 257, 1962.
- ARRUDA, Demócrito C. et al. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Cobraci, 1949.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Pará: Typographia de Santos; Menor, 1839.
- _____. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.
- BARROS, F. Borges de. À margem da história da Bahia. *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, n. 23, 1934.

- BATALHA, Claudio. *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 — militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.
- BEATTIE, Peter M. *The tribute of blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção*. Porto Alegre: Gênese, 2003.
- BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924. p. 55.
- BRASIL. DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Condições a que deverá satisfazer um método nacional de educação física* (contribuição ao método nacional de educação física). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- _____. *Bases científicas da educação física* (contribuição ao método nacional de educação física). 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.
- BUSTAMANTE, Márcio. *A memória entre duas guerras: uma história da memória dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) — UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessoa: a força de um ideal*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.
- CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. *A educação física no Estado Novo: história e doutrina*. 1982. Dissertação (Mestrado) — UnB, Brasília, 1982.
- CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As malhas de aço no tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) — UFF, Niterói, 1986.

- CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de março em Brasil: memórias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth et al. (Comp). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-244.
- CARVALHO, Estevão Leitão de. *Memórias de um soldado legalista*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. t. I, lvs. 1 e 2.
- CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. HGCB 9. São Paulo, Difel, 1978.
- _____. *Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1991.
- CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos Históricos*, n. 14, p. 231-240, jul./dez. 1994.
- _____. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. *O espírito militar*. [1990] 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. Insubmissos na justiça militar (1874-1945). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. *Anais...* Niterói: Anpuh-RJ, 2006a.
- _____. (Org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006b.
- _____. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. *Militares e Política*, v. 1, p. 1-7, 2007.
- _____.; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Ernesto Geisel*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 494p.

- ____; ____ (Orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 357p.
- ____; LEIRNER, Piero (Orgs.). *Antropologia dos militares*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- ____; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, G. A. D. (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a. 257p.
- ____; ____; ____ (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b. 327p.
- ____; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, Bom Texto, 2004.
- ____; SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 329p.
- COELHO, José Maria Latino. *História militar de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- COSTA, Fernando Dores. O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar. *Análise Social*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. 33, n. 149, 1998.
- ____. *A Guerra de Restauração (1641-1668)*. Lisboa: Horizonte, 2004.
- COSTA, Veríssimo Antônio Ferreira da. *Coleção sistemática das leis militares de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1816.
- CUKIERMAN, Henrique. *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2007.
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.
- DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a "redentora dos escravos": um estudo das representações sobre a princesa*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Unicamp, Campinas, 2001.

- DALEN, Deobold B.; BENNETT, Bruce L. *A world history of physical education*. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FALCÃO, Gentil, tenente. *A defesa nacional ou o regulamento do sorteio militar em linguagem popular*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1923.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.
- FARIA, José Caetano de, general. O oficial como educador: sua missão social. *Boletim Mensal do Estado Maior do Exército*, n. 11, p. 23-31, abr. 1912.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. 2003. Tese (Doutorado em História Social) — USP, São Paulo, 2003.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelo rio Negro*. São Paulo: Circulo do Livro [1983].
- _____. *Expedição filosófica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Petrópolis: Kapa, 2002. v. 2.
- FERREIRA NETO, Amarílio. Educação física e militarismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Santa Maria, v. 17, n. 1, p. 46, set. 1995.
- _____. *A pedagogia no Exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) — Unimep, Piracicaba, 1999.
- FICO, Carlos et. al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FONSECA, Mário Hermes da; ESCOBAR, Ildefonso. *Primórdios da organização da defesa nacional*. Rio de Janeiro: Tip. Glória, 1943.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial por-*

- tuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCE. MINISTERE DE LA GUERRE. *Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)*. Paris, 1932.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. v. I.
- GEERTZ, Clifford. "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.
- GLASSFORD, Robert G.; REDMOND, Gerald. Physical education and sport in modern times. In: ZEIGLER, Earle F. (Ed.). *History of physical education and sport*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1979. p. 103-170.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. *O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos [asylums]*. [1961]. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GUANABARA, Alcindo. *Serviço militar obrigatório; discurso pronunciado na sessão de 14-11-1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
- HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. [1925]. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.
- HERMANN, Jacqueline. Felipe I. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000a.
- _____. Felipe II. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000b.
- _____. Felipe III. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000c.

- HESPAHHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPAHHA, A. M. (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os franceses no Maranhão. HGCB. São Paulo: Difel, 1972. t. I, v. 1.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KLINGER, Bertoldo. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944. v. 1.
- KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, Bom Texto, 2004.
- KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *O serviço militar, democracia e defesa: razões da permanência do modelo no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — USP, São Paulo, 2001.
- LANDI, Antônio José. *Amazônia felsínea*. Lisboa: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- LECLERC, Max. *Lettres du Brésil*. Paris: Plon, 1890.
- LEIRNER, Piero de Camargo. O Exército e a questão amazônica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc, n. 15, 1995.
- LEITE, João Barbosa; RIBEIRO, Jair Dantas. *Manual de instrução física*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926.
- LEURENROTH, Edgard. *Anarquismo* — roteiro da libertação social. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d.

- LIMA, Magali Alonso de. *O corpo no espaço e no tempo: a educação física no Estado Novo*. 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) — FGV/Iesae, Rio de Janeiro, 1980.
- LIRA, Antônio Pereira. *Relatório da viagem de estudos ao Uruguai e Argentina*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Educação Física e Desportos, 1945.
- LOBATO FILHO, general. *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha* — contribuição para a história. [1948?] Rio de Janeiro: Bibliex, 1992.
- LOBO, Luís. *História militar do Pará*. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1943.
- LORIGA, Sabina. *Un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIIIe siècle*. Paris: Mentha, 1991.
- _____. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.
- LOURENÇO FILHO et al. *Conferências sobre educação física*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Física, 1942.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrade. *O desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) — Ifcs/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. A guerra: os homens e as armas. In: HESPANHA, Antônio Manuel (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 3.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro: a espada contra o Império*. São Paulo: Nacional, 1957. v. 2.
- MALAN, Alfredo Souto. *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- MARAJÓ, José Coelho da Gama. *A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa: Minerva, 1883.
- MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Universidade do Amazonas, 2001.

- MARINHO, Inezil Penna. *A oportunidade da criação da carreira de técnico de educação física*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- _____. O método nacional de educação física. *Revista Brasileira de Educação Física*, v. 2, n. 17, p. 27-28, maio 1945.
- _____. *Sistemas e métodos de educação física*. São Paulo: Brasil, 1958.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974. v. 2, p. 209-233.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal; paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. *Quando eu era vivo: memórias*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, Lunardelli, 1982.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império português no centro-sul da América*. 2002. Tese (Doutorado em História) — UFF, Niterói, 2002.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1972. 2v.
- MONTEIRO, Jônata do Rego. *O Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, Imprensa Nacional, 1939.
- MORAES, Evaristo. *Da Monarquia para a República, 1870-1889*. Brasília: UnB, 1985.
- MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- MOTA, Jeová. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

- NACHMAN, Robert G. Positivism and revolution in Brazil. First Republic: the 1904 revolt. *The Americas*, v. 34, n. 1, p. 20-39, July 1977.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- NEEDELL, Jeffrey D. The “Revolta contra a Vacina” of 1904: the revolt against modernization in *Belle Époque* Rio de Janeiro. *Hispanic American Historical Review*, v. 67, n. 2, p. 233-269, May 1987.
- NOBRE, F. Silva. *1001 cearenses notáveis*. Fortaleza: Casa do Ceará, 1996.
- NUNN, Frederick M. *Yesterday's soldiers: European military professionalism in South America, 1890-1940*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.
- PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese (Doutorado) — PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, fev. 2005.
- PINHEIRO, João Ribeiro. Dia glorioso. *Revista de Educação Física*, jan. 1933.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 103-130.
- RANGEL SOBRINHO, Orlando. *Curso de educação física: resumo de aulas realizadas na Escola Militar Provisória*. Rio de Janeiro: Tip. do Patronato, 1931.
- RAVENA, Nírvia. Descrição da dominação: missionários e colonos na disputa pela mão de obra indígena. In: FONTES, Edilza (Org.). *Contando a história do Pará*. Belém: Motion, 2002. v. 1.

- REIS, Arthur César Ferreira. *Estadistas portugueses na Amazônia*. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1948.
- _____. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.
- _____. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- _____. A ocupação portuguesa do vale amazônico. In: HGCB. São Paulo: Difel, 1972. t. 1, v. 1.
- _____. *A política de Portugal no vale Amazônico*. Pará: Secretaria da Cultura, 1993.
- _____. *A Amazônia e a integridade nacional*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- RIBEIRO, Patrícia da Silva. *As batalhas da memória: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) — UFF, Niterói, 1999.
- RODRIGO, Saturnino. *La reforma de la educación física en Bolívia*. La Paz: Renacimiento, 1932.
- SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SANTOS, Flávio Gomes. No meio das águas turvas. Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte, 1888-1889. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, 1991.
- SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SCHUTZ, Alfred. “Aquele que retorna ao lar.” In: WAGNER, Helmut R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais — textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 289-302. [Publicado originariamente em 1945 como *The homecomer*.]
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal militar*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina — mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- SILVA, Luiz Augusto Rebello. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. t. 3.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1970.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- _____. A serviço de sua majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, Bom Texto, 2004.
- SPIVAK, Marcel. L'École Supérieure d'Éducation Physique de Joinville-le-Pont, 1852-1939. *Revue Historique des Armées*, n. 1, 1985.
- STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- STOCKING, JR., George. On the limits of "presentism" and "historicism" in the historiography of the behavioral sciences. In: *Race, culture, and evolution: essays on the history of anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 1-12.
- VAGTS, Alfred. *History of militarism*. New York: Free Press, 1959.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1959. t. 2.